



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

FÁTIMA AURILANE DE AGUIAR LIMA

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO NO DISTRITO DE TAPERA: O
CASO DO COMPLEXO TURÍSTICO E RESIDENCIAL AQUIRAZ GOLF & BEACH
VILLAS**

FORTALEZA

2015

FÁTIMA AURILANE DE AGUIAR LIMA

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO NO DISTRITO DE TAPERA: O CASO
DO COMPLEXO TURÍSTICO E RESIDENCIAL AQUIRAZ GOLF & BEACH VILLAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Divisão Territorial e Desenvolvimento Sustentável.
Orientador: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas.

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F263i Fátima Aurilane de Aguiar, Lima.
Impactos socioambientais do turismo no distrito de Tapera : o caso do complexo turístico e residencial
Aquiraz Golf & Beach / Lima Fátima Aurilane de Aguiar. – 2015.
151 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2015.
Orientação: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas.

1. Empreendimentos turísticos. 2. Comunidades Tradicionais. 3. Impactos Sociais. 4. Impactos
Ambientais. 5. Entropia. I. Título.

CDD 333.7

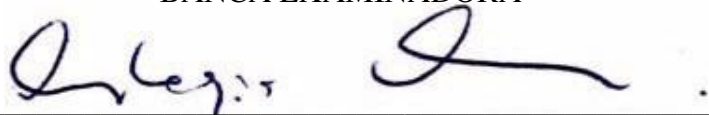
FÁTIMA AURILANE DE AGUIAR LIMA

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO NO DISTRITO DE TAPERA: O CASO
DO COMPLEXO TURÍSTICO E RESIDENCIAL AQUIRAZ GOLF & BEACH VILLAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Divisão Territorial e Desenvolvimento Sustentável.


Aprovada em: 03/03/2016

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas (Orientador)

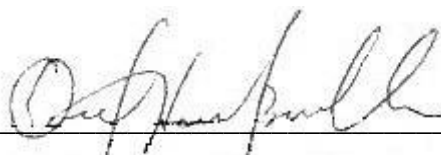
Universidade Federal do Ceará – UFC



Profa. Dra.

Maria Elisa Zanella

Universidade Federal do Ceará – UFC



Prof. Dr. Oriel Herrera Bonilla

Universidade Estadual do Ceará – UECE

A minha família e ao meu noivo, que estiveram sempre presentes em todos os desafios já enfrentados.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre estar guiando meus caminhos, me ajudando a vencer todas as dificuldades.

A toda minha família que ficou ao meu lado durante os momentos de estresse e impaciência, em especial minha querida mãe Aurizete, que incessantemente esteve ao meu lado me dando força e acreditando em minha capacidade; ao meu querido Pai Joserlan pela força e carinho; a minha querida irmã Ariane que com seu jeito alegre sempre traz paz e felicidade ao meu coração.

As minhas avós Raimuda e Francisca, ao meu avô Vicente, as minhas tias Darlen, Socorro, Marizete e Marionete, aos meus tios Neto e Darlan, aos meus primos Artur, Thayna, Thalia, Shumake, Patrick, aos pais do meu namorado, Fernando e Fátima, por todos os cuidados, apoio e orações.

Ao Fernando, meu amado, pelo seu amor, paciência, dedicação e companheirismo. Obrigada por você sempre me fazer sorrir em meio às dificuldades. Obrigada por você confiar que sempre posso ir mais longe e obrigada por sempre saber esperar, e mesmo com a distância nunca deixar de me apoiar.

Ao Prof. Eustógio Wanderley Correia Dantas, pela orientação, ensinamentos, paciência e confiança, sempre me incentivando e me fazendo acreditar que com esforço e perseverança daria tudo certo.

A Mayara, sempre muito dedicada a nossa amizade, sempre me ajudando nos momentos mais difíceis, com conselhos, contribuições à dissertação, com carinho, amor e muitas orações, dado-me a oportunidade de estreitamento dos laços de amizade em momentos difíceis de minha vida. Obrigada pela amizade incondicional.

A minhas amigas Jennifer, Dalila e Liana, pelos ensinamentos, pelos momentos de descontração, pela amizade verdadeira, pelas orações e por sempre estarem presentes nas horas mais difíceis. Vocês foram um grande presente, e louvo a Deus a cada dia por tê-las como amigas.

A minhas amigas Rafaela, Sara e Grasielle pelo companheirismo, anos de amizade, dedicação e por me acalmarem nos momentos de desespero.

A minhas amigas Cíntia e Ingrid, companheiras de caminhada na Universidade, por sempre me compreenderem e me ensinarem que a vida não é tão complicada quanto parece. Obrigada por todo o apoio, por tudo que já fizeram por mim e por sempre poder contar com vocês.

A Jessica, por seu carinho, pela forma incrível de compreender o que sinto e pelos conselhos que me ajudam nas difíceis decisões.

Ao grupo LAPUR, por todas as experiências e ensinamentos, mas principalmente aos queridos amigos que fiz neste grupo: Nayrisson, Thiago, Alexandre, Luana, Ana, Dyenice, Gabriela, Cláudio, Beatriz, Joy, Caio, Rachael e Enos por todos os momentos em que compartilhamos conhecimentos e alegrias.

Aos professores Alexandre e Clélia pelos ensinamentos e trocas de experiência que me fizeram enxergar a biologia de uma forma mais transdisciplinar. Obrigada por toda dedicação.

A todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão sempre próximos, fazendo a vida valer cada vez mais a pena.

“Porque se a gente perder pro empresário aí acaba tudo mesmo... ou vai pra luta ou perde seu espaço... porque se a gente perder não tem para onde ir não” (Valtemar)

RESUMO

O turismo é um setor da economia que vem se destacando ao longo dos anos e as belezas naturais cearenses são atrativos no desenvolvimento desta atividade. Por outro lado, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo no Brasil, marcadamente em seus diversos estados litorâneos, vem fortalecendo a expansão deste seguimento da economia. Neste contexto, é importante considerar o conceito de entropia, o grau de desordem de um sistema, já que ao passo que o turismo gera crescimento econômico, também provoca a manifestação de ideias controversas que levam em consideração os impactos sociais e ambientais negativos causados, principalmente, dentro das comunidades tradicionais, onde, muitas vezes, os grandes empreendimentos turísticos são instalados. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa em questão é investigar os impactos socioambientais gerados pela construção do Complexo Turístico Aquiraz Golf e Beach Villas (Aquiraz Riviera) no distrito de Tapera. Buscando melhor compreender a dinâmica vivenciada na região, bem como atingir o objetivo da pesquisa, foram realizadas entrevistas para sondar a situação vivida pelas comunidade do distrito de Tapera, localizadas nas proximidades do empreendimento, sendo estas: Engenho Velho, Currálinhos, Praia Bela, Sítio Barrinha, além do centro da Tapera. Também foram feitas entrevistas semiestruturadas junto aos responsáveis pelo empreendimento Turístico e junto a Secretaria de Turismo e de Meio Ambiente do município de Aquiraz. A partir da coleta dos dados pode-se salientar que o empreendimento encontra-se em uma Área de Preservação Permanente causando diversos impactos como desequilíbrio na dinâmica costeira de dunas, desmatamentos, pressão sobre a fauna, a flora, a água disponível, tendo em vista o aumento do consumo e o período de seca, e sobre destino final dos resíduos sólidos, tendo em vista a saturação da capacidade do aterro do município. Os impactos sociais existentes são positivos e negativos. Os primeiros também são impactos econômicos, sendo o principal deles a geração de emprego e renda, além do incentivo ao comércio e aumento da arrecadação de impostos. Em contrapartida, há os impactos sociais negativos. A população sofre com a escassez dos recursos hídricos, com as dificuldades de acesso a praia, a interferência na pesca para subsistência e nas atividades de lazer livremente realizadas anteriormente. A comunidade também sente-se inferiorizada e excluída do processo de desenvolvimento e de tomada de decisão. Pode-se finalmente considerar que muitos destes impactos foram gerados por uma falta de organização e planejamento do poder público com relação ao gerenciamento dos recursos infraestruturais, financeiros e ambientais do município de forma que a intensificação da atividade turística não foi acompanhada pela demanda de crescimento populacional da região.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendimentos turísticos. Comunidades Tradicionais. Impactos Sociais. Impactos Ambientais. Entropia.

ABSTRACT

Tourism is a sector of the economy that has been increasing over the years and Ceará natural beauties are attractive in developing this activity. On the other hand, public policies for the development of tourism in Brazil, notably in its various coastal states, have strengthened the expansion of this segment of the economy. In this context, it is important to consider the concept of entropy, the disorder levels of a system, since while tourism generates economic growth, also causes the expression of controversial ideas that take into consideration the negative social and environmental impacts, particularly within traditional communities, where often the major tourist projects are installed. In this sense, the objective of the research in question is to investigate the effects generated by the construction of Tourist Complex "Aquiraz" Golf and Beach Villas ("Aquiraz Riviera") in "Tapera" district. Seeking to better understand the dynamics experienced in the region, as well as achieve the goal of the research, questionnaires will be used to probe the situation experienced by the community of Tapera district, located nearby of the Complex, which are: "Engenho Velho", "Currálinhos", "Praia Bonita", "Sítio Barrinhas", beyond the center of "Tapera". Also will be made semi-structured interviews with those responsible for "Aquiraz Riviera" and with the Department of Tourism and Environment of the city of Aquiraz. From the collection of the data may be noted that the project is in a permanent preservation area causing several impacts such as imbalance in the coastal dynamic dunes, deforestation, pressure on the fauna, set of plants, water available, in view of increasing consumption and the dry season, and on final disposal of solid waste, given the saturation of the municipal landfill capacity. The social impacts are positives and negatives. These positives impacts are also economic impacts, the main one being the generation of employment and income, in addition to promoting trade and increasing the tax collection. In contrast, there are negative social impacts. The population suffers from a shortage of water resources, with the difficulties of access to the beach, interference with fishing for subsistence and leisure activities freely undertaken previously. The community also feels lower and excluded from the development process and decision making. Finally it can be considered that many of these impacts were generated by a lack of organization and planning of the government in relation to the management of infrastructural, financial and environmental aspects of the municipality so that the intensification of tourist activity has not been accompanied by the demand of population growth of region.

KEYWORDS: Tourist developments. Traditional communities. Social impacts. Environmental impacts. Entropy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Localização das comunidades tradicionais e o empreendimento Aquiraz Riviera no distrito de Tapera - CE	56
Figura 02 – Empreendimento Aquiraz Riviera no Distrito de Tapera – CE	58
Figura 03 – Coruja buraqueira encontrada nas imediações do empreendimento	70
Figura 04 – Caracará encontrado nas imediações do empreendimento.....	70
Figura 05 – Área que se pretende preservar intacta para melhorar as condições de preservação local	71
Figura 06 – Brita depositada sobre as dunas móveis	72
Figura 07 – Caminhão de lixo da empresa contratada para fazer a coleta de resíduos do empreendimento	72
Figura 08 – Placa identificando a Área de Preservação Permanente	74
Figura 09 – Área de Preservação Permanente	74
Figura 10 – O Rio Catú e o empreendimento Aquiraz Riviera no distrito de Tapera – CE.....	77
Figura 11 – Bacia hidrográfica do rio Catú com indicação dos barramentos de pequeno e médio porte e áreas com controle de vazões.	78
Figura 12 – Estufa de cultivo de espécies para o paisagismo	82
Figura 13 – Cultivo de Cajueiro	82
Figura 14 – Espécies de Gimnosperma não nativa utilizada no paisagismo da via de acesso ao empreendimento	83
Figura 15 – Espécies de Gimnospermas não nativas utilizadas no paisagismo do Golf Ville.	83
Figura 16 – Lagoa natural dentro do empreendimento.....	83
Figura 17 – Lagoa artificial dentro do empreendimento	83
Figura 18 – Muro que delimita o empreendimento	85
Figura 19 – Lagoa do Catú com um nível de água abaixo do normal.....	97
Figura 20 – Resíduos sólidos sendo queimados na comunidade de Currinhos	98
Figura 21 – Caminhão contratado por populares para realizar coleta de resíduos.....	99
Figura 22 – Vias públicas na comunidade de Praia Bela.	100
Figura 23 – Vias públicas na comunidade de Engenho Velho.....	100
Figura 24 – Sistema turístico com seus subsistemas.....	106
Figura 25 – Sistemas de inputs e outputs	107
Figura 26 – Classificação das atividades produtivas no turismo	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Nível de escolaridade dos entrevistados.	94
Gráfico 02 – Comparação entre o nível de escolaridade dos entrevistados com o nível de escolaridade de seus familiares	95
Gráfico 03 – Origem da água consumida pelos entrevistados.....	96
Gráfico 04 – Tipo de escoadouro do banheiro ou sanitário dos domicílios	98
Gráfico 05 – Renda mensal das famílias dos entrevistados.....	101

LISTA DE SIGLAS

ABIH-CE	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ABRACORP	Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas
AETA	Associação de Empreendimentos Turísticos de Aquiraz
APG	Associação Paulista de Golfe
APP	Área de Preservação Permanente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CBP-CE	Câmara Brasil-Portugal no Ceará
COELCE	Companhia Energética do Ceará
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CTT	Centro Tecnológico de Turismo
DBO	Demanda Bioquímica de Oxigênio
ECINF	Economia Informal Urbana
EMBRATUR	Empresa Brasileira do Turismo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MPF	Ministério Público Federal
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo
PAC	Programa de Aceleração do crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SETFOR	Secretaria Municipal do Turismo de Fortaleza
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado

PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
TUCUM	Rede Cearense de Turismo Comunitário
UTM	Sistema Universal Transversal de Mercator

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1. Objetivos.....	18
<i>1.2.1. Objetivo geral</i>	<i>18</i>
<i>1.2.2. Objetivos específicos</i>	<i>18</i>
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	19
2.1 Ecologia, entropia e turismo	19
2.2 O fenômeno do turismo litorâneo em Fortaleza e sua expansão para a região metropolitana.....	23
2.3 Políticas públicas e investimentos privados para o litoral leste e de Aquiraz.....	31
<i>2.3.1 Políticas Públicas para o Desenvolvimento do Turismo no Litoral Leste.....</i>	<i>34</i>
<i>2.3.2 Incentivo Privado.....</i>	<i>38</i>
<i>2.3.3 Impactos econômicos, sociais e ambientais do turismo</i>	<i>42</i>
<i>2.3.3.1 Impactos Econômicos do Turismo em Aquiraz.....</i>	<i>43</i>
<i>2.3.3.2 Impactos socioambientais do turismo</i>	<i>45</i>
3 METODOLOGIA.....	53
3.1 Tipologia da pesquisa	53
<i>3.1.1 Quanto à abordagem</i>	<i>53</i>
<i>3.1.2 Quanto à natureza</i>	<i>54</i>
<i>3.1.3 Quanto aos objetivos.....</i>	<i>54</i>
<i>3.1.4 Quanto aos procedimentos</i>	<i>54</i>
3.2 Aspectos geoambientais e de ocupação da área	55
3.3 Instrumento de coleta.....	59
3.4 Método de análise	60
<i>3.4.1 Análise qualitativa</i>	<i>60</i>
<i>3.4.2 Análise quantitativa.....</i>	<i>61</i>
<i>3.4.3 Organização dos dados analisados</i>	<i>62</i>
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	63
4.1 Caracterização da dinâmica turística na visão dos empreendedores.....	63
<i>4.1.1 Perfil do turista/divulgação e informações sobre o empreendimento</i>	<i>63</i>
<i>4.1.2 Serviços, atrativos e infraestrutura</i>	<i>64</i>

<i>4.1.3 Preservação ambiental</i>	67
<i>4.1.4 Energia</i>	74
<i>4.1.5 Gestão de efluentes/uso da água e de resíduos sólidos</i>	75
<i>4.1.6 Seleção e uso de insumos</i>	81
<i>4.1.7 Paisagismo</i>	82
<i>4.1.8 Relacionamento com outros atores locais</i>	83
4.2 Caracterização da dinâmica turística na visão do poder público	87
<i>4.2.1 O turismo no município de Aquiraz</i>	87
<i>4.2.2 O turismo e o complexo turístico Aquiraz Riviera</i>	90
4.3 A construção do complexo turístico na visão da comunidade do distrito de Tapera	92
<i>4.3.1 Perfil socioeconômico dos entrevistados</i>	93
<i>4.3.1.1 Origem e composição das famílias</i>	93
<i>4.3.1.2 Escolaridade</i>	93
<i>4.3.1.3 Origem e abastecimento da água consumida</i>	95
<i>4.3.1.4 Condições Sanitárias</i>	97
<i>4.3.1.5 Condições de Segurança e Vias de acesso</i>	99
<i>4.3.1.6 Trabalho e renda</i>	100
<i>4.3.1.7 Lazer e informação</i>	103
<i>4.3.1.8 Nível de associativismo na resolução dos conflitos</i>	104
<i>4.3.2 Entropia X Impactos socioambientais do turismo em Tapera X Homeostase</i>	106
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
APÊNDICES	130
APÊNDICE A – Entrevista a ser realizada com a comunidade de Tapera	131
APÊNDICE B – Entrevista com o gestor do empreendimento	138
APÊNDICE C – Entrevista com a Secretaria de Turismo e de Meio Ambiente	144
APÊNDICE D – Termo de Consentimento	147
ANEXO	149
ANEXO A – Termo de aprovação do Comitê de Ética	150

1 INTRODUÇÃO

Para a elaboração do presente trabalho as inúmeras discussões geradas durante a realização das disciplinas do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente foram de suma relevância.

Dessa forma, julga-se pertinente, antes de explanar diretamente sobre o tema em questão, que envolve o turismo e as relações com a sociedade, fazer um apanhado inicial sobre as interações entre o homem e a natureza de forma sucinta.

O homem, desde os primórdios, busca compreender os fenômenos naturais. Inicialmente, percebe a natureza como algo mítico e repleto de fantasias, apresentando um sentimento de temor perante a complexidade dos acontecimentos que não conseguia compreender e explicar.

Porém, na busca pela compreensão de seus questionamentos e para atender a suas necessidades, o homem passa a dominar a natureza, enxergando-a como uma entidade exterior da qual não faz parte. Essa forma de perceber o ambiente fez com que o homem passasse a dominá-lo, utilizando seus recursos de forma indiscriminada sem se preocupar com a escassez dos mesmos (LUSTOZA, 2006).

A relação entre homem e natureza tornou-se ainda mais fragmentada com a Revolução Industrial que ocorreu no século XVIII. A descoberta de novos processos produtivos levou ao aumento da exploração dos recursos naturais e conseqüentemente à busca excessiva pelo lucro.

Cresce, dessa forma, o valor de troca em detrimento do valor de uso. O ser humano passa a explorar não somente para atender a suas necessidades de sobrevivência, mas para gerar lucro, ultrapassando os limites de consumo e afastando a condição de equilíbrio do planeta.

Como afirma Caruso (2012), o Planeta Terra não é um sistema isolado e, conseqüentemente, as partes que o formam também não o são, já que trocam matéria e energia com os demais sistemas. Assim, pode-se conceber a ideia de entropia importada da termodinâmica e que se refere ao nível de organização dos elementos de um sistema.

Sistemas sustentáveis são bastante organizados, produzindo pouca entropia, o que os diferencia dos sistemas insustentáveis. Dessa forma, percebe-se que os conceitos de sistema e entropia auxiliam na compreensão da grandeza dos impactos ambientais resultantes das diversas atividades econômicas (CARVALHO, 2011).

Nesta reflexão a espécie humana precisa conscientizar-se de que as atividades econômicas e a garantia da qualidade de vida da sociedade, dependem dos serviços ecossistêmicos, que podem ser definidos como as condições e processos que ocorrem nos sistemas naturais e que são importantes para a manutenção e garantia da qualidade de vida humana (DAILY, 1997).

Tomando como exemplo de serviços ecossistêmicos a ciclagem de materiais, os sistemas produtivos geram resíduos que não retornam a este sistema com a mesma qualidade com a qual foram retirados da natureza, podendo-se afirmar com isso que a economia faz parte de um ciclo fechado e isolado (ANDRADE; ROMEIRO, 2009).

É neste contexto de constantes transformações naturais provenientes do modo de produção que faz-se necessária a reflexão sobre o modo de produção dos espaços, sendo este resultante das relações entre a sociedade e a natureza e, por sua vez, fruto das relações sociais.

Ao pensar o turismo como um conjunto de atividades e serviços que apresentam relação direta com a cultura do consumo, inicia-se uma reflexão sobre o uso dos espaços naturais como turísticos (SANTOS, 2007).

Os crescentes investimentos públicos, o avanço nos sistemas de transporte e comunicação, a redução do tempo e do custo das viagens, e as conquistas sociais, como as férias remuneradas, tem fortalecido o processo de globalização do turismo (CUNHA; CUNHA, 2005), bem como acelerado a transformação dos espaços.

Neste interim, grandes empreendimentos turísticos vêm sendo construídos no litoral brasileiro. Atraídos pelas condições supracitadas, acabam por oferecer ao turista, um espaço completo, onde aquele possa usufruir de inúmeras atividades como lazer, alimentação, estadia e o conforto da vida moderna.

Estes complexos, porém, à medida que suprem todas as exigências dos turistas, formam uma espécie de isolamento, reduzindo a oportunidade de venda dos comerciantes locais e interação com a cultura da região, afastando o turista da realidade cotidiana, até mesmo passando uma imagem controversa das reais características locais.

É em meio a esta discussão que se motiva a elaboração deste trabalho, observando as inúmeras transformações econômicas, sociais e ambientais que vem ocorrendo em nosso país e que são fortemente relacionadas ao crescimento urbano-industrial que, por sua vez, ultrapassou a escala regional, atingindo o país como um todo. Neste contexto, pode-se perceber que a cidade de Fortaleza, juntamente com toda a sua área metropolitana, é fortemente influenciada por estas transformações.

As belezas naturais cearenses levaram a implementação de políticas voltadas para o turismo local. Como as praias são um grande atrativo, houve um crescente desenvolvimento de práticas turísticas, o que, por sua vez, reflete nos aspectos socioambientais, levando a profundas alterações socioespaciais.

Dentro do espaço litorâneo cearense, Aquiraz, município onde se encontra o distrito de Tapera e o Empreendimento Turístico Aquiraz Golf e Beach Villas (Aquiraz Riviera), objetos de estudo desta pesquisa, destaca-se por se integrar ao contexto metropolitano do turismo litorâneo.

Isto deve-se ao fato de que seus espaços litorâneos valorizaram-se com a formação de uma classe média na capital cearense, o advento do automóvel, a melhoria da infraestrutura viária, a proximidade com Fortaleza e o aumento do número de segundas residências no município. Além disso, estas novas constantes acabam por atrair investimentos imobiliários fortalecendo a instalação dos grandes empreendimentos turísticos (PEREIRA; DANTAS, 2008).

Porém, como considera Brasil (2000) os complexos turísticos e de lazer são atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais. Silveira e Zem (2010) ainda destacam como efeitos negativos do turismo o desordenado crescimento urbano, a degradação do meio ambiente e as desigualdades sociais.

Sobretudo, as exigências de um desenvolvimento que obedeça os anseios capitalistas vêm fazendo com que a atividade turística cresça de forma acelerada e desordenada, por vezes não respeitando as capacidades naturais e sociais das localidades, ao passo que a prestação de serviços vai se descobrindo como lucrativa atividade econômica.

Para tanto, é mister compreender a dinâmica do turismo, percebendo os impactos sociais e ambientais gerados, as formas de minimizá-los, além de especular sobre a verdadeira necessidade destes empreendimentos, tomando por base a degradação ambiental, destruição do patrimônio cultural, histórico e étnico de uma população.

Neste contexto, surgiram alguns questionamentos que nortearam o desenvolvimento do presente trabalho, quais sejam: i) Quais os impactos causados pelo Aquiraz Riviera no distrito de Tapera? ii) Quais as medidas que os gestores do empreendimento tomam para mitigar os impactos socioambientais? iii) De que forma o poder público participa e contribui com o desenvolvimento do turismo em Aquiraz? iv) Como as comunidades locais interagem com a dinâmica do turismo?

Dessa forma, o esclarecimento destes fenômenos se faz necessário para a compreensão da importância da preservação dos recursos ambientais e da integridade dos

valores das comunidades locais e para que, a partir disto, a própria população, bem como as autoridades responsáveis pela manutenção da qualidade de vida local, passem a perceber a relevância da preservação destes patrimônios, a fim de contribuir com a dinâmica que mantém o bem-estar e o conforto da vida em sociedade.

Por conseguinte, nesta seção foram apresentadas as razões que levaram à escolha desta temática e do local onde o estudo foi realizado, a descrição sobre o contexto no qual a mesma encontra-se inserida, justificando-se o tema, considerando sua relevância e contribuições para a boa prática do turismo, bem como contribuição para um desenvolvimento sustentável.

Também foram apresentadas as preocupações que envolvem a problemática em questão, definindo os questionamentos, sendo descritos abaixo os objetivos que nortearam a realização deste estudo.

1.1. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

Investigar os impactos socioambientais gerados pela construção do Complexo Turístico Aquiraz Golf e Beach Villas (Aquiraz Riviera) no distrito de Tapera.

1.2.2. Objetivos específicos

- Identificar a dinâmica socioambiental do empreendimento com relação ao seu processo de implantação;
- Entender como a prefeitura participa e contribui com o desenvolvimento do turismo no distrito de Tapera;
- Compreender como a população do distrito de Tapera interage com a dinâmica da expansão do turismo no local.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção será feito um embasamento teórico acerca de quatro assuntos distintos para ajudar a responder as questões de pesquisa. Inicialmente há um levantamento sobre o estudo da ecologia e do turismo; na segunda seção descreve-se o fenômeno do turismo litorâneo na capital cearense e sua expansão para a região metropolitana; na terceira seção segue-se apresentando sobre as políticas públicas e os investimentos privados que impulsionam o turismo em Aquiraz, descrevendo sobre a instalação dos grandes empreendimentos turísticos existentes neste município; e por fim, apresentam-se os impactos econômicos e socioambientais provenientes da atividade turística.

2.1 Ecologia, entropia e turismo

O estudo da ecologia engloba assuntos como organização dos seres vivos, componentes abióticos, ciclos biogeoquímicos, biomas, interações ecológicas, sucessão ecológica e desequilíbrios ambientais. Este último item está estritamente relacionado às ações antrópicas em meio à natureza (ODUM, 2001).

O homem retira do ambiente tudo aquilo de que necessita (alimentação, vestimenta, material para a construção de abrigos e armas para proteção). Com o passar do tempo, as necessidades deixaram de ser a extração para o simples uso de recursos, passando a ser valorizado o acúmulo de bens de troca e posteriormente venda. Por conseguinte, surge o lucro como forte controlador da economia (BRASIL, 2005).

O termo economia provém do grego e significa gerir, ou seja, administrar a casa. Neste caso, pode-se considerar a casa como sendo o ambiente (ODUM, 2001). Mas, segundo Turolla e Hercowitz (2007), tradicionalmente a economia não preocupa-se com as questões ambientais: “Nessa perspectiva, a natureza importava apenas como provedora de recursos ou como depósito para os despojos gerados pelo setor produtivo, com capacidade infinita.” (TUROLLA; HERCOWITZ, 2007, p.1)

Porém, essa forma de conceber a economia, aos poucos foi se tornando obsoleta. Os problemas ambientais provenientes da emissão de poluentes e da extração excessiva dos recursos naturais para suprir as demandas de mercado vêm fazendo com que o homem reflita sobre as suas ações e busque atividades econômicas que respeitem os limites de resiliência do ambiente (BRASIL, 2005).

Compreender como ocorrem os desastres ambientais, suas causas e consequências, bem como a resiliência dos ambientes naturais é importante para que o homem estabeleça uma relação mais harmônica com a natureza, já que é clara a interdependência entre estas duas entidades (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA; REIS, 2007).

Smith (1988) defende que deve-se extrair da natureza apenas o necessário para a sobrevivência dos seres vivos, de forma que os seres humanos e o ambiente estabeleçam entre si uma relação de ajuda mútua, já que obedecendo às regras naturais, homem e natureza conseguiriam se manter em equilíbrio.

Compreender que todo o conforto e bem-estar almejado pela espécie humana dependem do uso correto dos recursos da natureza é o passo inicial a ser tomado para que haja uma redução considerável dos problemas ambientais que a sociedade enfrenta (BRASIL, 2005).

Neste contexto, no período em que o crescimento econômico mostra-se como a única maneira para garantir o bem-estar da sociedade, que se intensificam os problemas ambientais, sendo importante reconhecer que prosseguir com os níveis de crescimento em que a economia se encontra, apenas faria o processo entrar em colapso, caminhando para um verdadeiro abismo (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA; REIS, 2007).

Buscando compreender a crise ambiental, Souza-Lima (2004) afirma que esta não pode ser desagregada da forma social de produção capitalista. Assim, é mister entender as relações entre economia e natureza.

Neste contexto, faz-se necessário o esclarecimento sobre os conceitos de economia ambiental e de economia ecológica. Estas são correntes metodológicas que procuram explicar as problemáticas ambientais, determinando ações que almejam resultados eficazes a partir de processos que envolvem a utilização dos recursos naturais (SOUZA, 2008).

Montibeller-Filho, Souza e Bôlla (2012) afirmam também que a economia ambiental e a economia ecológica objetivam uma relação mais harmônica da produção e do consumo com a natureza, de maneira a auxiliar nas formas de gestão e escolha das decisões que revelam boas práticas socioambientais.

Entretanto, ainda que pareçam bastante semelhantes, estes conceitos apresentam diferenças significativas. Foladori (2001) defende que a economia ambiental considera os recursos como infinitos, além de resguardar a ideia de liberdade de mercado. Já a economia ecológica entende que os recursos são finitos, preocupando-se com uma equidade na distribuição dos mesmos.

Para Amazonas (2014) a Economia Ecológica deve ser vista partindo-se do pressuposto das condições do mundo biofísico, já que a economia depende dos insumos oferecidos pelo meio. Neste contexto Maurício Amazonas faz a seguinte colocação:

[...] para o entendimento do funcionamento do sistema econômico e de suas relações com os recursos ambientais, é fundamental a compreensão de seus fluxos e balanços materiais e energéticos, o que coloca em posição de importância central os princípios biofísicos, especialmente os princípios termodinâmicos - Lei da Conservação (Primeira Lei da Termodinâmica) e Lei da Entropia (Segunda Lei da Termodinâmica) (AMAZONAS, 2014, p. 01).

Considerar a Lei da Entropia é imprescindível, pois segundo o postulado de Kelvin, descrito por Oliveira (2010), não é possível realizar uma alteração capaz de transformar em trabalho todo o calor retirado de uma fonte.

Trazendo o conceito da física e inserindo-o nas discussões que envolvem as questões ambientais, Carvalho (2011) afirma que qualquer processo que gere desorganização ou torne um sistema menos eficiente, causa um aumento na entropia. Por exemplo, áreas queimadas e desmatadas não são mais estáveis como eram em seu estado natural. Assim, não conseguem estabelecer o equilíbrio e a sobrevivência das espécies que ali estavam presentes.

Neste caso, é relevante pensar que a definição de sustentabilidade somente pode ser descrita em função dos impactos gerados pelas atividades econômicas. A sustentabilidade, dessa forma, deve configurar-se como mantedora de um fluxo equilibrado da entropia dos sistemas, gerando condições de sobrevivência coerentes com os aspectos tradicionais, culturais, históricos, étnicos, sociais, econômicos e ambientais de cada parcela da população, respeitando seus modos de vida (DANTAS, 2014).

Porém, é relevante destacar que o modelo de desenvolvimento globalizado não permite que as comunidades, com suas particularidades, sejam respeitadas, estabelecendo, à sua maneira, a sustentabilidade. Como afirma Souza-Lima (2004) as formas de fazer economia não consideram a intervenção das relações sociais nas interações entre o ser humano e a natureza. Dessa forma, “a apropriação dos recursos naturais é definida a partir de interesses que contemplam as preferências de alguns grupos, não de toda sociedade [...]” (SOUZA-LIMA, 2004, p. 122).

O desenvolvimento, da forma como é disseminado, tendo em vista o modo de produção capitalista, visa atingir interesses particulares, obedecendo a uma busca desenfreada pela industrialização, gerando um padrão de consumo que contribui cada vez mais com o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), colocando como segunda importância o bem-estar social (OLIVEIRA, 2007).

Logo, segundo Vasconcelos e Garcia (1998) o desenvolvimento deve existir, porém sendo caracterizado por um crescimento econômico que acompanhe a melhoria da qualidade de vida, contribuindo com a ascensão dos indicadores de bem-estar econômico e social, como moradia, desemprego, condições de saúde, pobreza, desigualdade, alimentação e educação.

Julga-se relevante também compreender quais os verdadeiros conceitos, por exemplo, de pobreza e qualidade de vida. Estes são parâmetros que não podem ser classificados apenas tomando-se por base o quesito financeiro, mas devem levar em consideração o respeito à cultura, história, etnia, tradições e modo de vida de um povo (OLIVEIRA, 2002).

Para tanto, desenvolver críticas ao modelo hegemônico de desenvolvimento e ao uso de expressões sem sua apropriada definição é de suma importância para que ocorram mudanças na forma atual de alcançar o desenvolvimento e a preservação dos recursos (OLIVEIRA, 2002).

Segundo Brasil (2009) o modelo de desenvolvimento econômico globalizado tem sofrido muitas críticas, principalmente no que diz respeito às desigualdades geradas em âmbitos regionais. Essas críticas surgem devido ao “abuso” da globalização e das instituições internacionais que promovem o neoliberalismo sem considerar os padrões éticos.

Santos (2005) define a globalização contra-hegemônica como um vasto conjunto de redes, iniciativas e movimentos que lutam contra as consequências econômicas, sociais e políticas da globalização hegemônica, se opondo a esta concepção de desenvolvimento e propondo concepções alternativas.

Assim, faz-se necessário debater sobre os desafios na formulação de políticas de desenvolvimento local e na criação do ambiente necessário para que o processo se dê como via de emancipação social e econômica (HAN, 2009).

Conhecer profundamente o significado de desenvolvimento e sustentabilidade, bem como suas relações com o ambiente, permite colaborar expressivamente com a preservação dos recursos naturais respeitando também os modos de vida da sociedade (OLIVEIRA, 2002).

Por conseguinte, insere-se a dinâmica que envolve as regiões urbanas. Estas distinguem-se pelo crescimento contínuo e acelerado das modificações do espaço, o que, por sua vez, reflete nos aspectos ecológicos, psicológicos, sociais e estético da vida nas cidades, fruto de profundas mudanças nas relações sócio-espaciais (NUCCI, 2008).

Sobretudo, este fato se deve a agentes sociais, como a submissão a interesses dos proprietários dos meios de produção e de terras, dos promotores imobiliários, sendo excluídos, muitas vezes, o Estado e grupos sociais que produzem e consomem o espaço. A ação desordenada destes agentes sociais reflete a degradação das condições de vida nas cidades brasileiras (NUCCI, 2008).

Assim, é fácil perceber que o crescimento urbano desgasta as comunidades deixando-as fragilizadas. Em meio as atividades relacionadas a degradação das condições de vida nas cidades, neste trabalho o turismo é destacado, tendo em vista os impactos socioambientais que causa.

Sobre o turismo, como atividade econômica, Julio Cesar e Roney Carlos fazem a seguinte colocação:

O turismo tem potencial para ser um importante elemento na propagação dos benefícios da expansão do mercado, uma vez que pode e deve ser veículo de transferência de recursos entre regiões, criando um fluxo de recursos por municípios e localidades, no entanto, deve-se considerar que esta divisão de trabalho cria impactos e novas fronteiras dentro do país, que se caracterizam por um novo modelo de consumo e portanto dificuldade de manutenção, ou preservação, da cultura local (CUTER; BAPTESTONE, 2010, p. 102).

Neste contexto, o turismo como atividade econômica precisa ser discutido, ao passo que, muitas vezes, é fortalecido com um discurso de que traz benefícios para muitas populações locais, já que gera emprego, melhora a renda das famílias, proporciona melhoria na qualidade de vida, oferecendo novas oportunidades para a região onde se desenvolve.

Porém o que muitas vezes não é percebida é a real necessidade das comunidades, o que elas almejam, quais suas vontades, ou o que realmente está em jogo que é sua identidade, história, etnia, cultura e, sobretudo, seus valores.

Para discutirmos um pouco sobre esta questão trataremos posteriormente sobre alguns pontos importantes, impactos positivos e negativos que a atividade turística pode proporcionar às comunidades onde se desenvolve.

2.2 O fenômeno do turismo litorâneo em Fortaleza e sua expansão para a região metropolitana

Inicialmente, a ocupação da zona litorânea se deu de forma diferenciada entre as classes mais e menos abastadas. As classes mais populares utilizavam-se da costa objetivando entretenimento, enquanto a elite buscava os tratamentos terapêuticos. Com a Primeira Revolução Industrial os problemas ambientais no meio urbano são intensificados. Dessa

forma, as pessoas passam a buscar o mar pela sensação de prazer e de bem-estar que proporciona (DANTAS, 2010).

Como forma de usufruir deste ambiente, em Fortaleza, eram promovidas serenatas durante as noites de lua cheia e caminhadas na praia, de forma semelhante às práticas ocidentais, mas que não representavam forte influência ao processo de urbanização, já que ainda era intenso o vínculo com o interior, que tinha a zona portuária como única forma de comunicação com o mar (DANTAS, 2010).

À medida que a elite ocupa mais intensamente a costa da capital cearense, expandem-se as mudanças na paisagem com a construção de residências secundárias que passam a substituir os vilarejos de pescadores e as favelas (DANTAS, 2010).

Assim, pode-se afirmar que as primeiras práticas marítimas modernas desenvolvidas foram os banhos de mar, as caminhadas e a vilegiatura, sendo esta, posteriormente substituída, no caso de Fortaleza, pelas moradias permanentes. Assim, a elite deixa de frequentar o litoral apenas buscando descanso e momentos de lazer, passando a residir nestes locais (DANTAS, 2010).

Desconstrói-se um espaço de trabalho (pescadores) e de habitação (retirantes), passando-se a construir um espaço voltado para o lazer, com o apoderamento, pelas classes mais abastadas, da zona leste da cidade (DANTAS, 2010). Há a transição de um espaço de produção para um espaço de consumo.

Com o fortalecimento das demandas pelo lazer nas zonas de praia e considerando as condições naturais favoráveis cearenses, a partir de 1980 estabeleceu-se no Ceará uma política de desenvolvimento fundada no turismo visando inserir Fortaleza na rede internacional (DANTAS, 2010).

Para isso transformações espaciais mais intensas foram necessárias, como a ampliação da infraestrutura (construção de vias, aeroporto, hotéis, dentre outros estabelecimentos que oferecessem serviços para alimentar o fluxo turístico), tornando-se Fortaleza ponto de recepção e de distribuição de turistas para a região metropolitana. O *marketing* também foi essencial para a divulgação e atração destes fluxos (PEREIRA, 2012).

Neste contexto, Fortaleza valoriza-se em meio ao turismo por suas belezas naturais, condições ambientais e posição geográfica favoráveis. Sua urbanização litorânea que se iniciou na década de 60 com a abertura da Avenida Beira-Mar, permeada, desde então, por diferentes formas de apropriação e uma variedade de agentes produtores (CAVALCANTE, 2014), fizeram com que a capital cearense se tornasse um dos destinos turísticos mais procurados do País.

O ano de 2014 foi marcado por uma movimentação que totalizou mais de 6,5 milhões de turistas, com crescimento de 16,19% se comparado ao ano de 2013. A quantidade de indivíduos que desembarcaram em Fortaleza em 2014 aumentou 14%, cerca de 400 mil pessoas a mais que em 2013, perfazendo um total de 3.228.134 passageiros (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2015).

Neste ínterim é importante destacar que o turismo configura-se como elemento intrinsecamente ligado à produção e ao consumo do espaço litorâneo, superando os usos tradicionais, como o da pesca e o dos portos, fazendo surgir uma nova dinâmica, em que se consolida como atividade que movimenta um grande volume de capital, promovendo profundas mudanças socioespaciais. Assim, percebe-se no litoral uma impressão de novas marcas, que conferem um novo sentido ao espaço, propelindo novos usos (COSTA, 2012).

Cada vez mais a Prefeitura de Fortaleza investe no turismo como setor que desenvolve a economia, divulga a cultura e as tradições locais, além da valorização do território. Grosso modo, Fortaleza consolida-se como importante destino turístico, destacando-se em seus mais diversos seguimentos: turismo de sol e praia, de negócios e de eventos de uma forma geral, incluindo também os eventos esportivos (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2015).

Assim pode-se ressaltar que esta capital é procurada por motivos de descanso e lazer, participação em congressos, cursos e seminários, participação em eventos relacionados ao comércio e aos negócios, bem como ao esporte, o que justifica os investimentos destinados a este setor.

Podemos destacar, por conseguinte, a infraestrutura em alguns pontos litorâneos que contribuem com a recepção dos turistas: o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, a Ponte dos Ingleses (popularmente conhecida como Ponte Metálica), o aterro da Praia de Iracema, Calçadão da Beira-Mar (local em que podem ser encontrados hotéis, bares, restaurantes, a feirinha da Beira-Mar que vende produtos artesanais, Show de Humor e Praças como Jardim Japonês e a Praça dos Estressados que possui equipamentos para realização de exercícios físicos) e as barracas da Praia do Futuro.

A Prefeitura de Fortaleza até novembro de 2014, investiu R\$ 89,9 milhões no turismo, por meio da Secretaria de Turismo. “Merecem destaques as ações de promoções do turismo na capital, obras de requalificação e novos projetos em desenvolvimento” (SETFOR, 2015, p.01).

Destaca-se assim, desde 2011, o grande investimento em mão de obra qualificada e infraestrutura, capacitando mais de sete mil profissionais, e sendo a primeira cidade a iniciar

as obras do PRODETUR (Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo), com a requalificações do Morro de Santa Terezinha e da Praça 31 de Março. Destacam-se também as obras do sistema viário da Praia do Futuro, afim de reestruturar a parte de drenagem e realizar melhorias no paisagismo, iluminação, conexões e jardinagem (SOARES, 2012).

Inclui-se também a obra da nova Beira-Mar, buscando reunir as melhores soluções para os problemas e os desafios enfrentados na organização e uso do espaço público no local. Também é importante destacar as intervenções em cinco trechos urbanos ligados a corrente turística na capital, dentre eles destacando-se a Avenida Monsenhor Tabosa. São relevantes, similarmente, estudos como o primeiro Inventário da Oferta Turística da cidade objetivando orientar os investimentos e caminhos para o melhor desenvolvimento do turismo (SOARES, 2012).

Os investimentos em toda a orla de Fortaleza são crescentes, ainda que seja notória a diferença entre os trechos oeste e leste do litoral, caracterizando-se por realidades completamente opostas como retratam Coriolano e Parente (2011):

Historicamente a orla oeste de Fortaleza foi ocupada, em grande parte, por favelas, equipamentos públicos de segunda ordem e indústrias. Contraditoriamente, ao lado de paisagens naturais de relevante beleza cênica, surgem favelas e antigas indústrias, passa pelo reordenamento urbano, visada por empreendedores do turismo globalizado, ou de mega empreendimentos e resorts. Espaços urbanos ficam em reserva para posterior incorporação ao reordenamento espacial (CORIOLANO; PARENTE, 2011, p.65).

Dessa forma, o turismo de sol e praia é desenvolvido mais intensamente no litoral leste, já que nesta área há infraestrutura e serviços que dão suporte a toda demanda turística que chega à cidade. Enquanto no litoral leste há hotéis de bandeira internacional, flats, restaurantes, bancos, casas de shows, dentre outros serviços, no litoral oeste destacam-se as favelas, equipamentos como o Instituto Médico Legal e Estação de Tratamento de Esgoto da CAGECE (Companhia de Água e Esgoto do Ceará) (CORIOLANO; PARENTE, 2011).

Estes autores ainda afirmam que essa realidade vem se modificando com as propostas de reordenação, modernização e redirecionamento da área para o turismo. Isto vem sendo feito por meio de planos governamentais como o Projeto Costa Oeste de 1995 - 1998 e o Projeto Vila do Mar de 2008. A partir destes investimentos o litoral oeste passa a ser disputado pelo mercado imobiliário tornando-se mais visível aos empresários do lazer e do turismo, fato que ratifica os crescentes investimetos voltados para o fortalecimento do turismo na capital cearense por toda sua extensão litorânea (CORIOLANO; PARENTE, 2011).

Além do turismo de sol e praia, outro setor que atrai investimentos para o litoral cearense é o turismo de negócios. Dados do Ministério do Turismo mostram que 25% dos

estrangeiros que vem ao Brasil buscam este seguimento turístico, gastando US\$ 102 por dia, contra US\$ 68,55 entre os que viajam a lazer (SETFOR, 2015).

Visando fortalecê-lo, a prefeitura de Fortaleza criou o Projeto Fortour, com o auxílio da SETUR (Secretaria de Turismo do Estado), ABIH-CE (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis) e Companhias Aéreas, visando apresentar a capital cearense para 500 agências de viagens provenientes da região sudeste, sul, centro-oeste e nordeste (SETFOR, 2015).

Deste projeto, faz parte o Fórum MICE da ABRACORP (Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas) que ocorreu entre os meses de março a maio de 2015, que visando atrair fluxos turísticos divulgou equipamentos como o Centro de Eventos, Acquário, Castelão, Beach Park, dentre outros (SETFOR, 2015).

Em 2013, a indústria de eventos do Brasil faturou R\$ 209,2 bilhões, gerando um impacto de 48,7 bilhões de impostos e 7,5 milhões de empregos, sendo realizados um total de 590 mil eventos. Dessa forma, Fortaleza busca um local de destaque no que concerne ao turismo de negócios e de eventos (SETFOR, 2015).

Em 2014 os eventos esportivos que mais impulsionaram a procura pela capital cearense foram a Copa do Mundo (junho e julho) e o *Ironman* (novembro). Este último movimentou mais de R\$ 10 milhões na economia local e há previsão para que sua segunda edição similarmente ocorra em Fortaleza. Durante a Copa também foi registrado um gasto de cerca de US\$ 1,5 bilhão (no país) pelos visitantes internacionais, dado que comprova a importância de eventos como este no aquecimento da economia (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2015).

Além desses eventos de grande porte, que atraem um grande contingente de turistas internacionais, podemos destacar eventos que ocorrem no litoral e também refletem a valorização destes espaços, como o Carnaval, Festas Juninas, Parada do Orgulho LGBT, Fortal, desfile de 7 de setembro e *Reveillon*.

O Carnaval, é responsável por movimentar a economia de todo o país, destacando-se os setores do turismo e dos negócios, sendo imprescindível no alcance de metas financeiras por atrair um grande número de turistas nacionais e internacionais. Também amplia o comércio, já que há crescimento nas vendas dentre as principais festas nacionais (DELGADO, 2012). Reiterando os impactos do Carnaval sobre a economia local, Braga descreve sobre o Carnaval de 2014:

A taxa média de ocupação hoteleira no Ceará foi de 92%. Em Fortaleza, houve pico de 100% de ocupação durante o período festivo em alguns hotéis. Cerca de 99 mil

turistas visitaram o Ceará via Fortaleza no feriado de Carnaval, com taxa de ocupação da rede hoteleira estimada em 92,1%, de acordo com o Departamento de Estudos e Pesquisas da Secretaria de Turismo do Ceará. O número foi 7,2% maior que no ano passado. O impacto estimado na economia foi de R\$ 123,3 milhões de receita direta, o que deve resultar em R\$ 215,9 milhões de renda gerada em toda cadeia produtiva do turismo (BRAGA, 2015, p. 01).

A prefeitura também promove, como incentivo ao turismo editais de apoio ao Pré-Carnaval, para seleção dos blocos de rua a fim de animar os foliões de Fortaleza. Os blocos se apresentam no Mercado dos Pinhões, ou seguem em cortejo, concentrando-se no Poço das Dragas, seguindo pela rua dos Tabajaras até o palco do Aterrinho. Outros blocos saem pela rua João Cordeiro, seguindo para o mesmo palco. Dentre os blocos que se apresentam existem o Luxo da Aldeia, Unidos da Cachorra, Baqueta, Camaleões do Vila, Bons amigos, Bonde Batuque e Cheiro (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2015).

A Secretaria do Turismo tem investido também nas Festas Juninas como atrativo turístico, sendo estas promovidas em bairros de todas as sete regionais de Fortaleza. A faixa litorânea da capital também se destaca com os concursos de quadrilha que ocorrem no Mercado dos Pinhões, próximo a Avenida Monsenhor Tabosa, na região do Mucuripe e no Centro de Arte e Cultura Dragão do Mar. Estes festejos são uma forma de divulgar para os turistas e mesmo para os fortalezenses, a cultura cearense recriando os povoados nordestinos (FALCÃO NETO, 2011).

Outro seguimento que se destaca é o turismo Gay ou LGBT, direcionado à população de gays, lésbicas, bissexuais e transexuais. Um dos eventos significativos que promovem este seguimento de turismo é a Parada do Orgulho LGBT, que também demonstra uma forma de valorização do litoral, pois assim como o desfile cívico militar, ocorre na Avenida Beira-Mar.

A capital cearense vem se destacando como atrativa ao público GLS, fato ratificado por Barros (2015, p.01):

A capital Fortaleza é o epicentro da badalação gay. Com sol praticamente o ano todo, impossível não curtir a orla da cidade, com praias deslumbrantes e estabelecimentos *friendly*. As praias de Meireles e a de Iracema são as mais movimentadas e com boa infraestrutura turística. Mais afastada do Centro, a praia do Futuro também é uma opção com barracas frequentadas pelo público gay como a Kabumba e a Croco Beach (BARROS, 2015, p.01).

Outro evento importante que ocorre em Fortaleza e que atrai turistas nacionais e internacionais é o carnaval fora de época conhecido como Fortal, que no ano de 2015 está em sua 17ª edição, reunindo artistas de renome nacional e internacional. Há dez anos o evento não ocorre mais na Beira Mar devido a perturbação sonora causada durante os dias de

realização do evento. Atualmente ocorre na Praia do Futuro em um Equipamento conhecido como “Cidade Fortal” que além de dinamizar outra porção litorânea da capital oferece mais conforto e estrutura aos foliões que buscam diversão durante os quatro dias de evento.

O desfile cívico militar de 7 de setembro também se destaca como forma de atração para o uso dos espaços litorâneos. Antes acontecia na Av. Desembargador Moreira, sendo transferido, a partir de 2002, para a Av. Beira-Mar, reunindo milhares de expectadores. No ano de 2014 desfilaram cerca de 3.790 militares, incluindo Aeronáutica, Marinha, Exército, Bombeiros e Polícia do Ceará, além de 3.700 civis, entre estudantes de escolas públicas e particulares e representantes de projetos sociais e agremiações (O ESTADO, 2014).

Outro evento, que assim como alguns dos supracitados, atrai anualmente grande contingente de turistas é o Réveillon de Fortaleza, sendo de grande relevância para o turismo e economia local, gerando emprego e renda (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2014). O secretário de turismo de Fortaleza em 2012, reitera que a Festa do Reveillon que ocorre no aterro da Praia de Iracema contempla todas as faixas sociais de forma democrática, caracterizando-se como um evento de grande porte, de qualidade cultural e recreativa e que também amplia a oferta turística do estado (SOARES, 2012).

Este evento vem se destacando por sua profissionalização e por reunir grandes artistas, entre bandas nacionais e locais. Para o ano de 2014, foram esperados mais de um milhão de pessoas, configurando-se este como o segundo maior Réveillon do país (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2015).

Com todos estes investimentos que Fortaleza recebe, a capital cearense configura-se como porta de entrada de turistas de diversos locais, fato que consolida o Ceará no cenário turístico nacional e internacional, visando não somente o desenvolvimento econômico, com a geração de emprego e renda, mas também sua contribuição com a divulgação da cultura e das tradições locais, fortalecendo a identidade cearense.

Assim, todos os investimentos voltados para a consolidação do turismo na capital são de suma importância para o desenvolvimento deste setor no estado, já que como descrito anteriormente, Fortaleza é receptora e distribuidora dos fluxos (turistas da própria região, bem como nacionais e internacionais) pelos demais municípios litorâneos que compõem sua região metropolitana.

Espaço que vem se fortalecendo nesta perspectiva é o município de Aquiraz. Sobre a influência da metrópole na consolidação das práticas do turismo litorâneo neste município, Pereira e Dantas (2008) ressaltam:

Fortaleza, maior cidade do Estado e matricial da Metr pole, é a maior responsável pela emissão de veranistas às zonas de praia do Ceará. A propaga o do desejo pelo marítimo, a forma o de uma classe média em Fortaleza (funcionários públicos estaduais e federais, comerciantes e aut nomos), o crescente deslocamento com o automóvel, a constru o de uma infra-estrutura viária satisfatória e a relativa proximidade, são elementos importantes para a valoriza o da orla marítima de Aquiraz, e consecutivamente, o aumento de segundas residências construídas no Município (PEREIRA, DANTAS, 2008, p.95).

Estes autores ainda destacam que,   fácil elencar argumentos que tornam a rela o Fortaleza e Aquiraz um caso relevante para compreender a intera o e expansão metropolitana. Isto se deve ao fato de Aquiraz manter rela es com Fortaleza desde o período colonial, compor a RMF (Região Metropolitana de Fortaleza) desde sua institui o, por ser o único município metropolitano no litoral leste, além de suas praias serem uma das primeiras a receber os veranistas fortalezenses.

Porém, antes de explanar sobre o fenômeno do turismo na região metropolitana e sobretudo em Aquiraz, é importante considerar os investimentos para o desenvolvimento do setor econômico em questão. Estes somente foram possíveis por que no século XX o turismo se articula com os outros setores econômicos para fortalecer a economia de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, sendo incluído na política estatal de desenvolvimento e planejamento (ARAÚJO; PEREIRA, 2011).

Para atender a estas necessidades, o Brasil cria em 1950 a EMBRATUR (Empresa Brasileira do Turismo) que se consolida em 1980 com a crise da ditadura e a abertura da política internacional. É nesta conjuntura que o nordeste brasileiro consolida-se como um dos principais destinos do turismo, já que apresenta “um extenso litoral, mão de obra abundante e capta o de incentivos fiscais” (ARAÚJO; PEREIRA, 2011, p.79).

Os recursos destinados ao turismo desenvolvido na Região Metropolitana de Fortaleza são provenientes tanto de capital público quanto privado. As políticas públicas que se destacam são o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR I, PRODETUR II e PRODETUR Nacional) e o PAC (Programa de Acelera o do Crescimento). Como investimentos privados destacam-se os direcionados a grandes *resorts*, que são em grande parte estrangeiros (de origem espanhola e portuguesa) e aplicados tanto em municípios litorâneos do litoral leste, quanto oeste do estado do Ceará (SILVA, 2013).

Devido a questões históricas, bem como aos investimentos destinados, na Região Metropolitana de Fortaleza, os municípios Caucaia e Aquiraz destacam-se como os de maior relevância turística, sendo que o último configura-se como maior receptor de investimentos privados da Região Metropolitana do Ceará (ARAÚJO; PEREIRA, 2011, p.79).

Dessa forma, é relevante compreender a dinâmica que envolve este município no que concerne ao envolvimento tanto de políticas públicas quanto de investimentos privados, sendo estes aspectos tratados na seção que segue.

2.3 Políticas públicas e investimentos privados para o litoral leste e de Aquiraz

No século XX, as conquistas trabalhistas, que trouxeram transformações sociais e econômicas, proporcionaram à população a atividade de lazer, aproximando as pessoas das possibilidades de terem momentos de entretenimento e recreação descobrindo oportunidades para viagens de turismo (NASCIMENTO; SILVA, 2009).

Tendo em vista a demanda por esse tipo de atividade, o litoral constituiu-se como espaço receptor destes fluxos, passando, ao longo dos anos, por um processo de reestruturação, ocasionado por intervenções públicas e privadas, tendo em vista as potencialidades naturais e as vantagens comparativas aí existentes, que favorecem o desenvolvimento de múltiplas atividades econômicas (SANTOS; VILAR, 2014).

Apesar da instabilidade no cenário econômico mundial, o turismo movimentou mais de US\$ 1 trilhão no ano de 2014, registrando um crescimento de 4,7% quando comparado ao ano de 2013. É neste panorama mundial que o Brasil destaca-se por ofertas turísticas nos mais diversos segmentos, como o turismo de sol e praia, ecoturismo e aventura, cultura, negócios, eventos e esportes, representando 3,6% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro (VICENTE NETO, 2015).

No contexto nacional, com cerca de 45% de todo o litoral do país e com aproximadamente 3.317 km, o Nordeste destaca-se como uma região potencialmente turística. Neste meio, o Ceará consolida-se como importante destino, nacional e internacional, tendo recebido 2,3 milhões de turistas no ano de 2010 (ARAÚJO, 2011).

Neste estado, como principais destinos turísticos, pode-se destacar Fortaleza (capital) e sua Região Metropolitana. Para compreender a formação do espaço litorâneo metropolitano cearense, é importante entender as relações estabelecidas entre Fortaleza e Aquiraz (PEREIRA; DANTAS, 2008). Este município que dista aproximadamente 26 Km da capital, foi a primeira vila da capitania, sendo criado em 1699 por ordem do rei de Portugal, e tendo sido, por vezes, sede desta regência (IBGE, 2010).

Antes da institucionalização da Região Metropolitana de Fortaleza, Aquiraz já representava uma das formas de expansão da malha urbano com a propagação das segundas

residências destinadas ao veraneio marítimo, ocupando terceiro lugar no que tange à distribuição destes domicílios (PEREIRA; DANTAS, 2008).

Segundo Lima (2012) desenvolver o turismo em Aquiraz foi uma tarefa complicada inicialmente. Mas como afirmam Pereira e Dantas (2008, p. 94):

O fluxo de pessoas, mercadorias, intervenções e investimentos, fomentados pelo processo de valorização do espaço litorâneo, definiram a integração das praias de Aquiraz ao contexto metropolitano; despertando um outro gênero de ocupação, responsável pela dinamização dos espaços litorâneos na região metropolitana e gerando, a partir da capital, um novo fluxo de veranistas ali residentes (PEREIRA; DANTAS, 2008, p.94).

Características que fortaleceram o turismo neste município foram a ação conjunta da prefeitura e da Associação do Porto das Dunas, buscando-se estimular questões que envolvem a sustentabilidade. Assim, foi criado o primeiro bairro verde do estado do Ceará, tendo-se lutado também pela coleta seletiva, limpeza das praias, saneamento básico, aliando-se, para isso, ao governo do estado (LIMA, 2012).

Este mesmo autor ainda cita outras ações que vêm sendo desenvolvidas para atrair novos equipamentos, visando a aproximação de visitantes: participação em feiras nacionais e internacionais para a captação de turistas; recepção de *fam tours* da Espanha, Rússia, Portugal, Itália, dentre outros, em parceria com o governo do estado; viabilização de obras de infraestrutura como:

[...] alargamento da rodovia que leva ao Iguape; restauração das duas entradas da Tapera; iluminação da praia do Iguape; requalificação da Prainha; projeto de eficiência energética com iluminação de LED na Tapera e reforma do terminal rodoviário na sede do município (LIMA, 2012, p. 01).

Lima (2012) também enfatiza a valorização de práticas tradicionais: as regatas de jangadas como manifestações dos pescadores, o fortalecimento do artesanato em palha, madeira, couro, dentre outras origens, além do destaque para as rendeiras. A valorização do patrimônio histórico, como a conservação da casa do Capitão-Mor que dirigiu a vila de Aquiraz no período de sua fundação; os engenhos com suas características originais que hoje permanecem com uma produção artesanal; além da culinária local com evidência para o pescado e frutos do mar em geral, são outros destaques.

Essa crescente valorização das zonas de praia contribuiu para que segundas residências, condomínios de veraneio, *resorts* e outras infraestruturas de turismo fossem instalados, com o intuito de explorar ao máximo os valores paisagísticos costeiros, o que acarreta profundas transformações ambientais, territoriais e sociais (SANTOS; VILAR, 2014).

Esse processo é notório no município de Aquiraz. Por ser bastante procurado nacionalmente e internacionalmente iniciaram-se grandes investimentos de origem privada em busca de qualidade na hospedagem para os visitantes, como a instalação de alguns equipamentos turísticos, como descrito abaixo:

No município foram construídos hotéis e resorts de alto luxo, tal o Dom Pedro Laguna Beach Vilas e Resort, alicerce do empreendimento Aquiraz Riviera que dispõe, dentre outros atrativos, de um campo de golfe com nove buracos, na Praia de Marambaia, e o complexo Beach Park, que abriga em local único um restaurante na beira da praia do Porto das Dunas, dois resorts e o melhor parque aquático da América Latina, com o seu Acqua Park que possui 19 grandes atrações. Outros equipamentos capazes de agradar as classes menos favorecidas, igualmente foram construídos, sempre incentivados pelo poder público (LIMA, 2012, p. 01).

Nestas condições, pode-se inferir que o destaque para o turismo deve-se à geração de emprego; distribuição e circulação de renda; transferência de recursos de regiões mais ricas para regiões menos favorecidas; investimentos e inovações; desenvolvimento de infra-estruturas coletivas; preservação do ambiente (em alguns casos) e recuperação do patrimônio histórico e cultural; oportunidades de desenvolvimento regional; e satisfação das necessidades dos indivíduos viajantes. Dessa forma, envolve os mais diversos setores da sociedade como o cultural, ecológico, econômico, político e social (OLIVEIRA, 2007).

Neste contexto, é um setor que vem se fortalecendo e que carece de atenção especial, já que configura-se como uma atividade multidisciplinar por englobar economia, sociedade, ambiente, cultura e política. Dessa forma, relaciona a história, as crenças e valores, as tradições, as belezas naturais, artificiais e culturais de um lugar, revelando sua identidade (GALDINO; COSTA, 2011).

Tendo em vista sua ampla abrangência, é forte a necessidade de um planejamento adequado, ou seja, é imprescindível um desenvolvimento organizado, coordenado e planejado, para que a atividade se consolide de maneira sustentável, gerando benefícios expressivos à sociedade. Neste ínterim, as políticas públicas representam um conjunto de ações que impulsionam o desenvolvimento do turismo e contribuem com o bem-estar social (GALDINO; COSTA, 2011).

Como ratifica Araújo (2011), as políticas públicas voltadas para o turismo surgem com o intuito de promover um desenvolvimento econômico, criando alternativas também para outras áreas da economia. Grosso modo, constituem-se como ações que visam o desenvolvimento turístico objetivando beneficiar a sociedade.

Neste contexto, é mister compreender de que forma as políticas públicas voltadas para o turismo contribuíram com a consolidação deste setor da economia na Região

Metropolitana de Fortaleza. Dessa forma, serão descritos nos próximos subtópicos o papel de cada uma destas políticas, bem como a relevância dos recursos privados para a consolidação do turismo e do imobiliário do município de Aquiraz.

2.3.1 Políticas Públicas para o Desenvolvimento do Turismo no Litoral Leste

Políticas públicas podem ser definidas como um conjunto de ações estabelecidas para garantir os direitos de uma determinada população. Este conceito é ratificado por Lopes *et al.* (2008) ao conceituar:

[...] as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. (LOPES *et al.*, 2008, p.05).

Dentre as políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no nordeste podemos destacar: o PRODETUR/NE, que é um dos principais programas de desenvolvimento do turismo no Nordeste, constituindo-se de 2 fases: PRODETUR I e PRODETUR II; o PRODETUR NACIONAL (terceira fase do projeto), tendo ampliado a atuação para âmbito nacional, mas enfatizando o planejamento municipal, suprimindo a lógica estadual (ARAÚJO, 2010); e o PAC (Programa de Aceleração do crescimento) que engloba medidas de caráter econômico objetivando manter a estabilidade econômica e o cumprimento de acordos internacionais (RODRIGUES; SALVADOR, 2011).

No Brasil as políticas públicas voltadas para o turismo consolidaram-se somente com a criação do PRODETUR/NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Nordeste) que teve como finalidade primordial a construção e ampliação da infraestrutura das zonas com potencial turístico (ARAÚJO, 2011).

Os recursos do PRODETUR, provenientes de instituições financeiras mundiais como FMI, BIRD e BID (PEREIRA, 2012), foram destinados basicamente a infraestruturas relacionadas ao deslocamento, bem como à recuperação de patrimônio ambiental e histórico e a implantação de Planos Diretores Municipais. Proporcionou também fortalecimento institucional subsidiando planos e planejamentos municipais e estaduais (ARAÚJO, 2010).

No PRODETUR I foram investidos cerca de US\$ 150 milhões em todo o Ceará, sendo 67% de todos os recursos injetados no litoral metropolitano de Fortaleza (ARAÚJO, 2013), que contemplaram a porção oeste da costa, tendo como prioridades investimentos em

saneamento, sistema viário, limpeza urbana, aeroportos, recuperação de patrimônio histórico, proteção e recuperação ambiental, e desenvolvimento institucional (PEREIRA, 2012).

Pereira (2012) ainda ressalta que mesmo obtendo êxito com os objetivos desta primeira fase do programa, estes não garantiram a superação das dificuldades, principalmente as relacionadas aos impactos ambientais gerados, bem como a precariedade na gestão pública dos espaços turísticos litorâneos.

Ainda que seja relevante compreender a importância do PRODETUR I para o desenvolvimento do turismo na Região Metropolitana de Fortaleza, nesta seção será enfatizado o PRODETUR II, pois este norteou investimentos para a porção leste deste litoral, onde se encontra o distrito de Tapera, objeto de estudo deste trabalho.

Esta segunda fase do programa que tem início em 2004, considera os seguintes componentes: “1) fortalecimento da capacidade municipal de gestão do turismo, 2) planejamento estratégico, treinamento e infraestrutura para o crescimento turístico e 3) promoção de investimentos do setor privado” (PEREIRA, 2012, p.148).

Uma característica peculiar é que a questão ambiental torna-se menos relevante, atrelando-se intrinsecamente ao objetivo de “qualidade de vida da população local”. Além disso, uma característica desta segunda fase foi o aumento das receitas turísticas, preocupando-se em ampliar as áreas já definidas pelo PRODETUR I (ARAÚJO, 2010).

Pode-se compreender, deste modo, que o PRODETUR II assume uma continuidade da primeira fase do programa, fortalecendo a gestão governamental, o planejamento sustentável das áreas turísticas e ações para a população local. Estas características são fundamentais para a solidificação das políticas públicas, já que as escalas estaduais e municipais precisavam acordar com o planejamento federal (ARAÚJO, 2013).

Assim, visa compreender os municípios que não foram contemplados inicialmente, tendo o Ceará recebido 20% (R\$ 142 milhões) do total de investimentos (R\$ 710 milhões) destinados para o nordeste, sendo direcionados 55% para transporte, 20% saneamento e os 25% restantes, em outros componentes (ARAÚJO, 2010; SILVA, 2013) relacionados à capacitação profissional turística; ao fortalecimento institucional das secretarias municipais; e a implantação de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU's) (ARAÚJO, 2010; ARAÚJO, 2013).

O litoral leste foi agraciado pelo PRODETUR II principalmente com intervenções sobre a CE 040. Além disso, os municípios de Fortaleza e Aquiraz receberam recursos para a recuperação de seu patrimônio histórico e São Gonçalo do Amarante foi contemplado com recursos para urbanização de orlas marítimas (ARAÚJO, 2013).

Embora tenham alcançado importantes resultados para o desenvolvimento do turismo no nordeste, estes dois programas não conseguiram atingir todos os objetivos pretendidos. Ainda assim, com as ações realizadas, o Ceará aumentou o fluxo de turistas e conseqüentemente de recursos que tornaram a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) uma importante área turística do país (ARAÚJO, 2010).

Após estes programas, o Ceará recebeu novos investimentos provenientes do PRODETUR Nacional, dando continuidade às políticas, conforme defende Araújo (2013):

Em 2009, outra fase do programa é promulgada pelo governo federal, intitulada Prodetur Nacional, de abrangência nacional, diferentemente das outras fases. Além da maior abrangência, essa fase permitiu que as cidades acima de um milhão de habitantes pudessem ter seus próprios planos governamentais de turismo. Dessa forma, o Ceará recebe por volta de US\$ 350 milhões – distribuídos em US\$ 250 milhões diretamente para o estado e US\$ 100 milhões para o município de Fortaleza (ARAÚJO, 2013, p.54).

Para sua efetivação, toma-se como base o conceito de área turística priorizada e de polo turístico. No caso do estado cearense foram elencados na fase de preparação do programa os seguintes polos: Chapada da Ibiapaba, Litoral Leste e do Maciço de Baturité. Estes representaram áreas prioritárias, que correspondem aos Polos de Desenvolvimento Turístico (SETUR/CE, 2012).

Tomando por base os objetos de estudo deste trabalho que se encontram em Aquiraz, município pertencente ao litoral leste do estado, dentre os três polos, será destacado o Polo Litoral Leste. Este situa-se em locais de dunas e falésias e compreende os seguintes municípios: Caucaia, Fortaleza, Eusébio, Aquiraz, Cascavel, Pindoretama, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí. Este polo destaca-se por ser:

Um dos lugares mais visitados por turistas do mundo inteiro, é dotado de beleza cênica exótica, com falésias e areias multicoloridas, que se misturam com o azul do mar. A atividade turística bastante consolidada, com a presença de equipamentos de hospedagem de grande porte, requer que a atividade turística seja incrementada por melhorias e ampliação da infraestrutura e de atrativos, proteção ambiental, promoção do turismo local e fortalecimento institucional (SETUR/CE, 2012, p.11).

Os destinos dos investimentos do PRODETUR Nacional estão organizados em cinco componentes: Produto turístico; Promoção e Comercialização; Fortalecimento Institucional; Infraestrutura de acesso a destinos e Serviços Básicos; e Gestão Ambiental (SETUR/CE, 2012), com prioridade para transporte e infraestrutura, energia, habitação e saneamento (SILVA, 2013).

Silva (2013) ressalta que no Ceará destacam-se investimentos para a duplicação da CE 040, estrada para Beberibe/Praia das Fontes, saneamento e abastecimento no litoral

leste, dentre outras obras. Um dos fatores que mais contribui com o desenvolvimento e instalação de equipamentos turísticos são as condições infraestruturais que determinado local apresenta.

Quanto a infraestrutura de acesso e serviços básicos, o programa em questão busca: reabilitar e recuperar estradas e rodovias; construir portos, atracadouros e estruturas afins; melhorar/construir terminais de passageiros (terrestres, marinhos ou fluviais); aeroportos estaduais e municipais; infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico; sistemas de drenagem urbana; sistemas de tratamento e disposição final de resíduos sólidos, incluindo aterros sanitários; energia e combustíveis; telecomunicações; segurança turística, dentre outros (SETUR/CE, 2012).

Com relação aos investimentos, este programa também direcionou as seguintes ações: a requalificação do Centro Histórico de Aracati (custo estimado de R\$ 14,3 milhões); a valorização da Prainha em Aquiraz (custo estimado em R\$ 1,9 milhão); a construção de praça, estacionamento e requalificação das vias de acesso em Cascavel (custo estimado em R\$ 4,6 milhões); a requalificação da zona de barracas na praia de Morro Branco, em Beberibe (custo estimado em R\$ 1,1 milhão); e a urbanização do acesso à Praia da Redonda, em Icapuí (custo estimado em R\$ 2,3 milhões) (SETUR, 2014).

Também receberam investimentos Canoa Quebrada em Aracati com revitalização da *Broadway* e a construção do Polo Gastronômico (custo estimado em R\$ 1,36 milhão e R\$ 10 milhões, respectivamente) e Largo da Majorlândia, também em Aracati (custo estimado em R\$ 2,2 milhão) com projetos de urbanização (SETUR, 2014).

Outra política que também se destaca na promoção do turismo no litoral cearense é o PAC. Entre 2003 e 2006, o presidente Luis Inácio Lula da Silva implementou no Brasil um modelo de desenvolvimento para promover crescimento econômico ao passo que gerasse distribuição de renda. É neste cenário que ocorre o lançamento do PAC que aponta uma série de ações, metas e investimentos em infraestrutura, medidas de incentivo aos investimentos privados, buscando também melhorar a qualidade dos gastos públicos (BRASIL, 2010).

O documento citado acima ainda ratifica a importância desta política para o turismo, já que o referido programa reestrutura seis grupos de ações: infraestrutura; estímulo ao crédito e ao financiamento; melhora do ambiente de investimentos; desoneração e administração tributária; medidas fiscais de longo prazo; e consistência fiscal.

Sobre os recursos e seus destinos em benefício do turismo o Plano Nacional de Turismo faz os seguintes esclarecimentos:

[...] os investimentos em infra-estrutura do PAC vão propiciar, em quatro anos, a construção, adequação, duplicação e recuperação de 42 mil quilômetros de estradas, 2.518 quilômetros de ferrovias; a ampliação e melhoria de 12 portos e 20 aeroportos; o abastecimento d'água e coleta de esgoto para 22,5 milhões de domicílios; a infraestrutura hídrica para 23,8 milhões de pessoas e; a ampliação e construção de metrô em quatro cidades turísticas; além de outros benefícios indiretos relacionados à infraestrutura energética e às melhores condições de moradias para quatro milhões de famílias. O PAC prevê um total de R\$ 503,9 bilhões em investimentos para o quadriênio (BRASIL, 2010).

Com relação ao estado do Ceará o PAC investiu R\$ 3,2 milhões (SILVA, 2013). Os principais projetos desenvolvidos neste estado com estes recursos são: a ampliação da BR 020 e 222; conclusão do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Fortaleza; restauração e a ampliação do pátio e pista no aeroporto Internacional de Fortaleza; início de operação do parque eólico de Icarai (65 MW), além de recursos destinados para a mobilidade urbana (CARDOSO, 2014). Neste contexto, o PAC proporcionou um grande volume de obras em andamento contribuindo para baixar taxa de desemprego.

Por conseguinte, este programa ao se concentrar em obras de infraestrutura, de investimentos em aeroportos e nas rodovias federais, contribui com o dinamismo dos fluxos promovendo a consolidação do turismo nas regiões de investimento (SILVA, 2013).

Juntos, o PRODETUR I, II, Nacional e o PAC investem mais de R\$ 1,3 bilhão no estado do Ceará. Ao se considerar todo o Nordeste perfaz um valor de R\$ 10 bilhões. Com estes investimentos Fortaleza, bem como sua Região Metropolitana, em destaque Aquiraz e Caucaia consolidam-se como maiores detentores de fixos e fluxos turísticos do estado (ARAÚJO, 2013).

Além de recursos públicos, os municípios litorâneos da metrópole apresentam uma crescente entrada de incentivos privados de capital externo investidos em sua grande maioria em empreendimentos como *resorts* residenciais, sendo esses investimentos públicos e privados destinados para o turismo e veraneio (SILVA, 2013).

Tendo em vista, a importância dos investimentos privados na dinâmica da economia que envolve este setor, no próximo subtópico serão discutidas as questões que relacionam o incentivo privado e a expansão do turismo na Região Metropolitana de Fortaleza, sobretudo no município de Aquiraz.

2.3.2 Incentivo Privado

Para compreender como o incentivo privado está relacionado à dinâmica do turismo, faz-se necessário entender o fenômeno das segundas residências no município de

Aquiraz, já que o desenvolvimento do veraneio, bem como da atividade turística receberam grandes incentivos, tanto de políticas públicas como privadas (SILVA, 2013).

Estas segundas habitações caracterizam-se por envolver estadias por tempos variados, desde um fim de semana ou uma temporada de férias. Estas residências secundárias, por sua vez causam consequências positivas e negativas de ordem espacial e sociocultural nas localidades onde se instalam. Neste contexto, é gerado um mercado de consumo em que estes domicílios são as principais mercadorias, tendo como atrativos as belezas naturais, estabelecendo-se assim a especulação imobiliária (CIRILO, 2009).

Monteiro (2014) define especulação imobiliária como a compra de imóveis a valores mais baixos para vendê-los posteriormente a um valor superior. O lucro obtido, pode variar dependendo, por exemplo, das melhorias que serão realizadas ou não no entorno da propriedade o que remete às ações direcionadas pelas políticas públicas.

Este fenômeno em Aquiraz gerou muitas transformações nos últimos 30 anos, já que antes da década de 1980, o município não apresentava a atual concentração de usos, que neste período estavam mais relacionados a atividades de subsistência. Foi após a década de 1990, que a densidade urbana aumenta, intensificando os usos socioeconômicos, fato que configurou a zona costeira de Aquiraz como um espaço voltado ao capital turístico e imobiliário (ANDRADE, 2008).

Este processo, foi acompanhado pela diminuição do poder do estado nacional e concomitante fortalecimento dos estados locais atraindo novos atores aos territórios. Iniciou-se por conseguinte a captação de recursos estrangeiros (SILVA, 2013). É neste contexto que o estado e as empresas divulgam a imagem local a fim de atrair não somente as ações do poder público, mas também os investimentos privados e externos (CORIOLANO, 2006).

Como pode ser observado na discussão dos tópicos anteriores as políticas públicas referentes ao PRODETUR/NE e ao PRODETUR Nacional configuraram-se como ferramentas massivas de melhoria das condições infraestruturais na zona litorânea cearense, o que atrai novos olhares para esta região.

Dessa forma, a partir da década de 70 empresas imobiliárias iniciam investimentos em Aquiraz atraídos pela valorização dos espaços litorâneos e consequente expansão dos loteamentos (PEREIRA; DANTAS, 2008), sendo crescente o número de áreas privadas, em detrimento dos espaços públicos, com o estabelecimento de segundas residências e investimentos turísticos para a construção de resorts, hotéis, pousadas e parques aquáticos na zona litorânea (ANDRADE, 2008).

Pereira e Dantas (2008) ratificam as reflexões de Cirilo (2009) ao defenderem que estes tornam-se espaços de comercialização, gerando aumento da quantidade de loteamentos distribuídos pela Sede e distritos como Jacaúna e Tapera.

Sobremaneira, foi a criação de loteamentos urbanos, bem como os consequentes investimentos privados que contribuíram significativamente para o fortalecimento do turismo de sol e praia em Aquiraz, consolidando as práticas marítimas modernas, como o veraneio e o lazer nas praias, acontecimentos que acabaram atraindo ainda mais estes grandes empreendimentos (PEREIRA; DANTAS, 2008).

Para atender a este grande contingente, Aquiraz apresentou em 2002 um Projeto de Lei de Parcelamento de Solo que, dentre outras providências buscava regulamentar o parcelamento e implantação de condomínios para manter a organização do espaço e ocupação do litoral.

Este projeto de lei de parcelamento do solo é bastante recente, mas as discussões sobre uso e ocupação do solo se dão desde 1984, quando foi aprovada a primeira lei de uso e ocupação do solo, que ainda que incluísse somente a faixa de costa do rio Catú a embocadura do rio Pacoti, foi um documento importante na compreensão da dinâmica de expansão do turismo, já que atendeu aos interesses de particulares, com a comercialização de terras, bem como do poder público com o aumento da arrecadação de impostos, além de ser essencial para o licenciamento dos empreendimentos. Dessa forma, esta fragilidade acaba por incentivar investimentos privados, bem como ações municipais de estruturação e planejamento. (PEREIRA; DANTAS, 2008).

Compreende-se assim, que gradativamente os investimentos privados no local foram aumentando tendo em vista a melhoria das condições infraestruturais mediante incentivos públicos. Estes crescentes investimentos foram acompanhados por uma desordem na ocupação do espaço, devido a uma contínua fragilidade na gestão municipal, como elencam Pereira e Dantas (2008):

A segunda estratégia, ao implementar um plano de estruturação urbana (em 1999), favoreceu o uso indiscriminado do solo, um dos maiores problemas identificados na morfologia urbana de Aquiraz. O Poder público, através de leis de uso e ocupação do solo, viabiliza a construção do padrão mercantil-urbano de acesso a terra (PEREIRA; DATAS, 2008, p. 99).

É neste panorama que o litoral de Aquiraz sofre as ações da iniciativa privada, poder público e sociedade, transformando-se em um espaço de luxo, conforto e requinte devido à instalação de grandes empreendimentos (SAMPAIO, 2009).

Exemplos de empreendimentos de grande porte que podem ser encontrados em Aquiraz são citados por Lima (2012):

Hoje, o município conta com os melhores e mais modernos equipamentos turísticos do estado, como resorts tipoo Dom Pedro Laguna (Praia da Marambaia), Carmel Charme Resort (Praia do Barro Preto), Acqua Resort e Beach Park Suite Resorts (Praia do Porto das Dunas) bem como o maior parque aquático da America Latina que é o Aqua Park, local que recebe mais de 1 milhão de visitantes ano (LIMA, 2012, p. 01).

Silva (2013) ainda traz dados de empreendimentos em Aquiraz referindo-se a *resorts* concluídos de 1989 a 2008: *Beach Park Suítes; Aquaville Resort & Hotel; Oceani das dunas Resort; Beach Park Acqua Resort; e Beach Park Living*. Como *resorts* em fase de construção (2000 a 2012), destacam-se: Empreendimento Turístico Praia Bela *Resort & Village*; Complexo Turístico Hoteleiro e de Desenvolvimento Urbano Barra do Aquiraz (Aquiraz Riviera)¹; e Resort Fortaleza Golf Club.

Segundo Roim e Gonçalves (2012) *resorts* são lugares seguros onde os visitantes podem usufruir de diversas atividades, como lazer, entretenimento, esportes, atrativos culturais e naturais diversos em um único estabelecimento que ofereça também acomodações, refeições e outros tipos de serviços oferecidos em meios de hospedagem.

Estes podem caracterizar-se tanto pelas segundas residências como pelos hotéis e equipamentos turísticos em geral que oferecem, dessa forma tanto residentes quanto turistas usufruem dos mesmos serviços coletivos.

Os investimentos privados e estrangeiros em muitos destes empreendimentos fazem das segundas residências uma forma de propulsão para a expansão da atividade turística, acelerando ainda mais a atração de recursos privados (SILVA, 2013).

Dessa forma, os *resorts* em meio ao desenvolvimento da vilegiatura e do turismo litorâneo estão diretamente relacionados ao processo de uso e ocupação do solo causando mudanças socioespaciais significativas em Fortaleza e sobretudo em sua região metropolitana (DANTAS, 2013).

Na próxima seção, serão explanadas questões sobre a economia e sua influência sobre os desequilíbrios ambientais, o turismo como atividade importante para o desenvolvimento de algumas regiões, mas que sobretudo causa impactos socioambientais que influenciam principalmente no modo de vida das comunidades onde se potencializa.

¹Segundo os representantes do empreendimento este já passou por várias fases, recebendo assim nomes diversificados. Porém o complexo turístico e imobiliário sempre foi chamado comumente de “Aquiraz Riviera”.

2.4 Impactos econômicos, sociais e ambientais do turismo

Tomando por base as transformações socioespaciais causadas pelas atividades econômicas é relevante compreendê-las para que seja realmente considerada a ideia de importância social que influencia na liberação dos empreendimentos, embora muitos deles não respeitem a responsabilidade social para com as comunidades locais. Neste contexto, a atividade turística pode causar diversos impactos podendo estes serem negativos e positivos; sociais, ambientais e econômicos (MARUJO; CRAVISÃO, 2012).

Como impactos negativos Couto (2003) destaca a imigração (indivíduos que imigram para trabalhar na construção do empreendimento); aumento do custo de vida (o aumento do número de visitantes eleva os preços dos produtos locais); prostituição (o “desenvolvimento” local o torna atrativo para cafetões e prostitutas); consumo e tráfico de drogas (o “desenvolvimento” local o torna atrativo para traficantes e consumidores de drogas como a cocaína e o crack); poluição de efluentes (devido a falhas no tratamento de esgoto) causando problemas de saúde na população e morte de peixes que são fonte de subsistência de muitos nativos; além de degradar ecossistemas como manguezais e contaminar lençóis freáticos devido ao despejo de esgotos.

Ainda como impactos negativos Ferreira (2006) cita o aumento descontrolado do número de turistas, agressões naturais e culturais, urbanização criada para e pelo turismo, dependência econômica do turismo e sazonalidade turística, acesso e interação turistas/moradores.

Como possíveis aspectos positivos, Couto (2003) aponta o fortalecimento e a valorização do artesanato local, a estruturação e a criação de associações e cooperativas, a melhoria das condições de saúde e educação e de serviços como o abastecimento de água e de luz. Ferreira (2006) acrescenta, ainda, acesso ao serviço de saneamento básico pela população local, inserção das comunidades nas políticas públicas municipais e de conservação ambiental, e geração de emprego e renda.

Porém, é importante destacar que os aspectos positivos poderiam existir sem a instalação de grandes empreendimentos turísticos se a qualidade de vida das comunidades locais fosse valorizada pelo poder público, independente dos benefícios financeiros que seus recursos e belezas naturais pudessem gerar (GÂNDARA; RAMOS, 2008).

Percebe-se dessa forma, a necessidade de uma maior participação do poder público na fiscalização e no estabelecimento das atividades turísticas para que os impactos

negativos sejam minimizados, ou mesmo para garantir que sejam respeitadas as tradições, culturas, etnias e atividades econômicas de subsistência desempenhadas pelas comunidades locais.

Ainda sobre os impactos do turismo, na próxima seção serão descritos os impactos econômicos em Aquiraz, de forma a compreender a importância do turismo como atividade que gera desenvolvimento, mas que precisa ser ordenada de forma a atrelar o crescimento da economia à sustentabilidade dos recursos da natureza.

2.4.1 Impactos Econômicos do Turismo em Aquiraz

Um indicativo interessante que caracteriza o retorno econômico da atividade turística é o montante gasto pelos visitantes durante sua estadia. Quanto mais representativo o valor, maior o impacto sobre a economia. Assim, é necessário criar incentivos para atrair ainda mais recursos (PAIVA; AIRES FILHO, 2014).

Estes incentivos voltam-se prioritariamente para a melhoria na infraestrutura de recepção dos turistas. É neste contexto que se tenta compreender as melhorias na economia local. No caso do município de Aquiraz, há a segunda maior oferta de leitos, ficando a capital cearense com o primeiro lugar. A quantidade de leitos disponíveis, bem como sua taxa de ocupação são indicadores importantes para medir o desemprego e a eficácia do turismo na região (SETUR/AQUIRAZ, 2013).

Porém, mensurar este requisito não é fácil, já que envolve empregos informais que escapam das estatísticas oficiais, a sazonalidade da demanda e inexistência de um setor exclusivamente turístico, já que por maior que seja a dependência do turismo da economia de um local, sua natureza será complementar no atendimento as exigências da sociedade. Neste contexto, os dados que se tem de Aquiraz, são com relação aos empregos do setor gastronômico que somaram em 2013 aproximadamente 1.000 empregos diretos (SETUR/AQUIRAZ, 2013).

Ainda assim, Machado e Andrade (2013) acrescentam que o turismo configura-se como capaz de gerar emprego formal, estável e socialmente protegido, além de gerar emprego informal ou mesmo renda para as comunidades locais, como por exemplo com a venda de produtos artesanais, dentre outros. Portanto, o turismo impacta o meio sócio-econômico ao gerar maior oferta de empregos, crescimento do comércio, maior arrecadação tributária, efeitos estes que são vetores de crescimento econômico.

Devido a estes benefícios, o turismo contribui com um modelo de desenvolvimento que leva melhoria à qualidade de vida local, possibilitando a geração de emprego e renda e oportunidade de inserção no mercado do turismo quando promove um desenvolvimento socioeconômico, sustentabilidade social, econômica, ecológica e cultural (MACHADO; ANDRADE, 2013).

Ainda como impactos econômicos e positivos Oliveira (2007) cita a redução dos desequilíbrios regionais; contribuição na arrecadação de impostos; produção e emprego como efeitos multiplicadores de renda e contribuição na formação do Produto Interno Bruto (PIB).

Machado e Andrade (2013) ainda destacam que para estes impactos serem visíveis, é necessário integrar o turismo e a economia local, corresponder a economia à demanda de bens e serviços turísticos, gerar propensão ao consumo pelos receptores da atividade, além de ter considerável nível de renda para o consumo dos turistas. Em Aquiraz, sobretudo, a valorização do turismo nos últimos anos contribuiu principalmente para a geração de emprego e do nível de renda da população.

Pode-se observar, neste contexto, o crescente número de estabelecimentos de hospedagem, como hotéis, *resorts* e pousadas, totalizando em 2012 trinta estabelecimentos e 3.500 leitos. Estes valores tendem ao aumento, já que é crescente o número de projetos e de instalação de equipamentos hoteleiros nos últimos anos (SETUR/AQUIRAZ, 2013).

A Secretaria de Turismo de Aquiraz também estima um total de 4.000 pontos de trabalho formais e informais, tendo em vista os 1.000 empregos diretos na área gastronômica. Esta estimativa se dá por meio da relação considerada pelo Ministério do Turismo, que prevê 3 empregos informais a cada emprego formal. Estes, por sua vez, geraram um capital de R\$ 31.200.000 no ano de 2012, recurso injetado na comunidade local (SETUR/AQUIRAZ, 2013).

Com relação aos transportes públicos, não foram observados avanços significativos. O município não conta com linha específica do turismo, seja de jardineira ou especial, sendo a locomoção feita em carros particulares ou alugados, bugues ou taxi. Especula-se, dessa forma, que o desenvolvimento de formas de locomoção entre o Centro de Eventos, o Iguatemi e o Porto das Dunas, atrairia ainda mais os fluxos turísticos (SETUR/AQUIRAZ, 2013).

Outro ponto positivo é que o turismo em Aquiraz incentiva o fortalecimento do trabalho artesanal. Assim, a Secretaria de Turismo busca fortalecer esta atividade desde a confecção das peças, até a comercialização dos produtos. Porém, existem conflitos com os

artesãos que muitas vezes não querem deixar suas técnicas originais para adequarem-se às novas (SETUR/AQUIRAZ, 2013).

Por conseguinte, observa-se que o turismo em Aquiraz, assim como em outras regiões onde se desenvolve, tende a promover melhorias infraestruturais e de serviços para os visitantes, aspirando melhorias também para a população. Economicamente observa-se uma maior arrecadação de impostos e geração de renda e empregos diretos e indiretos (IPECE, 2014).

Como faltam dados mais precisos sobre tais benefícios econômicos é necessário incentivar estudos que consolidem as informações disponíveis, como afirmam Stilpen e Souza (2007):

Mais importante do que a informação é o tratamento dispensado aos dados coligidos. Entretanto, apesar do notável esforço realizado na obtenção de informações estatísticas, faz-se necessário maior detalhamento, por tipo de atividade, bem como a realização mais freqüente de pesquisas, capazes de gerar séries temporais e possibilitar melhor compreensão da evolução desse mercado, caracterizado notadamente pela sazonalidade (STILPEN; SOUZA, 2007, p. 33).

Assim, faz-se necessário consolidar estatisticamente os dados para conferir realmente os benefícios econômicos causados, de forma que a gestão saia do empirismo, evitando desperdícios nos investimentos públicos por permitir um planejamento organizado, direcionando as ações para o desenvolvimento de um turismo que beneficie não somente a economia, mas também interaja significativamente com a sociedade, cultura e meio ambiente das regiões receptoras (STILPEN; SOUZA, 2007).

Estes investimentos em pesquisas e planejamentos ajudarão a coibir os impactos negativos que o turismo vem causando nos locais onde é promovido. Estes impactos são descritos na próxima seção, incluindo principalmente os de cunho socioambiental gerados no município objeto de estudo deste trabalho.

2.4.2 Impactos socioambientais do turismo

Antes de fazer uma descrição mais detalhada sobre os impactos socioambientais e sua relação com a atividade turística, é importante compreender sua definição. A Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) Nº 001, de 23 de janeiro de 1986, em seu Artigo 1º (BRASIL, 1986) define impacto ambiental como:

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, 1986, p. 01).

Neste ínterim, pode-se inferir que os impactos ambientais estão intrinsecamente relacionados à sociedade, já que geram efeitos, muitas vezes irreversíveis sobre a mesma. Em contrapartida a economia é uma das principais influenciadoras e intensificadoras destes processos de degradação.

Santos e Vilar (2014) reiteram que as atividades econômicas comprometem a manutenção dos ecossistemas e da biodiversidade existentes. Para estes autores, sobretudo no litoral, a reorganização do território não foi acompanhada por um planejamento ambiental que estabelecesse estratégias sustentáveis e envolvesse tanto a sociedade quanto o meio.

Dessa forma, em determinadas regiões o turismo acaba por explorar as riquezas naturais sem respeitar os ambientes e a população local. As comunidades acabam ficando às margens dos benefícios provenientes do turismo, além de sofrerem com os impactos causados (OLIVEIRA, 2007; MACHADO; ANDRADE, 2013).

A exploração das riquezas naturais existentes e suas variadas possibilidades de utilização favorecem a instalação de empreendimentos industriais, comerciais e de serviços, relacionados principalmente aos setores turístico e imobiliário (SANTOS, VILLAR; 2014).

Neste contexto, é frequente entre especuladores imobiliários, empreendedores turísticos e comunidades pesqueiras, dentre outros conflitos, os conflitos pela posse da terra. É visível a ameaça ao modo de vida e ao direito territorial principalmente devido à construção de grandes empreendimentos turísticos (BORGES, 2011), causando desajustes sociais que, por intensificar a especulação imobiliária, acabam por prejudicar principalmente o morador local que passa a não possuir poder de compra, devido a elevação dos preços dos produtos.

Essa dinâmica torna visível nos municípios costeiros o contraste entre atividades modernas e tradicionais, já que condomínios fechados e grandes empreendimentos do ramo turístico ocupam o mesmo espaço que vilas de pescadores onde há o desenvolvimento de atividades como a pesca e o artesanato (SANTOS, VILAR; 2014).

Oliveira (2007) observa, dessa forma, que o turismo promove um crescimento desordenado, já que não é acompanhado por um planejamento da atividade, trazendo crescimento econômico desorganizado, problemas infraestruturais, degradação ambiental, poluição e ocupação desordenada dos espaços, culminando com o aparecimento das favelas,

especulação imobiliária, dentre outros, sendo necessário equilibrar os interesses econômicos, ambientais e sociais.

Nascimento e Silva (2009) consideram:

[...] que o turismo mal planejado e com uma gestão deficiente pode ter efeitos negativos simbolizando perigos para a região e trazendo impactos ao meio ambiente de tipos e modos específicos, como prejuízos para o solo e para a vegetação, poluição para os cursos de água, perda da vida da flora, fauna e habitat selvagem e aumento da quantidade de lixo em locais visitados, além do vandalismo nos ecossistemas naturais e outros impactos ambientais indiretos.

Porém, um fato contraditório, é que o descaso com os processos ambientais e com as questões sociais pode comprometer o próprio desenvolvimento da atividade turística local, já que depende da disponibilidade e manutenção dos recursos naturais (OLIVEIRA, 2007).

Assim, para beneficiar a atividade econômica e promover bem-estar para a população local é necessário que o turismo seja pensado como uma atividade solidária de aprendizagem entre povos e culturas, além de oportunizar o desenvolvimento local (CORIOLANO, 2012).

Porém, infelizmente, o que vem ocorrendo no litoral cearense é um turismo de massa, que não tem se preocupado com a qualidade de vida das comunidades locais. Grandes empresários constroem seus empreendimentos turísticos alegando gerar emprego e renda para as comunidades locais, porém acabam expandindo os negócios e excluindo comunidades tradicionais e pescadores de áreas naturais. Neste caso, a prática turística gera discriminação e segregação socioeconômica devido à expropriação e expulsão de nativos e de privatização das praias, como ocorre no Porto das Dunas, praia localizada em Aquiraz (ANDRADE, 2008).

Esta situação intensifica-se com a construção dos grandes complexos turísticos, já que buscam suprir todas as necessidades dos turistas, que muitas vezes não saem do empreendimento, não interagindo com as comunidades locais. Este tipo de segregação também existe entre os residentes nativos e veranistas, e carece de atenção, pois abala os laços comunitários e enfraquece o sentimento de pertencimento ao local (ANDRADE, 2008).

Assim, como Rios (2006) defende o processo de aculturação das comunidades litorâneas acaba exercendo pressão sobre a natureza para atender a novas necessidades, considerando que os custos sociais são maiores do que os benefícios gerados.

Neste contexto, manter esse sentimento de pertencimento dentro da comunidade é muito importante, pois auxilia no fortalecimento da identidade da população, não deixando combalir o seu território, história, cultura e patrimônio. Dessa forma, o nativo sente-se orgulhoso de si e do seu local de origem, auxiliando em sua preservação (RODOVALHO; SOUSA, 2010).

Outro problema social verificado é a dificuldade de acesso à praia e outras áreas públicas devido à ocupação ilegal dos terrenos de marinha por veranistas e agentes imobiliários, havendo também apropriação de territórios pertencentes à comunidade que são demarcados por muros e cercas, retirando o livre direito de turistas e moradores (ANDRADE, 2008).

Observa-se assim, que estas ocupações irregulares e ilegais têm atrapalhado as relações tradicionais com o local, como acesso a áreas para o lazer da comunidade e/ou desenvolvimento de atividades econômicas como a pesca e a agricultura pelos nativos. Pescadores, catadores de caranguejo e marisqueiras são muitas vezes proibidos de adentrar as regiões de mangues, sob alegação de manter a segurança dos condôminos. Assim, outro impacto é sobre as formas de trabalho da comunidade que se vê obrigada a abandonar as atividades tradicionais, passando, muitas vezes, a trabalhar em subempregos (ANDRADE, 2008).

Outro conflito de ordem social refere-se a disputa pela utilização das zonas de praia por turistas e banhistas contra o tráfego de bugues e automóveis, já que estes impedem a livre circulação e a segurança dos banhistas (ANDRADE, 2008).

Na discussão que envolve as questões sociais, torna-se necessário destacar também a influência sobre a cultura local, pois a comunidade passa a ter sua realidade cotidiana modificada com a chegada de novas pessoas, serviços e produtos. Ao passo que esta cultura introduzida torna-se predominante, a cultura local acaba perdendo seu valor, gerando conflitos dentro da população nativa, que não consegue se adaptar aos novos costumes (OLIVEIRA, 2007).

Sobre os impactos na cultura local, Nascimento e Silva (2009), voltam-se novamente para a prática de um turismo em massa, caracterizado pelo grande fluxo de pessoas, que além de degradar os espaços naturais, pois exige uma superinfraestrutura que agride as paisagens e destrói os ecossistemas, atrai turistas que na maioria das vezes mostram-se pouco ou nada preocupados com a cultura local.

Esta categoria de turismo não oferece grandes benefícios para as localidades onde é desenvolvida, já que a maioria dos investimentos são realizados com capital externo, saindo das localidades a maioria dos lucros obtidos (KOHLENER, 2008).

Esta discussão é reiterada por Andrade (2008) que acrescenta este tipo de turismo como gerador de aumento da concentração de renda, propiciando condições de lucro para poucos, além de ratificar a influência sobre a cultura local devido à mudança nos valores e símbolos locais, já que os turistas acabaram por readaptar costumes a cultura da região.

Em meio a um turismo fracamente ligado aos interesses locais, é necessário identificar precocemente os impactos ambientais associados ao desenvolvimento de suas atividades de forma que este segmento seja aproveitado com maior responsabilidade, rentabilidade e evitando impactos nocivos ao meio ambiente (NASCIMENTO; SILVA, 2009). Dentro desta discussão, faz-se necessário compreender a dinâmica de ocupação que ocorre em Aquiraz, município que compreende o objeto de estudo deste trabalho.

Aquiraz adquiriu uma grande infraestrutura turística em um curto período (apenas 30 anos) se for considerada a dimensão ocupacional alcançada. Seu litoral é marcado por uma acentuada prática imobiliária, casas de veraneio, hotéis, colônias de férias, complexos turísticos, intensa urbanização, construção de moradias e implantação de vias de acesso, atividades de pesca, artesanato e comércio. Todas estas causando representativas transformações socioeconômicas, bem como interferindo no modelo da paisagem (ANDRADE, 2008).

Sobre o desenvolvimento do turismo em Aquiraz, bem como os impactos que causa, Rios (2006) argumenta:

O turismo em Aquiraz é uma atividade explorada de forma expressiva e crescente, em razão do grande fluxo de turistas que buscam conhecer as belezas naturais da Costa do Sol Nascente, muito embora seja realizado de maneira pouco sustentável em algumas localidades, como na praia do Porto das Dunas. Isto porque, nesse litoral, área desta pesquisa, verificou-se a mercadorização da natureza, onde a paisagem, foi rapidamente capturada pela atividade turística, propiciando sua célebre mudança (RIOS, 2006, p. 121).

Andrade (2008) ainda destaca o problema do mal gerenciamento, uso e ocupação do espaço, bem como desinteresse pelas questões ambientais:

Na Prainha e Porto das Dunas, os projetos de loteamento são feitos sem nenhum critério de obediência ou respeito às qualidades e potencialidades ambientais. É comum os responsáveis pela estruturação dos loteamentos traçarem lotes em linhas retas, na maioria das vezes, sem conhecimento do lugar, possibilitando a elaboração de projetos inadequados ao espaço e ao meio ambiente. Geralmente observa-se total desconsideração das características funcionais do solo (rede de drenagem, aquíferos e suscetibilidade pedológica); de características dos ecossistemas e suas potencialidades e de características morfológicas, fitológicas e microclimáticas (ANDRADE, 2008, p. 117).

O município de Aquiraz, inserido neste contexto, traz consigo uma gama de problemas que a ocupação urbana desordenada pode causar, sendo a questão da contaminação das águas subterrâneas, pela falta de infraestrutura urbana condizente, um dos principais, sobrecarregando a capacidade de suporte do meio (RODRIGUES, 2004).

Rodrigues (2004) ainda salienta os seguintes impactos relacionados ao desenvolvimento do turismo: escassa disponibilidade hídrica na região; baixa qualidade de

vida; carência em saneamento básico, tratamento de água, distribuição de rede de esgoto e de água tratada; esvaziamento de algumas atividades como a pesca artesanal e coleta de mariscos; ocupação de áreas de preservação como os campos de dunas, a linha de praia e os estuários, devido ao adensamento populacional, reduzindo o espaço de antigos moradores e modificando a paisagem natural.

Andrade (2008) também destaca o aterramento de lagoas interdunares que reduziram os recursos hídricos de superfície; aumento das áreas desmatadas, diminuição das áreas de influência do mangue, devido à prática de extração vegetal; intensificação do processo de fixação de dunas devido às construções na orla que levaram à redução da ação dos ventos e dos sedimentos; redução das áreas agrícolas; erosão, compactação e impermeabilização do solo, comprometendo as águas subterrâneas; supressão e degradação das matas ciliares, interferindo nas condições microclimáticas; impacto visual devido às construções; degradação de lagoas costeiras pelo uso desordenado das margens; assoreamento e poluição hídrica causada pelos esgotos dos aglomerados residenciais; além da criticidade dos problemas ambientais das Áreas de Proteção Ambiental (APA).

Ainda que haja legislação e regulamentação ambiental, em muitos locais, estas não são devidamente cumpridas, como nas regiões da planície fluviomarinha do Pacoti, verificando-se problemas como a poluição do solo e da água, acúmulo de resíduos sólidos, já que não há saneamento básico e/ou coleta de lixo, principalmente nas áreas em que residem as populações carentes (ANDRADE, 2008).

Com relação ao distrito sede, os principais impactos ambientais constatados na zona costeira são: poluição das águas, proveniente de estabelecimentos turísticos e de atividades de lazer; desmatamento da vegetação nativa; erosão e assoreamento, diminuição da biodiversidade local; esgotos lançados nas praias e lixo a céu aberto; impermeabilização do solo e remoção de parte das comunidades tradicionais; além dos problemas de infraestrutura urbana ligados à saúde, abastecimento de água e esgotamento sanitário e segurança pública (ANDRADE, 2008).

Rios (2006) afirma, por conseguinte, que o turismo desenvolvido em Aquiraz não é sustentável, já que as questões ambientais e sociais são colocadas em segundo plano, fato constatado ao se observar alguns impactos gerados pelo empreendimento Aquiraz Riviera, objeto de estudo desta pesquisa. Guedes e Pessoa (2009) apontam que os impactos negativos são visíveis no que tange os componentes bióticos e abióticos, ao passo que os ecossistemas locais são expostos às intervenções para construção do empreendimento.

Porém, destacam que este complexo é significativamente importante para o desenvolvimento da região, sendo as adversidades durante a fase de operação pouco significativas, uma vez que afirmam que a filosofia deste empreendimento é direcionada para a sustentabilidade, de forma a oferecer um ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, ainda que haja relatos da população sobre alguns impactos causados pelo empreendimento como dificuldade de acesso a zona de praia e escassez de recursos hídricos.

Ratificando que as vantagens econômicas são colocadas em primeiro lugar, ao se inserir no projeto do empreendimento o acesso ao terreno pelo setor sul, verificam-se danos ambientais significativos, já que propõe atravessar um campo de dunas fixas compreendidas em uma Área de Preservação Permanente, justificando que um tráfego sendo realizado por dentro da sede movimentaria mais a economia local.

Embora venha-se observando nesta explanação que os impactos negativos são bastante característicos do processo de turistificação, Machado e Andrade (2013) destacam alguns aspectos positivos, afirmando que o turismo pode promover além do desenvolvimento socioeconômico um estímulo a uma sustentabilidade social, econômica, ecológica e cultural, ao passo que começa a selecionar um novo público de turistas, que buscam novas opções de destinos com foco nas características locais, sinalizando a saturação do turismo de massa.

Esta ideia é reiterada por Nascimento e Silva (2009) que constata a necessidade de um novo perfil de turista, mais consciente e que participe de uma atividade turística mais responsável, contribuindo com o respeito às culturas locais (NASCIMENTO; SILVA, 2009).

Andrade (2008) ainda cita a reestruturação urbana com melhoria de infraestrutura, crescimento econômico da região, ainda que muitos dos benefícios econômicos retornem à classe empresarial, e que a população tenha que se adaptar e ingressar no circuito econômico, com atividades que não competiam com os grandes investidores, como, por exemplo, o artesanato e o comércio informal (ANDRADE, 2008).

Sob um panorama geral, para que o turismo seja desenvolvido fazendo bom uso dos recursos naturais, é necessário um planejamento que se estenda a todas as fases de seu ciclo de vida, tomando medidas sistêmicas e realizáveis para promover os eixos econômicos, sociais, culturais e ambientais (NASCIMENTO; SILVA, 2009).

É necessário, assim, melhorar o monitoramento e a fiscalização, além de um manejo mais adequado e comprometido com o ambiente. Devem ser colocadas em prática novas medidas para proteger os ambientes naturais, bem como melhorar as condições locais como limpeza pública, instalação e expansão da rede de abastecimento de água, construção de rede de esgoto e reconstituição dos sistemas ecológicos das lagoas remanescentes e dos rios.

Dessa forma, a comunidade se sentiria mais digna e pertencente aquela região, fazendo-se mais presente nas discussões de proteção e gestão dos ambientes naturais do município (ANDRADE, 2008).

Assim, em Aquiraz, nota-se a necessidade de revisar as políticas para o desenvolvimento dessa atividade econômica, repensando o modelo de desenvolvimento vigente para assegurar a qualidade e sustentabilidade desta atividade, bem como para garantir a melhoria da qualidade de vida da população residente (RIOS, 2006).

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia da pesquisa

Inicialmente será realizada a caracterização do trabalho levando-se em consideração o tipo de pesquisa utilizada para se atingir os objetivos elencados anteriormente. Dessa forma, esta seção irá expôr a tipologia da pesquisa tomando por base os seguintes aspectos: abordagem, natureza, objetivos e procedimentos.

3.1.1 Quanto à abordagem

Nenhum pesquisador consegue retratar uma determinada realidade por completo. Precisa utilizar diferentes abordagens de pesquisa. Aponta-se, assim, a utilização das *abordagens qualitativa e quantitativa*, já que juntas permitem a compreensão mais ampla e inteligível da complexidade de um problema, possibilitando a obtenção de mais informações do que quando realizadas isoladamente (GOLDENBERG, 2004; FONSECA, 2002)

Para Turato (2003) o termo “quantitativo” relaciona-se à ideia de mensuração e busca resposta para a pergunta “quanto?”, enquanto o termo “qualitativo”, busca responder a perguntas como “qual?” “qual tipo?”. Este paradigma por sua vez é proveniente de visões diferentes como o pós-positivismo, em contrapartida à teoria crítica e ao naturalismo/constitutivismo (GUBA, 1990 *apud* THERRIEN; FARIAS; SALES, 2011).

Dessa forma, pode-se inferir que os dados quantitativos buscam descrever os resultados da pesquisa de forma a quantificá-los. Esta quantificação é feita geralmente utilizando-se uma parcela considerável da população, buscando retratar a situação real. Assim, este tipo de pesquisa é bastante objetiva e preza pela análise de dados brutos, obtidos com o auxílio de instrumentos preestabelecidos, padronizados e neutros.

Já os dados qualitativos descrevem situações com a pretensão de compreender os objetos de estudo em sua essência, dificultando qualquer forma de manipulação dos dados, já que estes não seguem um padrão ou regras para a obtenção dos resultados, como os dados quantitativos (GOLDENBERG, 2004).

Portando, a abordagem qualitativa estimula o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento da coleta e análise dos dados, considerando a importância das

informações que podem ser geradas a partir de um olhar cuidadoso e crítico das fontes pesquisadas (FARIAS *et al.*, 2007).

3.1.2 Quanto à natureza

Esta é uma *pesquisa aplicada*, pois “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.35).

3.1.3 Quanto aos objetivos

Pode-se caracterizar a presente pesquisa como *descritiva*, pois a preocupação do investigador, neste caso, é descobrir a frequência com a qual dado fenômeno ocorre, sua relação com outros, incluindo sua natureza e características (GONÇALVES, 2005). Como exemplo de pesquisa descritiva tem-se estudos exploratórios e estudo de caso, como especificamente se caracteriza o presente trabalho (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Assim, a pesquisa descritiva evidencia as características do objeto em estudo, estabelece correlações, definindo sua natureza. Não busca explicar os fenômenos que descreve, mas serve de base para tal explicação (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

3.1.4 Quanto aos procedimentos

Sendo *pesquisa de campo* propõe a observação dos fatos conforme sua ocorrência natural, no local onde ocorre ou ocorreu o fenômeno pesquisado, ou onde estão disponíveis elementos para explicá-lo. Além da realização da pesquisa bibliográfica e/ou documental, é realizada a coleta de dados junto a pessoas (FONSECA, 2002; MORESI, 2003)

Configura-se também como uma *pesquisa de levantamento* pela existência de um inquérito direto de pessoas em busca de informações sobre o problema estudado (GONÇALVES, 2005).

Para Fonseca (2002) a vantagem deste estudo é permitir compreender a realidade de forma rápida, obtendo dados que podem ser agrupados em tabelas que enriquecem a análise. Por isso é um tipo de pesquisa bastante utilizada em trabalhos exploratórios e descritivos, conforme o estudo em questão.

Ainda pode-se inferir que este destaca-se como um *Estudo de caso*, que estuda um caso em particular, sendo este representativo de outros casos semelhantes. O caso escolhido deve ser relevante e bastante representativo, podendo suscitar generalizações para situações similares, autorizando inferências. Os dados devem ser coletados e registrados de forma rigorosa e seguindo os procedimentos da pesquisa de campo, além de exigir análise rígida e elaboração de relatórios qualificados (SEVERINO,2007).

3.2 Caracterização da área de estudo

As comunidades Engenho Velho, Curralinhos, Praia Bela e Sítio Barrinha, além do centro do distrito do Tapera e o Complexo Turístico Aquiraz Golf e Beach Villas (Figura 01), objetos de estudos desta pesquisa, localizam-se no município de Aquiraz.

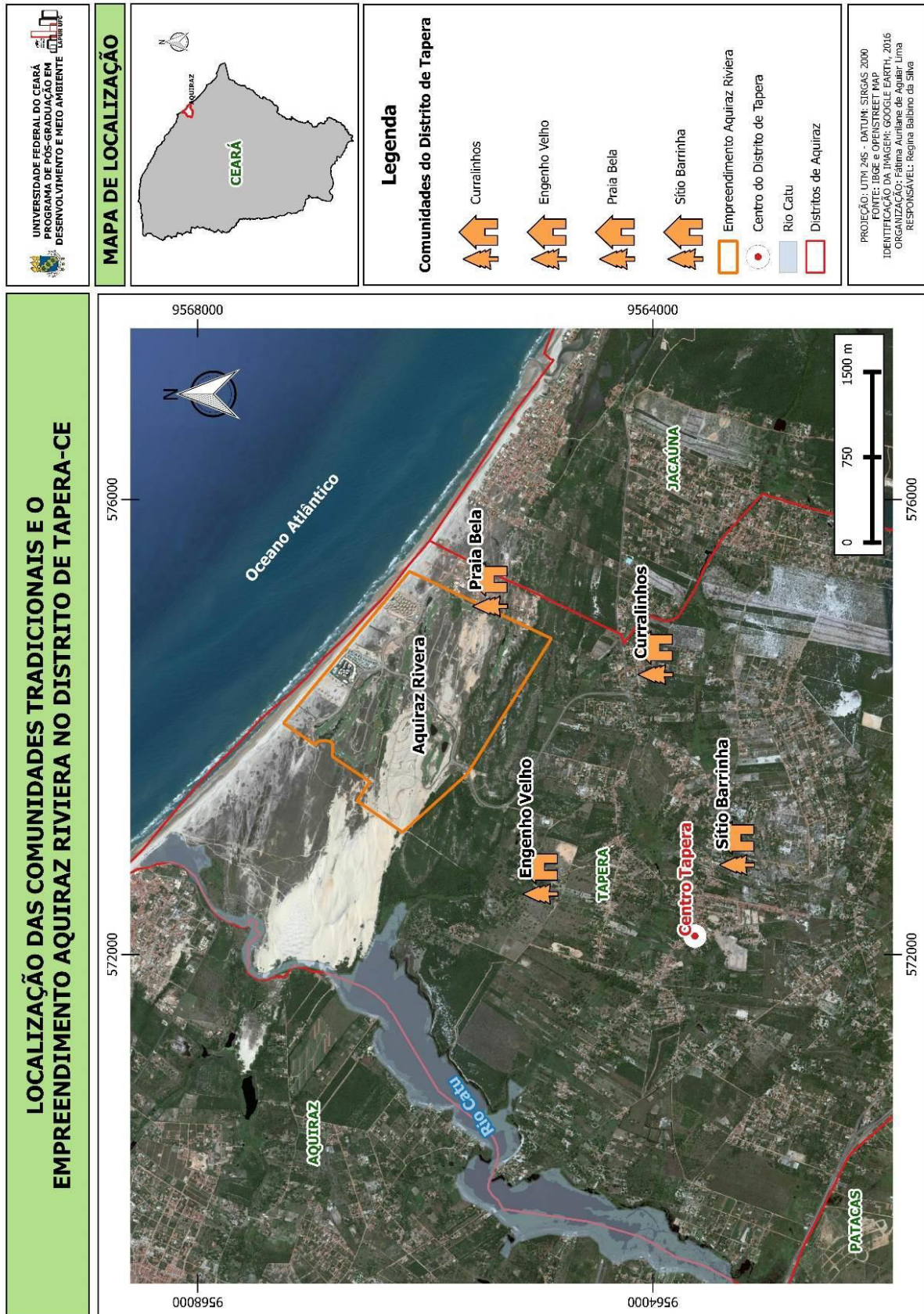
Aquiraz é uma cidade litorânea que faz parte da região metropolitana de Fortaleza e que está a 26 Km de distância da capital cearense. Com uma demografia de 70 mil habitantes, área territorial de 481 Km², sendo 30 Km de costa, limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, Fortaleza e Eusébio; ao sul com Horizonte, Cascavel e Pindoretama; a leste com Oceano Atlântico e a Oeste com Eusébio Itaitinga e Horizonte (SETUR/AQUIRAZ, 2013; IPECE, 2012)

Suas características ambientais favorecem a atividade turística, já que há sol o ano inteiro; seu clima é o tropical quente sub-úmido; seu relevo caracteriza-se por planície litorânea e tabuleiros pré-litorâneos; complexo vegetacional da zona litorânea; com temperatura média de 26°C a 28°C e pluviosidade média 1.379,9 mm (IPECE, 2012).

O Complexo Turístico e Residencial Aquiraz Golf & Beach Villas localiza-se na praia de Marambaia, distrito de Tapera, no município de Aquiraz, limitando-se a leste com a praia do Presídio, a oeste com o distrito da Prainha e ao norte com o oceano Atlântico. Localizado a 35Km de Fortaleza, o maior empreendimento turístico de padrão internacional do Brasil tem como finalidade geral oferecer equipamentos de hospedagem, moradia, entretenimento, lazer e esportes, voltados para o turismo, integrando o ambiente e os turistas de forma harmoniosa (RIMA, 2004).

No site do empreendimento podem ser encontradas algumas informações importantes para que se compreenda a magnitude e relevância do mesmo (AQUIRAZ RIVIERA, 2015).

Figura 01 – Localização das comunidades tradicionais e o empreendimento Aquiraz Riviera no distrito de Tapera - CE.



Fonte: Acervo da autora.

[...] desenvolvido pelo Consórcio Luso-Brasileiro Aquiraz Investimentos SA, composto pelo empresário cearense Ivens Dias Branco e pelos portugueses Ceará Investment Fund – Fundo Turístico Imobiliário, Grupo Hoteleiro Dom Pedro e Solverde (divisão de turismo do grupo Industrial Violas com a concessão dos Cassinos do Algarve). Com uma área total de 285 hectares, sendo 1.800 metros de frente para o mar [...] (AQUIRAZ RIVIERA, 2015, p. 01).

Por meio do Master Plan (Figura 02), pode-se compreender como o complexo encontra-se organizado estruturalmente. Este é um complexo turístico e imobiliário que começou a ser construído aproximadamente no ano 2008, sendo o término de sua construção previsto para de 20 até 25 anos após o início de sua instalação.

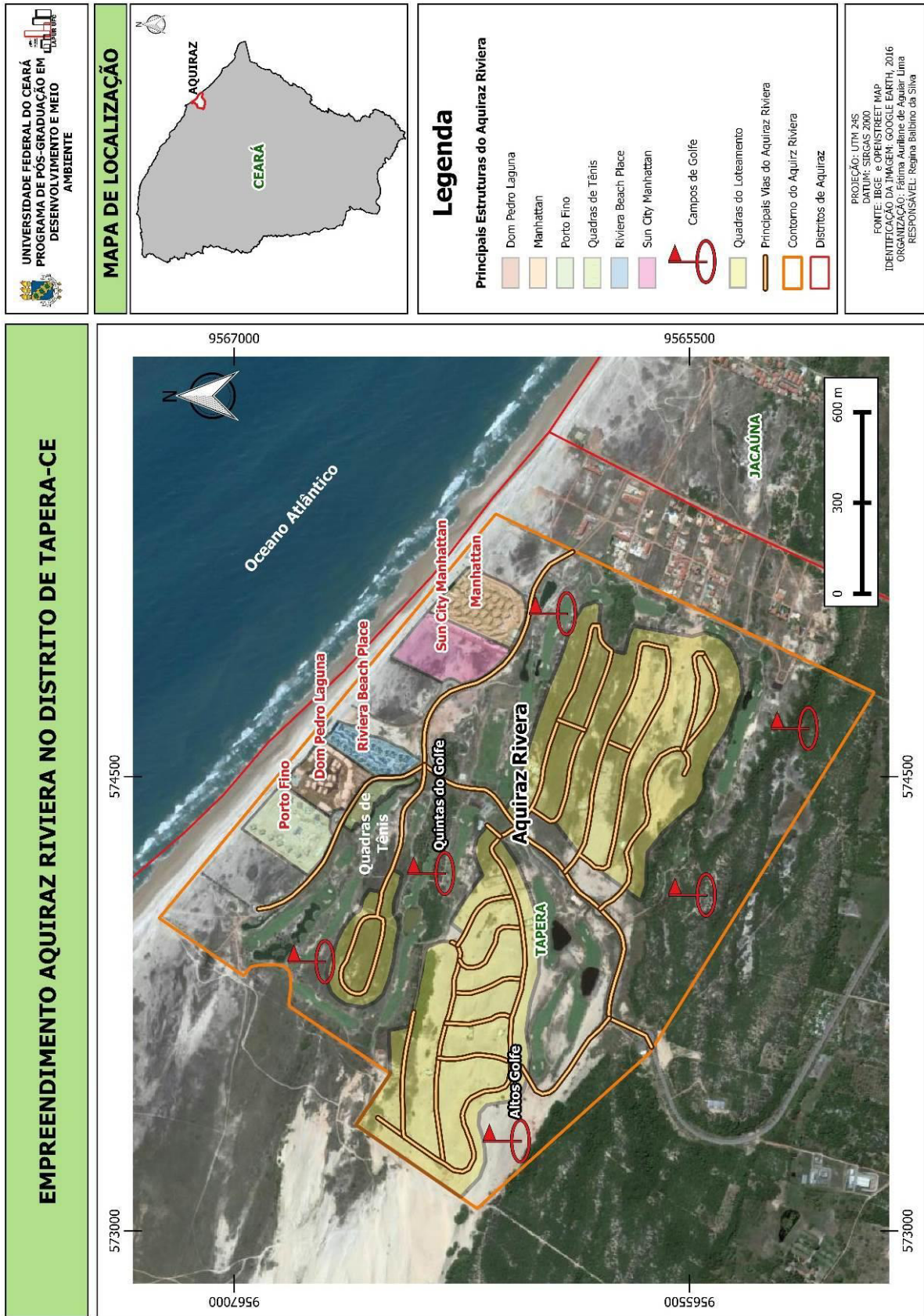
Este *Resort* ao final de sua construção deverá ser formado pelo *Golf Ville* com o primeiro campo de golfe do estado; o *Contry Club* com estruturas de esportes (quadra de tênis, academia de musculação, quadra poliesportiva), piscinas, bar e *deck* molhado; *Beach Club*, com restaurante em frente a praia; *Village Mall* com supermercados, restaurantes, farmácias, diversos tipos de lojas etc; hotel *Dom Pedro Laguna* com jardins e lagos artificiais; além do *Riviera Beach Place* e *Manhatan Beach Riviera*, condomínios residenciais; Porto Fino, empreendimento residencial-turístico formado por bangalôs com apoio de gestão hoteleira do grupo Dom Pedro. Das estruturas acima citadas o *Golf Ville*, o hotel *Dom Pedro Laguna*, o *Riviera Beach Place* e o *Manhattan Beach Riviera* já foram construídos.

Quanto à área total do empreendimento este contém 285 ha, sendo 1800 metros de frente para o mar e 58 ha destinados a área de preservação. Não há restrição de área de visitação, podendo serem visitadas todas as áreas. Porém a maior incidência de visitantes se encontra nas áreas construídas que no caso são o *Golf Ville*, o hotel *Dom Pedro Laguna* e o *Riviera Beach Place*. No caso deste empreendimento os dados sobre o número de acessos não puderam ser informados, tendo em vista não serem contabilizados pelo empreendimento.

Este possui duas entradas com portaria, guarita e vigilância. Neste caso é interessante ressaltar que as vias centrais do empreendimento são públicas, mas ainda assim há esse controle na entrada. Também é necessário destacar que todo o empreendimento encontra-se cercado ou murado, fato que será discutido mais a frente.

Com relação ao distrito de Tapera, que também integra os objetos de estudo da presente pesquisa, este foi criado pela lei estadual nº 11.471, de 06.07.1988, sendo, nesta oportunidade, anexado ao município de Aquiraz.

Figura 02 – Empreendimento Aquiraz Riviera no Distrito de Tapera – CE.



Fonte: Acervo da autora.

A fim de delimitar a amostra utilizada para a obtenção dos dados, foi necessário mapear as comunidades Engenho Velho, Curralinhos, Praia Bela e Sítio Barrinha, além do centro do distrito de Tapera. Dessa forma, participaram da coleta dos dados: noventa indivíduos distribuídos de forma equitativa entre estas comunidade; os responsáveis pelo empreendimento (diretor(es)/biólogo) Aquiraz Riviera; e os representantes das Secretarias de Turismo e de Meio Ambiente de Aquiraz.

3.3 Instrumento de coleta

Foram coletados dados secundários utilizando-se como fontes livros, artigos de revistas e jornais, documentos, dentre outros, para que houvesse familiarização com a literatura existente à respeito da temática abordada. Concomitante à leitura e análise das fontes secundárias agendou-se visita ao empreendimento e às comunidades afetadas para reconhecimento da área de estudo e adaptação com o local.

Notou-se ser imprescindível atrelar essas duas formas de abordagem, pois esta integração permite:

[...] que o pesquisador faça um *cruzamento* de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Ele não se limita ao que pode ser coletado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos (GOLDENBERG, 2004, p. 62).

Os dados analisados foram obtidos por meio da realização de entrevistas (Apêndice A) junto a moradores das comunidades acima elencadas. Também foram realizadas entrevistas (Apêndices B e C), respectivamente com representantes do empreendimento (diretor(es), biólogo responsáveis) e da prefeitura (Secretários de Turismo e de Meio Ambiente). A referente pesquisa foi submetida pela pesquisadora ao Comitê de Ética, via Plataforma Brasil (CAAE: 45344115.6.0000.5054 e Parecer: 1113230), sendo aprovado pela mesma instituição conforme termo anexado nesta pesquisa (ANEXO A).

A entrevista (Apêndice A) foi dividido em oito partes, sendo estas: 1) Perfil socioeconômico dos entrevistados; 2) Gestão de efluentes e de resíduos sólidos; 3) Infraestrutura Urbana; 4) Impactos sociais do Turismo para os residentes; 5) Impactos ambientais do turismo; 6) Aspectos sociais: trabalho e renda; 7) Relações do turismo com a cultura local ou efeitos sobre a cultura local; 8) Aspectos sociais: comunidades locais e participação. Essas perguntas foram fundamentais para avaliar os impactos socioambientais

ocasionados pelo empreendimento Aquiraz Riviera, bem como pelo turismo, de uma forma geral, desenvolvido no município de Aquiraz.

A entrevista (Apêndice B) foi dividida em dez partes: 1) Identificação do empreendimento; 2) Área do Empreendimento; 3) Perfil do Turista/ divulgação e informações sobre o empreendimento; 4) Serviços, atrativos e infraestrutura; 5) Preservação Ambiental; 6) Energia; 7) Gestão de efluentes/uso da água e de resíduos sólidos; 8) Seleção e uso de insumos; 9) Paisagismo; 10) Relacionamento com outros atores locais. Esta entrevista foi importante para identificar as principais práticas sustentáveis adotadas pelo empreendimento turístico a fim de minimizar os impactos socioambientais gerados, além de auxiliar na compreensão dos impactos socioambientais do turismo sobre o distrito de Tapera.

A entrevista (Apêndice C) foi dividida em duas partes que abordaram: 1) Questões sobre o desenvolvimento do turismo em Aquiraz; 2) Questões relacionadas ao turismo e ao empreendimento Aquiraz Riviera. Esta entrevista foi relevante para entender como a prefeitura participa e contribui com o desenvolvimento do turismo em Aquiraz.

A coleta dos dados foi realizada nos meses de julho e agosto de 2015, sendo as entrevistas realizadas com o devido consentimento dos pesquisados, incluindo os membros da comunidade, os responsáveis pelo empreendimento e os representantes das Secretárias de Turismo e meio Ambiente de Aquiraz. O termo de consentimento encontra-se na seção apêndices desse trabalho (APÊNDICE D). Paralelamente, foi realizada observação direta, imprescindível para proporcionar ao observador conhecer melhor o ambiente estudado.

3.4 Método de análise

A presente pesquisa caracterizou-se principalmente como um estudo de caso, além de ser quantitativa e qualitativa. Para realizar a análise dos dados foram tomadas como base as recomendações de Gil (2010) que seguem abaixo.

3.4.1 Análise qualitativa

Os dados coletados a partir da realização das entrevistas com a comunidade, empreendimento e secretarias de turismo e meio ambiente foram analisados conforme explicação a seguir.

Inicialmente realizou-se a etapa de *codificação dos dados*, por meio da qual foram elencados conceitos e expressões entre as respostas de cada participante da pesquisa. Foram escolhidas, assim, palavras-chave, conceitos relevantes existentes nas transcrições das entrevistas e nos registros de observação para que os dados fossem categorizados e comparados, ganhando significado no decorrer da análise.

Após, foram *estabelecidas as categorias analíticas*, ou seja, conceitos que mais apareceram elencados a partir dos dados obtidos, possibilitando o agrupamento dos mesmos de acordo com o grau de similaridade que possuíam para que fosse realizada a comparação sucessiva dos dados.

Depois de estabelecer as categorias, foi realizada uma terceira etapa, que consistiu na *Exibição dos Dados*. Assim, foram criadas representações para melhor descrever e compreender os fatos, fenômenos e as relações entre eles, sendo estes organizados em tabelas utilizando-se para isto o editor de planilhas, Microsoft Office Excel® 2013, e o texto, Microsoft Office Word® 2003².

Tendo sido elaboradas as tabelas, iniciou-se a *busca de significados*. Para isto foi realizada uma verificação sistemática dos dados que se repetiram, a fim de estabelecer relações entre os fatos e suas possíveis explicações. Foram feitos também agrupamentos para a categorização dos elementos (eventos, atores, situações, processos e cenários) que se definiram por compartilharem as mesmas características e significados.

3.4.2 Análise quantitativa

Esta análise foi realizada prioritariamente para os dados coletados a partir das entrevistas aplicadas junto às comunidades, já que envolveu uma maior quantidade de indivíduos (noventa representantes das comunidades).

Esta foi realizada da seguinte maneira: inicialmente os dados obtidos foram tabulados utilizando-se o editor de planilhas Microsoft Office Excel® 2013 para melhor organizar e categorizar as respostas fornecidas pelos entrevistados. Posteriormente foram produzidos gráficos para melhor organização, descrição, explicação e compreensão dos significados atribuídos aos dados numéricos.

² As tabelas elaboradas nesta etapa não foram expostas neste trabalho tendo em vista que sua função foi organizar as informações coletadas para que a pesquisadora pudesse melhor compreender e explicar os fenômenos estudados.

3.4.3 Organização dos dados analisados

Após a análise dos dados obtidos, estes foram descritos e discutidos na seção “resultados e discussão”. Para isto foram construídos três subtópicos que discorreram separadamente sobre os dados obtidos respectivamente com: os responsáveis pelo empreendimento (diretor(es) e biólogo responsável) Aquiraz Riviera; os representantes das Secretarias de Turismo e Meio Ambiente do município de Aquiraz; e as entrevistas realizadas junto a alguns membros das comunidades do distrito de Tapera. Posteriormente foi realizada a descrição e discussão dos dados obtidos com a realização das entrevistas (Apêndices A, B e C), com o objetivo de confrontar os dados, de forma a obter uma compreensão mais clara da situação problema analisada.

Para isto foi utilizada a técnica da triangulação, que, segundo Azevedo *et al.* (2013) permite a adoção de múltiplas estratégias e diferentes métodos de obtenção de informações por permitir:

[...] combinar métodos e fontes de coleta de dados qualitativos e quantitativos (entrevistas, questionários, observação e notas de campo, documentos, além de outras), assim como diferentes métodos de análise dos dados: análise de conteúdo, análise de discurso, métodos e técnicas estatísticas descritivas e/ou inferenciais, etc. Seu objetivo é contribuir não apenas para o exame do fenômeno sob o olhar de múltiplas perspectivas, mas também enriquecer a nossa compreensão, permitindo emergir novas ou mais profundas dimensões (AZEVEDO *et al.*, 2013).

Para a discussão, livros, artigos publicados em revistas e em jornais, dentre outros documentos, foram usados de forma a confrontar ideias, gerando a compreensão do caso estudado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção foi organizada tomando por base os objetivos específicos deste trabalho. Dessa forma, inicialmente será relatada a dinâmica do empreendimento, principalmente considerando sua relação com o ambiente e com a comunidade local. Posteriormente será discutida a participação da prefeitura local nesta dinâmica turística, considerando sua interação com a comunidade e com o empreendimento que ainda se encontra em processo de instalação. E finalmente será descrita e discutida a relação das comunidades estudadas com relação à expansão do turismo no local, levando em consideração especificamente o Complexo Turístico Aquiraz Riviera.

4.1 Caracterização da dinâmica turística na visão dos empreendedores

As informações que se seguem foram coletadas junto ao empreendimento a partir de entrevista semiestruturada realizada com um dos diretores do complexo, além de informações cedidas pelo biólogo responsável pelas atividades de monitoramento e acompanhamento de questões ligadas a preservação da biodiversidade na área de implantação do empreendimento, com a devida autorização dos seus diretores.

4.1.1 Perfil do turista/divulgação e informações sobre o empreendimento

Os turistas que frequentam o local não têm um perfil de idade e escolaridade conhecidos, tendo em vista que os diversos empreendimentos existentes no interior do Aquiraz Riviera recebem visitas diárias sem que haja o controle destas informações. Além disso, o empreendimento apresenta atrativos para todas as faixas etárias. O período de permanência média dos turistas também não é contabilizado, podendo o turista permanecer o tempo que necessitar.

Com relação ao local de origem dos turistas, estes são em torno de 95% cearenses. Há também turistas de outros estados do país, principalmente do sul e sudeste, bem como de outras nacionalidades, sendo principalmente mexicanos, coreanos, espanhóis, portugueses, ingleses, alemães e franceses. Estes são atraídos principalmente pelo Golf Ville, para praticar o esporte e até mesmo participar de campeonatos, e pelo hotel Dom Pedro Laguna, onde

ficam hospedados. Brandão (2013) defende que os complexos turísticos atraem estrangeiros fato que contribui para o desenvolvimento das regiões onde se instalam.

Com relação ao monitoramento dos dados é realizado balanço dos lucros e despesas do empreendimento, para saber, conseqüentemente, qual a melhor forma de divulgar o empreendimento atraindo cada vez mais visitantes. Porém, estes dados não são abertamente divulgados.

Para atrair ainda mais visitantes o empreendimento é divulgado em escala local, regional, nacional e internacional, por meio de eventos esportivos e corporativos, informações disponibilizadas no site do empreendimento, e divulgações de premiações em meios de comunicação eletrônicos e impressos. Observe abaixo um trecho de uma matéria veiculada no site do empreendimento:

No total, milhares de pessoas visitaram o complexo, a maioria pela primeira vez. 2014 foi o ano da estreia do Aquiraz Riviera nos eventos esportivos, mostrando que as possibilidades para a prática de esportes no complexo é diversificada. De todos os eventos, merece especial destaque o X-Treme Day, realizado em outubro, que reuniu cerca de 300 atletas para participar da corrida e muitas outras pessoas que participaram de variadas atividades livres (massagem relaxante, aulas de dança, hidroginástica e kangoo jumps). Além do X-Treme Day outros eventos trouxeram esporte e diversão ao Aquiraz Riviera, como raid e outras competições automotivas, aulas de ginástica, danças e hidroginástica. Os eventos corporativos trouxeram grandes marcas ao Aquiraz Riviera em 2014: Embratel, Claro, Itaú Seguros, Bradesco Saúde, Câmara Brasil Portugal no Ceará, Volkswagen, Manhattan Construtora, FF Apolinário Seguros, entre outros, são algumas das marcas e instituições que realizaram eventos no Club House do Aquiraz Riviera (AQUIRAZ RIVIERA, 2014, p.8).

Outra forma de divulgação foi a sociedade entre o condomínio Aquiraz Riviera e a Câmara Brasil-Portugal no Ceará (CBP-CE) “associação sem fins lucrativos com atuação no Ceará, em Portugal e demais países de língua portuguesa”. Esta objetiva apoiar seus parceiros em diversas atividades, sendo uma delas o turismo (AQUIRAZ RIVIERA, 2013, p.20). Assim, essa sociedade:

Para o condomínio, é uma oportunidade de realizar novas ações e parcerias que valorizem e divulguem o empreendimento de alto padrão que faz parte do mercado imobiliário de luxo do Estado e oferece muito conforto, exclusividade, segurança e várias opções de lazer (AQUIRAZ RIVIERA, 2013, p.20).

4.1.2 Serviços, atrativos e infraestrutura

O empreendimento tem como atrativos a realização de atividades esportivas. Dos esportes em destaque tem-se o golfe com eventos importante como “III Torneio Nacional da Associação Paulista de Golfe (APG)” e o “II Open Dom Pedro Laguna”; corrida com os eventos “Circuito Fases da Lua” e “I Cooper Aquiraz Riviera”; eventos de crossfit como

“Riviera Summer” e “Mega Gym”; e tênis com o “I Torneio Feminino de Tênis Aquiraz Riviera”.

Segundo Rosa e Tavares (2002), os resorts, de uma forma geral, oferecem inúmeras atividades de lazer, principalmente voltadas para diversos esportes como desportos náuticos (vela, pesca de oceano, esqui aquático), golfe, tênis, equitação. Pinheiro, Koga e Wada (2010, p.4) consideram estes como *resorts* de destino, tendo em vista oferecerem uma variedade de atrações, dentre elas “restaurantes, recreação, esportes, salas e lojas, o que os tornam um destino em si”.

O empreendimento em questão também incentiva ações esportivas sociais em parceria com a prefeitura de Aquiraz como os “Jogos escolares da juventude em 2015”. Além de existir o projeto “Golf na escola”. Estes serão melhor explicados na seção 4.1.10 deste trabalho.

Com relação as atividades de passeio existem trilhas ecológicas na área de preservação que podem ser realizadas pelos visitantes do empreendimento. Dávila (2006) destaca, como pode-se conferir no empreendimento estudado, que as características naturais acabam tornando-se um recurso turístico. Em grande parte dos complexos turísticos, a natureza é o principal elemento, fazendo parte da “mercadoria” vendida aos turistas.

Sobre outros aspectos de serviço e infraestrutura, não existe equipe de paramédicos ou ambulatório no empreendimento, mas caso necessário os turistas podem ser encaminhados à rede pública de saúde local, ou mesmo a clínicas particulares existentes na sede do município, bem como serem encaminhados para Fortaleza, tendo em vista sua proximidade com a capital cearense.

Com relação ao fornecimento de alimentação existe o restaurante que oferece conforto e pratos diversificados aos seus clientes como pode ser observado em matéria veiculada no site do empreendimento:

O restaurante do Club House de Golfe do Aquiraz Riviera acaba de lançar novos pratos. O requinte dos frutos do mar é destaque no cardápio. Camarão Riviera e Penne à Marambaia são novas opções de pratos familiares, prontos a agradar até os paladares mais exigentes. Os pratos servem até 4 pessoas e são perfeitos para o clima tropical e ambiente agradável do Club House (AQUIRAZ RIVIERA, 2014, p.9).

Rosa e Tavares (2002) descrevem que os *resorts* contemplam serviços diferenciados dando como exemplo os restaurantes, geralmente mais de um, que são agradáveis e, de preferência, especializados, como observado na descrição acima.

O empreendimento revela também espaços luxuosos. Esta característica pode ser observada nas descrições abaixo.

A Manhattan Construtora fez a inauguração e entrega do Manhattan Beach Riviera, um empreendimento repleto de luxo, requinte e sofisticação. [...] Este complexo da Manhattan Construtora, que vem, sem dúvida, engrandecer o Aquiraz Riviera, possui uma ampla área de lazer com piscina resort com borda infinita, além de outros equipamentos [...] O Riviera Beach Place Golf Residence é uma ilha de luxo cercada de exclusividade por todos os lados. No total, são 196 moradias, entre apartamentos e coberturas duplex com áreas variando de 70,27 m² a 175,33 m², além de opções com 2,3 ou 4 vagas no estacionamento do subsolo e mais de 30 itens de lazer (AQUIRAZ RIVIERA, 2014, p. 5).

A Diagonal Engenharia e o Aquiraz Riviera acabam de assinar contrato para a construção do projeto Mansões Riviera. [...] Um projeto de alto padrão concebido pela Diagonal Engenharia destinado a um público exclusivo que procura qualidade de vida de frente para o mar. [...] O valor geral de venda (VGV) é de R\$ 6.000.000,00. “O lançamento das Mansões Riviera é uma notícia muito relevante para o mercado imobiliário. Trata-se de um projeto de casas de alto luxo, desenvolvido em um padrão elevado de qualidade que não tem nada comparável no Ceará” [...]. (AQUIRAZ RIVIERA, 2014, p.11).

Demajorovic, Laterza e Kondo (2009) defendem que esta imagem associada a alto padrão e luxo, e que acrescenta *status* ao comprador, está atrelada aos serviços oferecidos, como infraestrutura de lazer, administração profissional e segurança, por exemplo. Esta, por sua vez é a principal forma de captação de recursos para a construção do complexo. Dessa forma, “a valorização imobiliária, acentuada pela possibilidade de acesso aos serviços proporcionado pelo *resort*, compensa financeiramente eventuais problemas com o risco e o retorno dos hotéis propriamente ditos” (DEMAJOROVIC; LATERZA; KONDO, 2009, p. 7).

Assim, esta é uma das modalidades de turismo que ultrapassa fronteiras entre países ou até mesmo continentes, sendo resultante do interesse do capital privado e do setor público (DEMAJOROVIC; LATERZA; KONDO, 2009), encaixando-se na definição de complexo turístico, já que se trata de um grande empreendimento, que possui instalações e serviços diversificados, dentre eles a hospedagem, os condomínios, os equipamentos de desporto, lazer e outros, além de estarem localizados em ambientes onde existe uma natural vocação para diversão (BRANDÃO, 2013).

Por ser um empreendimento tão grande e que atende a turistas e moradores de alto padrão, para aumentar a segurança do local, este foi murado e recebeu reforço na segurança. Segundo os responsáveis pelo empreendimento a portaria existe apenas para manter o controle de quem entra, mas que ninguém é barrado na entrada.

Demajorovic, Laterza e Kondo (2009) acrescentam que os complexo turístico e residenciais, geralmente apresentam estrutura fechada, com fortes medidas de segurança e que impedem a livre circulação de pessoas em suas dependências. Observe trecho abaixo referente a segurança do empreendimento:

O Condomínio Aquiraz Riviera está ainda mais seguro. O patrulhamento de segurança acaba de ser reforçado, com a implementação de uma nova patrulha noturna. Portanto, além da vigilância 24 horas, feita através de videovigilância e patrulha móvel com vigilância armada, o Condomínio dispõe agora de vigilância dobrada no período noturno, percorrendo todo o perímetro do Condomínio Aquiraz Riviera garantindo a segurança pessoal e patrimonial (AQUIRAZ RIVIERA, 2014, p. 14).

Como pode-se observar é inevitável a preocupação com a segurança para os visitantes, já que o modelo de desenvolvimento gera desordens de cunho social, ambiental, político e mesmo econômico, que culminam, entre outros fatores, com o baixo nível de segurança. Neste caso as ameaças trazidas pelo desenvolvimento afetam diretamente as populações (COUTO, 2003).

4.1.3 Preservação ambiental

Para discutir a questão da preservação ambiental é necessário inicialmente compreender um pouco do que diz a legislação sobre a implantação de empreendimentos como este, já que ele está sendo construído em Área de Preservação Permanente. Segundo lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012, as dunas são Áreas de Preservação Permanente, somente sendo permitida a supressão de vegetação por meio de autorização em caso de utilidade pública (BRASIL, 2012).

Segundo a Resolução nº 369 de 2006 do CONAMA é vedada a intervenção ou supressão de vegetação em APP de dunas, conforme previsto no inciso X da Resolução CONAMA nº 303 de 2002, com excessão dos casos de utilidade pública descritos no inciso I do art. 2º da Resolução CONAMA nº 369 de 2006, apresentados abaixo (BRASIL, 2006, p. 95):

- I - utilidade pública:
 - a) as atividades de segurança nacional e proteção sanitária;
 - b) as obras essenciais de infra-estrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia;
 - c) as atividades de pesquisa e extração de substâncias minerais, outorgadas pela autoridade competente, exceto areia, argila, saibro e cascalho;
 - d) a implantação de área verde pública em área urbana;
 - e) pesquisa arqueológica;
 - f) obras públicas para implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados; e

g) implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos privados de aquíicultura, obedecidos os critérios e requisitos previstos nos §§ 1º e 2º do art. 11, desta Resolução.

Vale ressaltar que a construção do empreendimento não atende a nenhum destes pré-requisitos. A Resolução CONAMA nº 341 de 2003 ainda menciona que são permitidos empreendimentos turísticos sustentáveis declarados como de interesse social. Para ser considerado como sustentável, o empreendimento deverá estar fundamentado em estudos que comprovem que a ocupação dessas áreas não comprometerá (BRASIL, 2003, p. 91):

- I - a recarga e a pressão hidrostática do aquífero dunar nas proximidades de ambientes estuarinos, lacustres, lagunares, canais de maré e sobre restingas;
- II - a quantidade e qualidade de água disponível para usos múltiplos na região, notadamente a consumo humano e dessedentação de animais, considerando-se a demanda hídrica em função da dinâmica populacional sazonal;
- III - os bancos de areia que atuam como áreas de expansão do ecossistema manguezal e de restinga;
- IV - os locais de pouso de aves migratórias e de alimento e refúgio para a fauna estuarina; e
- V - a função da duna na estabilização costeira e sua beleza cênica.

Neste caso, é relevante ressaltar que com a implantação deste empreendimento os problemas hídricos da região, conforme será melhor descrito, mais adiante, na seção 4.1.5 *Gestão de efluentes/uso da água e de resíduos sólidos*, foram agravados. Por outro lado, para que seja considerado como de interesse social, o empreendimento turístico sustentável deve obedecer aos seguintes critérios (BRASIL, 2003, p. 90):

- I - ter abastecimento regular de água e recolhimento e/ou tratamento e/ou disposição adequada dos resíduos;
- II - estar compatível com Plano Diretor do Município, adequado à legislação vigente;
- III - não comprometer os atributos naturais essenciais da área, notadamente a paisagem, o equilíbrio hídrico e geológico, e a biodiversidade;
- IV - promover benefícios socioeconômicos diretos às populações locais além de não causar impactos negativos às mesmas;
- V - obter anuência prévia da União ou do Município, quando couber;
- VI - garantir o livre acesso à praia e aos corpos d'água;
- VII - haver oitiva prévia das populações humanas potencialmente afetadas em Audiência Pública; e
- VIII - ter preferencialmente acessos (pavimentos, passeios) com revestimentos que permitam a infiltração das águas pluviais.

Fazendo uma breve análise dos incisos acima, o empreendimento utiliza-se da água da Lagoa do Catú, que também é fonte de abastecimento da população, causando pressões sobre as mesmas; seus resíduos sólidos são descartados por uma empresa particular contratada. É importante ressaltar que a implantação do empreendimento agrava as pressões ambientais com relação ao descarte de resíduos sólidos, já que o município não suporta mais

resíduos em seu aterro. Com relação aos atributos naturais essenciais, nota-se uma grande pressão sobre o equilíbrio hídrico.

É importante destacar também que o empreendimento traz dinamismo econômico ao Ceará, porém nem sempre atende à demanda de mão-de-obra local, além de causar impactos negativos sobre o acesso das comunidades locais à água. Com relação ao acesso à praia e aos recursos naturais não há proibições, mas as construções acabaram deixando as pessoas limitadas/intimidadas ao uso/acesso aos espaços. Nas seções que seguem, essas questões serão melhor descritas.

De forma continuada, para a discussão sobre a preservação ambiental do local, é importante compreender que o empreendimento está sendo instalado em área de dunas, unidades geomorfológicas que são produzidas pela ação dos ventos, possuindo uma constituição arenosa, com aparência de colinas. Componentes cada vez mais raros do relevo, as dunas situam-se no litoral ou no interior do continente (ALVES, 2015). Dessa forma, a preservação destas áreas está atrelada a sua importância natural, geológica, geográfica, biológica, ecológica e paisagística (PINHEIRO *et al.*, 2013).

Tomado por base a relevância da preservação destes ecossistemas, abaixo serão descritas as características ambientais da área do empreendimento, além de ações realizadas pelos seus responsáveis durante a construção.

Segundo os entrevistados responsáveis pelo empreendimento, durante este processo, não houve aterramento de lagoas naturais, sendo ainda criadas lagoas artificiais. Ainda afirmaram que alguns mananciais foram melhorados, pois deixaram de ser intermitentes. Isto deveu-se ao escavamento de lagoas em alguns locais próximos às lagoas já existentes para que estas permanecessem cheias durante todo o ano. Isto, segundo ele, auxiliou na manutenção das condições da área de preservação permanente.

Para minimizar os impactos biológicos é realizado levantamento das espécies animais e vegetais presentes no local, de forma contínua, sendo os trabalhos inicialmente realizados com a avefauna do local. Observe o trecho abaixo, descrito por um dos representantes do empreendimento, que esclarece a respeito do levantamento e da situação da biota do local:

“Então a gente vai pegar em torno de uns 10 transectos e vai fazer o levantamento da flora que existe e a fauna vocês podem ver que aqui caminha por tudo que é lugar. É bem preservado. Tudo bem que não é nativo daqui, mas por exemplo o pardal que vem do Oriente Médio [...] é uma espécie que a gente chama de espécie andarilha, ou espécie vagabunda, por que ela acompanha o ser humano, onde [...] vai. Não tem somente espécies vagabundas aqui não, tem muita espécie nativa também.”

Algumas das espécies nativas encontradas são quiriquiri, um tipo de falcão pequeno, anu branco, carcará, coruja buraqueira (Figura 03), quero-quero, alguns tipos de patos, viuvinhas, sabiá, bem-ti-vi e caracará (Figura 04). Segundo ele, a maioria das espécies são nativas. Com relação às espécies em extinção, segundo a classificação do Ministério do Meio Ambiente, não há espécies ameaçadas. Porém, se for levado em consideração o IUCN (*International Union for Conservation of Nature*), há espécies como o mandacaru, considerada em extinção. Por isso, para minimizar os efeitos nocivos sobre a flora e fauna procura-se manter intactas as áreas de preservação.

As Áreas de Preservação Permanente (APP's) tem como principal função a manutenção e preservação dos fatores bióticos e abiótica, buscando manter o equilíbrio dos ecossistemas ao mitigar os impactos causados por fenômenos naturais ou por ações antrópicas (SKORUPA, 2003).

Figuras 03 e 04 - Coruja buraqueira e caracará encontrados nas imediações do empreendimento.



Fonte: Acervo da autora.

Também foi informado que pretende-se manter preservadas algumas regiões que não estão inclusas na área de preservação, previamente estabelecidas, como alguns loteamentos, pois tem formado parte vegetada como pode-se observar na imagem abaixo (Figura 05).

Também os empreendedores acreditam que o empreendimento possui parcela natural, consideravelmente preservada, funcionando até mesmo como ilhas de refúgio para algumas espécies. Observe o trecho abaixo descrito por um dos entrevistados do empreendimento:

Se você for aqui do lado na prainha, ou aqui do empreendimento, você vai ver que tem muito lixo e poucas árvores. Então aqui tem sido um refúgio para muitas espécies nessa época de seca, e com o adensamento da espécie humana. Aqui tem muitas plantas e muitos animais. Na verdade o empreendimento tem funcionado como uma ilha de conservação.

Figura 05 – Área que se pretende preservar intacta para melhorar as condições de preservação local.



Fonte: Acervo da autora.

Foi informado também que não há pontos de erosão preocupantes. Estes são geralmente contidos pelas áreas de preservação permanente, sendo que segundo o representante entrevistado, tem-se preservado grande parte das áreas, exceto a parte de dunas em que se tem a licença para ocupação, onde também não foram constatados problemas de erosão.

A preservação do solo arenoso é extremamente relevante, pois facilita a infiltração da água da chuva, reduzindo os riscos de enchentes e os custos com obras de drenagem. “Quando essa vegetação é destruída, o solo sofre intensa erosão pelo vento, o que ocasiona a formação de dunas móveis com riscos para o ambiente costeiro e para a população (MOURA, 2009).

No local, além das dunas fixas, há também dunas móveis. Estas “caracterizam-se por um transporte permanente dos grãos de areia, resultando em uma permanente migração das formas dunares” (PINHEIRO et al., 2013, p.596). Para conter essa movimentação das dunas móveis, foi colocado, sobre estas, brita (Figura 06), evitando assim, a invasão de sedimentos nas regiões construídas e mesmo nos campos de golfe.

Segundo Pinheiro *et al.*(2013) qualquer alteração que ocorra no sistema de deriva litorânea causa desequilíbrio de estoque natural de areias ao longo da costa, influenciando, conseqüentemente, as taxas de erosão ou deposição. Esse processo natural de migração de sedimentos torna-se importante do ponto de vista ambiental ao proporcionar o equilíbrio da costa. Dessa forma, poderão ser intensificados os processos erosivos e, conseqüentemente,

havendo perdas sucessivas e relevantes de faixa de praia. Dessa forma, percebe-se que esta intervenção nas dunas pode levar a impactos ambientais significativos.

Figura 06 – Brita depositada sobre as dunas móveis.



Fonte: Acervo da autora.

Com relação à poluição, esta relaciona-se principalmente com os resíduos produzidos pelos trabalhadores, no período da construção, e por alguns residentes. Ainda assim, o empreendimento acredita que conseguiu reduzir a quantidade de resíduos produzidos e expostos de forma inadequada por meio de fiscalização interna. A manutenção da área de preservação, o paisagismo e a coleta de lixo, também tem ajudado a mitigar esta problemática. No caso da coleta dos resíduos, esta é realizada pela empresa terceirizada BrasLimp (Figura 07).

Figura 07 – Caminhão de lixo da empresa contratada para fazer a coleta de resíduos do empreendimento.



Fonte: Acervo da autora.

Não foram constatados durante as visitas, ou mesmo informado pelos empreendedores sobre a existência de frotas de veículos próprios que gerem poluição no local, ou mesmo nas proximidades. Com relação ao gerenciamento e produção dos resíduos sólidos produzidos pelo empreendimento, um de seus representantes fez a seguinte declaração:

A segunda lei da termodinâmica diz que num sistema fechado, todas as ações químicas e físicas levam inevitavelmente ao aumento da entropia, do caos, da destruição. Quer dizer o seguinte: toda atividade que você for fazer, inevitavelmente vai causar algum tipo de poluição, mas nós acreditamos que aqui, a gente tenha conseguido minimizar os resíduos, de forma que a poluição não seja muito abundante. Por exemplo, se você der um passeio pelo empreendimento você vai ver muitos sacos [...]. Você vai ver também, por exemplo, o pessoal que está construindo e infelizmente a gente não tem um controle sobre isso, às vezes está construindo uma casa e deixa o lixo nas áreas.

O trecho acima transcrito é relevante também por considerar o fenômeno estudado como um sistema que, devido às transformações que ocasiona, pode ser considerado como gerador de desordem. Em outras palavras, o sistema do turismo, considerado como um sistema social, é considerado como aberto e com alto grau de entropia, mantendo um relacionamento dinâmico com o ambiente e seus subsistemas, partes de um todo, considerando ser inevitável certos impactos causados (EICHENBERG; SILVA, 2015).

Para a “limpeza” da área onde foram e estão sendo construídos os empreendimentos não foi realizado incêndio, além disso, nos eventos que ocorrem no local é terminantemente proibida a utilização de fogos de artifício, pois no local há grande insidência de ventos que podem espalhar faíscas com facilidade, fato que compromete a área de preservação permanente. Observe abaixo a declaração de um dos representantes do empreendimento:

Não foi feito nada de incêndio, até porque, como a reserva é muito grande, são 58 ha, por exemplo, a gente faz alguns eventos aqui dentro e é terminantemente proibido qualquer tipo de fogos de artifício aqui, nem que sejam trazidos caminhões pipas e brigadas de incêndio, por conta do vento o risco é muito grande. Devido a vegetação estar muito seca e devido ao fato de estarmos vivendo quatro anos seguidos de seca.

Especificamente com relação à área de preservação (Figuras 08 e 09), um dos representantes do empreendimento considerou que esta encontra-se bastante preservada. Observe a declaração abaixo:

Nos outros empreendimentos, qualquer terra limpa parece ser irrelevante, mas aqui as próprias áreas que estão preservadas já possuem chão, funciona como se fosse mais ou menos como um corredor, porque você tem uma área relativamente grande que é a área da reserva lá em cima, e aqui você tem várias APPs menores, como se

fosse um sistema de continente e ida de corredor, então eu acredito que aqui tenha sido um sistema que tem funcionado assim. E a gente tem é atraído animais de fora, pelo menos do ponto de vista de avefauna, você encontra aves aqui que você não encontra em outros lugares com tanta facilidade, onde essas aves são nativas. Aqui também tem um sistema de cadeia trófica conservada, pois os predadores ficam lá em cima, no caso as aves, observando a movimentação e as presas ficam aqui embaixo e quando surge uma oportunidade eles atacam. As aves predadoras estão aqui em cima, enquanto as aves insetívoras e frutíferas estão mais aqui embaixo.

Figuras 08 e 09 – Placa identificando a Área de Preservação Permanente e Trecho da APP dentro do empreendimento.



Fonte: Acervo da autora.

Foi declarado também que não há extração de qualquer matéria-prima para ser utilizada na construção do empreendimento.

4.1.4 Energia

O principal sistema de abastecimento de energia utilizado é o da COELCE. No hotel Dom Pedro Laguna ainda há o fornecimento de energia solar, porém esta não é autosustentável. Há uma subestação da COELCE e dentro da área do condomínio toda a energia é subterrânea, exceto as vias de acesso, pois estas são públicas. O fato da fiação ser subterrânea facilita a poda das plantas, reduzindo os riscos de acidentes.

O problema energético existente é decorrente do fato de o empreendimento exigir uma carga de energia que antes não existia como demanda no local, causando problema para a instalação. Assim, inevitavelmente a COELCE tem quedas de energia, por exemplo, quando chove muito.

Com relação à economia dos recursos energéticos foram iniciados trabalhos ambientais no empreendimento, porém, não há ainda nenhum projeto mais concreto. Ainda assim, nota-se a preocupação dos diretores com relação às questões ambientais, além de ter sido informado que os turistas frequentadores do empreendimento são também sensíveis às questões ambientais.

Com relação ao aproveitamento máximo de recursos como iluminação e ventilação naturais, o Hotel Dom Pedro Laguna é destaque. Segundo matéria divulgada no

próprio site do empreendimento este hotel foi eleito pelo “Jornal do Meio Ambiente” de São Paulo como destaque na preservação ambiental. Este é considerado como eco-resort cinco estrelas de forma a preservar e otimizar os recursos naturais:

Recentemente o Dom Pedro Laguna foi eleito o melhor hotel/resort no prêmio “Destques Empresariais de Serviços do Ceará 2013”. O hotel é membro Great Hotels of The World, organização que reúne os mais luxuosos hotéis e resorts do mundo. No eco-resort Dom Pedro Laguna a integração e respeito à natureza são uma imagem de marca. A grama utilizada é a *Paspalum Vaginatum*, que pode ser regada com água salobra e cuja necessidade de água é até 45% inferior. O sistema de rega é gerido gota a gota, através da rega controlada. A iluminação do hotel é feita através lâmpadas com tecnologia led e superled, que têm maior durabilidade e consomem até 95% menos eletricidade que as lâmpadas comuns. O ar condicionado da unidade hoteleira possui a tecnologia inverter, que [...] reduz o consumo de energia quando se detecta que a sala precisa de menos refrigeração ou aquecimento. Para evitar desperdício de água, os chuveiros possuem economizadores de água do sistema ecoflux e os vasos sanitários possuem caixas acopladas com o sistema dual-flex (descarga dupla). O hotel possui painéis solares cuja energia obtida é utilizada para aquecer água dos chuveiros. As preocupações do eco-resort com a natureza estendem-se aos materiais utilizados no dia-a-dia. Todos os papéis utilizados na unidade hoteleira possuem a certificação FSC – o selo verde mais reconhecido em todo o mundo, que garante que a madeira utilizada é oriunda de um processo produtivo manejado de forma ecologicamente adequada, socialmente justa e economicamente viável, e no cumprimento de todas as leis vigentes (AQUIRAZ RIVIERA, 2013, p.15).

4.1.5 Gestão de efluentes/uso da água e de resíduos sólidos

No item 4.1.5 foi descrito, de forma sucinta, o gerenciamento dos resíduos sólidos do empreendimento. Este teoricamente é responsável pela coleta, porém, esta responsabilidade acaba sendo repassada à empresa BrasLimp contratada para gerenciar o destino final do lixo produzido. Os resíduos são direcionados para o aterro sanitário do município de Aquiraz “Aterro Sanitário Metropolitado Leste de Aquiraz”, fato que confere prejuízos ao município.

Segundo o RIMA do empreendimento, como infraestrutura básica existente no município é descrito que há um eficiente sistema de coleta, transporte e disposição final dos resíduos sólidos (RIMA, 2004). Porém Vaz (2010) alertou, por meio do “Portal do Meio Ambiente” que o Ministério Público Federal (MPF) constatou a capacidade insuficiente do aterro sanitário do município. Em 2014 este aterro já estava com 74% de sua capacidade comprometida. Sendo que em dezembro de 2015 atingiu seu limite total. Além do fim de sua vida útil, o aterro funciona de forma irregular, proibida por lei. Observe trecho abaixo:

Não suficiente o esgotamento iminente, o representante da Secretaria das Cidades destaca, ainda, que os aterros da RMF vêm operando em condições irregulares, proibidas por lei. Conforme o orientador, os depósitos de Aquiraz e Maracanaú têm presença constante de catadores de material reciclável trabalhando no lugar, hábito que, segundo Alves, vai contra as políticas de Resíduos Sólidos. Ao mesmo tempo,

ele afirma que não são atendidas exigências estruturais, como a instalação de mantas na base dos aterros para proteger o solo e os lençóis freáticos de possíveis contaminações (MADEIRA; HOLANDA, 2014).

Observa-se neste caso que o empreendimento contribui com o agravamento das questões referentes ao gerenciamento dos resíduos sólidos. Por conseguinte, não foi observada a realização de coleta seletiva ou qualquer forma de reutilização dos resíduos orgânicos.

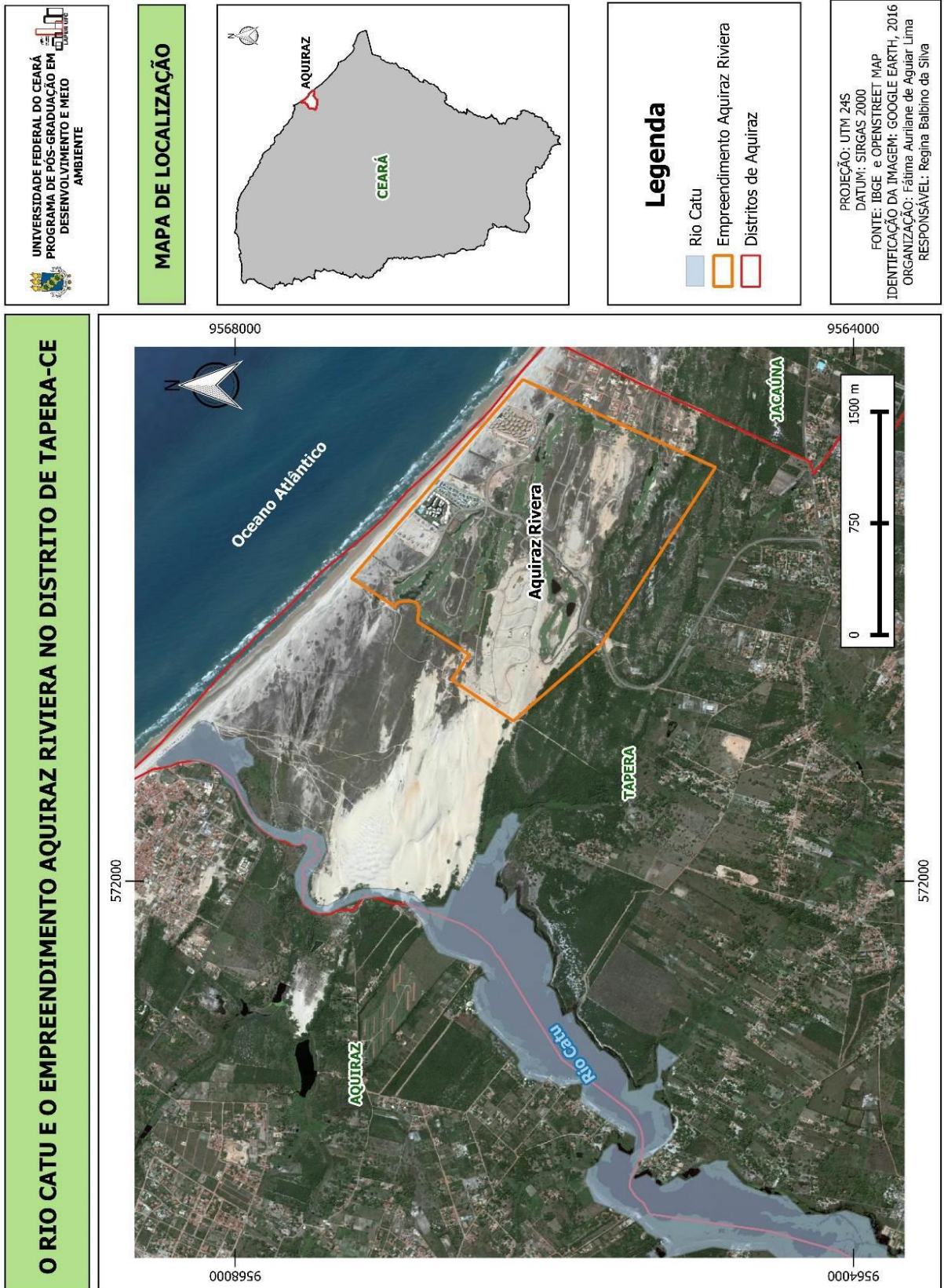
Durante a entrevista, os responsáveis pelo empreendimento declararam que a água utilizada é proveniente da Lagoa do Catú, sendo que pretende-se usar também a água proveniente dos poços escavados no próprio empreendimento, reservatórios construídos em forma de lagoas artificiais, e águas pluviais.

A lagoa do Catú faz parte do Rio Catú e encontra-se no município de Aquiraz-CE (Figura 10), sendo limitada pelas coordenadas UTM 0567000E, 9561273N e 0575000E, 9569000N. Apresenta uma área superficial de 2.420.000,00m² e um perímetro de 17.430,00m, sendo seu volume de água correspondente a aproximadamente 7.455.610m³ (GONDIM; ALEXANDRE; CRUZ, 2009).

Segundo a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), esta lagoa abastece residências do Aquiraz e do distrito de Tapera com água que provém do açude Catú Cinzento (Figura 11), atualmente com 7,6% da sua capacidade total. Porém, o referido açude deixou de alimentar a Lagoa devido ao baixo nível que apresenta. A Companhia ainda informou que está havendo esforço mútuo entre a COGERH, a Prefeitura de Aquiraz e o empreendimento Aquiraz Riviera, para bombear água do Catú Cinzento para a Lagoa do Catu, com a finalidade de prolongar o abastecimento (SEVERO, 2015).

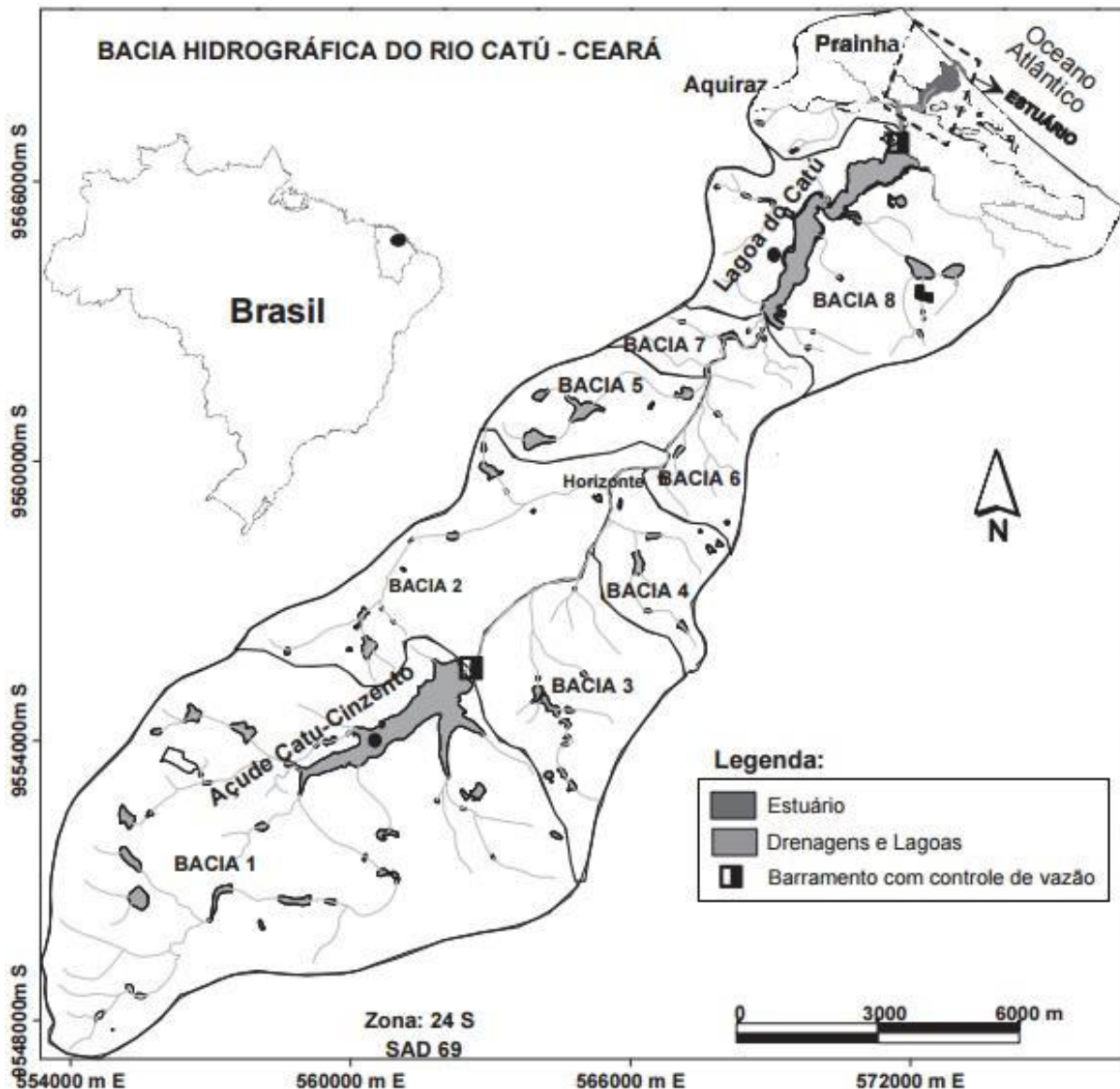
Foi informado pelos responsáveis do empreendimento que este apresenta uma outorga de 72 L/s, sendo que dois terços deste total são retirados diretamente da lagoa e direcionados para a irrigação dos campos de Golf. O um terço restante é proveniente do sistema da rede geral (CAGECE), sendo este percentual direcionado para as demais atividades. Além disso, o empreendimento não paga pela água que consome, tendo em vista ter custeado obras de instalação da CAGECE, já que, conforme se pode conferir junto ao RIMA (2004) do empreendimento, a área de implantação era desprovida de serviço público de abastecimento de água. Assim, o valor dos custos referentes ao consumo da água é amortizado.

Figura 10 – O Rio Catú e o empreendimento Aquiraz Riviera no distrito de Tapera – CE.



Fonte: Acervo da autora.

Figura 11 – Bacia hidrográfica do rio Catú com indicação dos barramentos de pequeno e médio porte e áreas com controle de vazões.



Fonte: Pinheiro e Morais (2010).

A justificativa dada para o fato da água para o abastecimento do empreendimento ser proveniente da reserva do Catú, se deu pois no início da construção do empreendimento, a COGERH declarou que a água existente no município seria suficiente para o abastecimento tanto dos empreendimentos, quanto para garantir o consumo pelas populações locais. Informaram também que inicialmente o próprio empreendimento havia pensado em utilizar a água de reúso, mas como o órgão público COGERH declarou não haver necessidade, esta ideia inicial foi abortada.

A lagoa do Catú é uma Área de Preservação Ambiental que sofre com os altos níveis de ocupação em seu entorno. Estas devem-se principalmente às construções de casas de

veraneio e segundas residências, desrespeitando completamente a legislação (GONDIM; ALEXANDRE; CRUZ, 2009). Como consequência:

A vegetação original da Lagoa praticamente não existe e, mesmo sendo secundária é raramente encontrada espécies tipicamente de áreas de ambientes lacustre. Com o desmatamento as consequências podem ser irreversíveis e, acarretam principalmente na erosão e empobrecimentos dos solos com um maior agravante vem gerando assoreamento na Lagoa. As edificações e loteamentos estão presentes em toda a área da APP, tornando o acesso à Lagoa quase inviável, pois devido as construções o seu entorno está praticamente privatizado (GONDIM; ALEXANDRE; CRUZ, 2009, p. 3864).

Pinheiro e Morais (2010) defendem que: a origem do Rio Catú (nasce no Município de Horizonte e escoar por aproximadamente 30 km até desaguar no distrito de Prainha de Aquiraz); a configuração atual e fragilidade ambiental estão associados à redução de vazão hídrica pela construção do vertedouro da Lagoa do Catú e do Açude Público Catú-Cinzento na última década. A criação deste açude foi muito importante para controlar as inundações, porém causou desmatamentos e ocupação das margens, aumentando o assoreamento e novos pontos com riscos de inundação.

Estes autores também esclarecem que mesmo após realizadas novas obras para mitigar a problemática da redução da vazão hídrica, apesar das médias pluviométricas terem sido superiores as médias da região no período chuvoso do ano de 2004, a liberação de água no vertedouro da Lagoa do Catú foi muito reduzida.

Observa-se assim que na época em que ocorreu o licenciamento do empreendimento, a região já sofria com a problemática da redução dos recursos hídricos e ainda assim, a utilização da Lagoa como fonte de abastecimento do empreendimento foi permitida. Dessa forma, a sazonalidade hidroclimática, bem como o mal gerenciamento e uso da água da Lagoa foram agravantes para o problema da escassez dos recursos hídricos que acometem as comunidades pesquisadas (PINHEIRO; MORAIS, 2010).

Tendo em vista esta problemática, o empreendimento está propondo como ações mitigadoras o reúso da água. Assim, faz a coleta de afluentes do complexo e os direciona para a estação de tratamento de esgoto da CAGECE na sede do município, para garantir a potabilidade da água.

Há também uma ideia de utilizar reatores biológicos que conseguem reduzir em até 90% a Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), permitindo o tratamento de efluentes que geram uma água com qualidade variável para consumo de acordo com a legislação. Também acreditam que para melhorar a situação da problemática da água, têm como aliadas as lagoas artificiais todas com água de reúso e proveniente da chuva, que além do benefício gerado como fonte de recurso hídrico, faz parte do paisagismo da construção.

Os empreendedores revelam que embora acreditem ser a gestão de água do Ceará a melhor do Nordeste e mesmo uma das melhores do país, não houve planejamento eficaz, por parte do poder público, com relação ao uso da água da Lagoa pelo empreendimento, ao afirmar que não havia necessidade de o complexo desenvolver sistema de reúso. Observe, abaixo, fala de um dos entrevistado representantes do empreendimento:

Mas o governo disse que não precisava. Como um pouco de audácia também, para mostrar que o Ceará tinha um bom uso de água. E realmente tinha. Mas assim, na gestão de água do Ceará é a melhor do Nordeste e uma das melhores do país. Eu não tenho dúvida disso. A GGERH faz um trabalho bom, mas a verdade é que eles estavam assim, sabe se gabando demais.

Neste caso, a confiança do poder público era proveniente de haver um projeto em que seria construído um sistema que ligasse o canal do trabalhador à Lagoa do Catú, o que no caso, previniria a problemática em questão. Porém, este projeto foi inviabilizado pois a água proveniente deste canal seria prioritariamente utilizada para abastecer indústrias, principalmente no Pecém, o que gera uma grande demanda por água não dando para suprir as necessidades de todos os empreendimentos turísticos, abastecimento da população, agricultura e indústrias ao mesmo tempo.

Freire (2015, p.1) faz o seguinte esclarecimento:

A necessidade da Região Metropolitana é de 12 metros cúbicos de água por segundo (sem contar a evaporação), de acordo com Débora. “Disso, 88% é abastecimento urbano, e o resto é para a indústria (especialmente Pecém e os Distritos Industriais de Pacajus e Maracanaú)”. Diretamente do Castanhão, vêm nove metros cúbicos de água por segundo para complementar o sistema metropolitano, e o restante vem dos açudes.

Percebe-se a importância da resolução desta problemática, devendo-se pensar em outras fontes de abastecimento, bem como na economia de água. Devido a escassez dos recursos hídricos, muitas empresas cearenses vêm implantando “projetos de reúso e redução de consumo, reaproveitamento e captação da água de chuva, além da utilização de efluentes tratados para irrigação” (ALVAREZ, 2016).

Ainda assim, não é realizado incentivo diretamente entre visitantes e moradores, tendo em vista que a maior preocupação ocorre com a irrigação dos campos de *golf*. Essa irrigação também é feita, em menor quantidade, com a água proveniente de poços. Essas águas são analisadas periodicamente, e não revelam contaminações significativas.

4.1.6 Seleção e uso de insumos

Para a manutenção dos campos de golf são utilizados agrotóxicos objetivando controlar o crescimento de ervas daninhas. Ainda assim, os representantes entrevistados defendem que não há prejuízo, tendo em vista que é utilizada uma concentração muito baixa destes insumos (dado não informado). Observe abaixo as considerações do diretor sobre esta questão:

[...] nós temos que usar tratamento contra as ervas daninhas e tal, os pesticidas. Isto começou na Escócia, a diferença é que lá não é necessário irrigar a grama. Lá a grama está irrigada o ano inteiro. Esta área aqui tem um tratamento especial, o que acontece é que aqui são 13 ha de 285 ha. O que acontece é que nós utilizamos o agrotóxico que é diluído na água e quando ele sai para o lençol freático, ele já sai totalmente limpo. 1 ha de agricultura consome muito mais agrotóxico do que um ha de golf. Não tem nem comparação. Então vai nos comparar com a agricultura, com o agronegócio? Não tem nada a ver com análise científica, mas tem tudo a ver com análise emocional e ideológica. Acaba por não haver lógica dentro destas discussões.

Ao analisar o RIMA do empreendimento na seção “Identificação dos Impactos Ambientais”, não foram descritos e discutidos os possíveis impactos gerados pelo uso de agrotóxicos. É importante saber que existe um limite nas concentrações de componente químicos ou biológicos permitidos para o consumo humano. Caso as concentrações ultrapassem os valores permitidos, pode causar poluição ambiental e intoxicação humana, devendo a água ser interdita para o consumo humano. Dentre os compostos que podem ser propostos para o manejo de gramado do campo de golfe em questão estão o 2,4 Diclorofenol, Glifosato e Nitrato, sendo as concentrações permitidas de respectivamente 30 mg.L-1, 500 mg.L-1 e 10 mg.L-1 (NUNES; WESTARB; SILVA, 2004).

Por conseguinte, Góis *et al.* (2010) revelam que a atividade turística, as segundas residências e os campos de *golf*, estão diretamente relacionados à expropriação da população local; aumento do preço da terra; impedimento ao fluxo sedimentar; e poluição das águas subterrâneas.

Com relação aos insumos utilizados na limpeza, estes são biodegradáveis. Esta afirmação pode ser confirmada a partir da matéria veiculada no site do complexo imobiliário e turístico que informa que o hotel Dom Pedro Laguna dentre outras ações sustentáveis, utiliza produtos degradáveis:

Todos os produtos químicos de limpeza, assim como os kits de amenidades fornecidos aos hóspedes, são biodegradáveis. Além disso, o Dom Pedro Laguna efetua recolha seletiva de lixo, realiza descarte ecológico de pilhas e recolhe óleos de cozinha usado (AQUIRAZ RIVIERA, 2013, p.15).

4.1.7 Paisagismo

Para melhor atender ao projeto de paisagismo, o empreendimento apresenta estufas (figura 12) onde são cultivadas várias espécies exóticas e também nativas. Exemplos de espécies nativas cultivadas são o cajueiro (figura 13) e alguns representantes de cactáceas. Dentre as espécies exóticas, puderam ser vistas em sua maioria palmeiras como as cycadaceas.

Figuras 12 e 13 – Estufa de cultivo de espécies para o paisagismo e um cultivo de cajueiros.



Fonte: Acervo da autora.

No caso do paisagismo, este é realizado principalmente com espécies exóticas como pode ser notado na fala dos representantes do empreendimento e nas imagens abaixo (figura 14 e 15).

As espécies exóticas são somente para o paisagismo mesmo, como essas palmeiras de madagascar que são muito comuns, também tem outras, mas é mais só para o paisagismo. Não tem sido notado nenhum problema de propagação dessas espécies exóticas até porque aqui a gente tem uma equipe de paisagismo relativamente grande e essas espécies que não são naturais, elas são logo podadas. [...] No caso da espécie que você falou, ciprestes. Na verdade, não é cipreste. Salvo engano, ela vem da Austrália, é um falso pinheiro, digamos assim. Porque o cipreste é um pinheiro verdadeiro.

Ainda que o litoral do nordeste apresente uma relativa variedade de espécies nativas ornamentais, estas não costumam ser utilizadas no paisagismo, marcadamente realizado com espécies exóticas. Por um lado, a utilização de espécies adaptadas facilita a manutenção e conservação dos espaços em meio a natureza. Por outro o uso de espécies não adaptadas como a *Cyca* spp. (como no caso do empreendimento em questão, imagem acima do lado esquerdo *Casuarina equisetifolia*) podem comprometer a fitofisionomia do local além de ocasionar problemas fisiológicos (LOGES, 2013).

Figura 14 e 15 – Espécies de Gimnospermas não nativas utilizadas no paisagismo da via de acesso ao empreendimento e do *Golf Ville*.



Fonte: Acervo da autora.

No caso do empreendimento também é utilizada uma gramínea exótica para a formação dos campos de Golf. A espécie em questão é *Paspalum vaginatum*. A utilização de espécies exóticas na cobertura de solos litorâneos, pode requerer cuidados com irrigação, controle de invasoras e aplicação de fertilizantes para o seu bom desenvolvimento (LOGES, 2013).

Também para o paisagismo foram aproveitadas as lagoas naturais (figura 16) tendo sido construídas também algumas lagoas artificiais (figura 17). Estas lagoas além de servirem para o paisagismo, estão sendo utilizadas para a captação e reservatório de água de reúso e de águas pluviais.

Figura 16 e 17 – Lagoa natural e lagoa artificial dentro do empreendimento.



Fonte: Acervo da autora.

4.1.8 Relacionamento com outros atores locais

Os responsáveis pelo empreendimento consideram que a comunidade vê o empreendimento com antipatia. Mas acreditam que são influenciados a verem o empreendimento com hostilidade. Observe a fala do representante abaixo:

[...] com relação à comunidade, vocês irão sentir um pouco de hostilidade, mas é porque fazem a cabeça do pessoal. O pessoal infelizmente aqui no Ceará, no país inteiro, acham que o pessoal vem de fora e aí acham que só querem roubar.

[...] na realidade o que acontece é o seguinte. Aqui o pessoal tenta até conversar com a população, mas é complicado, porque a população já [...] foi incitada de certa maneira a pensar mal do empreendimento.

Estes representantes culpam até mesmo o poder público, ao afirmarem que os vereadores, muitas vezes, querem ser beneficiados de alguma forma.

[...] isso acontece porque infelizmente a gente veio para cá trazer umas ideias até legais, e os vereadores, principalemnte, eles jogam muito de um lado e de outro. O que causa um certo desconforto, porque o que acontece é o seguinte: os vereadores, na hora que convêm a eles, eles ficam em prol do empreendimento, quando não convêm, não. E aí, isso causa um certo mal estar com a população. Porque a população sabe que os vereadores só fazem o que querem e aí você acaba se sentindo um pouco desconfortável.

Os vereadores não dão apoio real, eles são políticos, eles fazem o que eles querem. Aí eles se sentem desprotegidos.

Afirmaram também que a população se sente desprotegida e acaba culpando o empreendimento, tendo em vista que o próprio poder público não oferece a assistência que deveria ofecer. Outra questão interessante é que a parte da população que foi beneficiada com os empregos gerados pelo empreendimento, se mostra favorável a sua instalação.

Este fato é confirmado por Dall'Agnol (2012) ao declarar que para as populações locais o turismo pode ser considerado uma vantagem, tendo em vista a geração de novos postos de trabalho e aumento do fluxo de dinheiro continuamente, mas os próprios turistas podem se converter em uma carga física e social.

O problema que mais causa desentendimento entre a comunidade e os empresários é a questão da escassez de água. A prefeitura entrou com uma ação contra o empreendimento, porém esta não teve resultado favorável para a comunidade. Uma das justificativas foi a de que 80% a 90% (dependendo do período do ano) da água do Catú não é utilizada para consumo, mas acaba evaporando. O empreendimento defende que mesmo tendo a maior outorga para o consumo da água, não é responsável pela escassez, pois só consome 8% da água do reservatório. Observe afirmação abaixo:

A irradiação aqui são 16 megajoules por m² por dia, se vocês pegarem os dados da anel). [...] é uma quantidade de energia absurda. Então é uma quantidade de energia tão grande que pelos cálculos que a gente fez, cerca de 80% a 90% da água sai por evaporação. Então eu sabia que não ia dar em nada.

[...]não iria servir para muita coisa, pois se 80% da água sai por evaporação, na verdade você está fazendo aquilo para a população se sentir melhor [...]

Declararam que ainda assim, esta ação movida contra o empreendimento foi importante, pois a COGERH começou a tomar algumas providências para melhorar a situação.

Além do conflito com a questão da água, foi citado o conflito com alguns populares com relação a atividade de alguns bugueiros que gerava renda para algumas famílias. Muitos bugueiros realizavam os passeios de bugue de forma ilegal nas dunas que posteriormente foram ocupadas pelo empreendimento. Com o empreendimento eles tiveram que deixar de realizar a atividade naquele local. Fato que gerou um certo desconforto entre os populares e os empresários.

Esta situação é confirmado por Góis et al. (2010) que destaca que a construção do muro do resort no entorno provocou o isolamento de uma importante duna, que servia como local de passeio de bugues, realizada pela população local, sendo uma fonte de renda para estes, além disso, o muro barraria o fluxo sedimentar. Observe abaixo imagem do muro que delimita o complexo turístico (Figura 18).

Figura 18 – Muro que delimita o empreendimento.



Fonte: Acervo da autora.

Sobre a questão do conflito com os bugueiros e sobre o acesso à praia observe a afirmação abaixo de um dos entrevistados representante do empreendimento:

Se você pegar o artigo 18 do Decreto Federal 5.300, ele diz que é proibido o tráfego de veículos em dunas que é o trajeto que os bugues fazem, mas por outro lado também nós não queremos tirar o emprego de ninguém. [...] O problema é que os bugueiros dirigem de forma um pouco irresponsável e acabou que a gente resolveu, para dar maior segurança, fazer esses muros, mas eles são mais um muro de contenção, pois você pode entrar pela via central e trafegar. A gente só pede que deixe o nome para as pessoas se sentirem seguras, para dar segurança para os proprietários e frequentadores.

Nesta questão entra o acesso da comunidade à praia. Observe a fala do representante do empreendimento que foi entrevistado:

[...] de todos esses bens, o mais importante para a população é o de uso comum do povo. [...] a legislação diz que você não pode criar limitação a praia, mas ela não diz como você faz isso, você não pode ter a limitação para a pessoa chegar até a praia.

Dessa forma, defendem que a via central do empreendimento é pública e que qualquer pessoa pode ter acesso a mesma para chegar até a praia e que a guarita existe apenas para ter um controle de quem entra, garantindo a segurança dos turistas e residentes.

Em entrevista realizada com representantes das comunidades e com fiscais da prefeitura, foi constatado que o empreendimento não é aberto como se dizia que seria. Não é qualquer pessoa que tem acesso à praia normalmente. Anteriormente era local de passagem, mas hoje encontra-se limitado, pois além das portarias existe o muro que delimita todo o empreendimento.

Com relação a estes conflitos, os representantes do empreendimento julgaram serem totalmente abertos ao diálogo com a população. Tentam não gerar complicações, além de tentarem utilizar outras fontes de água como as que já foram supracitadas de forma a mitigar os problemas hídricos vivenciados na região.

Com relação aos programas educativos e de visitas para a comunidade, eles buscam sempre receber pessoas para conhecer e usufruir do empreendimento, sendo estes programas realizados em parceria com a prefeitura de Aquiraz. Estes projetos estão voltados principalmente para ações esportivas e incentivadoras da preservação ambiental, como pode ser observado nos trechos abaixo.

O projeto “Golfe na Escola”, uma parceria do empreendimento Aquiraz Riviera e da Prefeitura de Aquiraz, através da Secretaria de Educação e Desporto do Município, está proporcionando uma experiência inovadora aos alunos das escolas municipais. Através do projeto, semanalmente, cerca de 100 estudantes visitam o empreendimento, onde conhecem o campo de golfe, tendo contato com a natureza e com o esporte. Instrutores projetam um painel sobre meio ambiente e, logo em seguida, vão para o campo, onde têm a oportunidade de desenvolver suas habilidades motoras, cognitivas e sociais, o que ajuda a melhorar o desempenho nas atividades escolares (AQUIRAZ RIVIERA, 2015, p. 6).

A Prefeitura de Aquiraz, através da Secretaria de Educação e Desporto, realizou no final do mês de maio os Jogos Escolares da Juventude 2015. O Aquiraz Riviera, que foi uma das sedes da competição, apóia o esporte e a juventude e saúda a iniciativa da prefeitura em realizar iniciativas de promoção ao bem-estar dos jovens do município (AQUIRAZ RIVIERA, 2015, p.4).

Um grupo de crianças do Lar Davis deslocou-se ao campo de golfe do Aquiraz Riviera e ficou maravilhado com a experiência de pisar o “green” ou de dar a primeira tacada. A visita foi realizada no dia em que o Clube de Golfe encerrou o calendário de competições de 2013, realizando um Torneio Beneficente, cujas receitas foram doadas ao Lar Davis, instituição da Igreja Batista no município de Aquiraz [...](AQUIRAZ RIVIERA, 2014, p. 13).

Ação no Parque do Cocó promoveu ontem aulas gratuitas de golfe. Meta agora é realizar periodicamente eventos para popularizar a prática do esporte (AQUIRAZ RIVIERA, 2014, p. 2).

Com relação ao resgate da cultura e tradições locais, foi informado que como o empreendimento ainda não está concluído, esta questão ainda não está sendo promovido incentivo, principalmente para os turistas, mas que quando houver por exemplo o Shopping Mall. Onde haverá várias lojas, haverá incentivo aos produtos artesanais, como por exemplo os que são produzidos pelas rendeiras.

Com relação à área protegida, há a realização de trilhas ecológicas pelos visitantes e residentes, porém não há participação da comunidade na gestão destas áreas. O que seria interessante, tendo em vista eles conhecerem muito bem a região, já que muitos moraram nas regiões próximas por muito tempo.

Quanto aos benefícios gerados pelo empreendimento o principal citado foi o econômico tendo em vista a geração de emprego e melhoria na renda da população. Quanto aos benefícios nas áreas da saúde, educação, segurança e infraestrutura foi esclarecido que a chegada deste e de outros empreendimentos fez com que a prefeitura passasse a investir mais nestes aspectos para melhor atender ao contingente populacional.

4.2 Caracterização da dinâmica turística na visão do poder público

Nesta seção serão descritas e discutidas as informações coletadas junto ao poder público (representantes da Secretaria de Turismo e Cultura e da Secretaria de Meio Ambiente). Inicialmente serão tratadas as questões sobre o desenvolvimento do turismo no município de Aquiraz e posteriormente as questões mais especificamente relacionadas ao turismo e ao empreendimento Aquiraz Riviera.

4.2.1 O turismo no município de Aquiraz

Ao se pensar o turismo para o município, a prefeitura julga considerar a qualidade de vida da população residente, destacando a quantidade de investimentos, não somente com relação à economia local, mas com relação à geração de emprego e de renda. A construção de muitos empreendimentos turísticos atrai investimentos, sendo necessário realizar, em paralelo,

obras que acabam beneficiando a sociedade, seja com vias, iluminação, drenagem e saneamento.

Segundo Oliveira (2008) o turismo representa um volume total de investimentos superior a US\$ 766 bilhões promovendo novas instalações, equipamentos e infraestrutura. Filho Barretto (2013) ainda acrescenta que a atividade turística tem como impacto “a geração de emprego, a melhoria da qualidade de vida da população, principalmente na sua autoestima, porque tudo que é investido para atender bem um visitante fica para a comunidade”.

Aledo *et al.* (2007) ainda explica que a expansão do turismo residencial não é acompanhada somente de impactos econômicos positivos, mas cria situações de risco para as comunidades onde os empreendimentos são implantados. Estas situações de risco estão relacionadas a alterações da paisagem, desequilíbrio dos ecossistemas, consumo excessivo de água, geração de resíduos sólidos e contaminação hídrica com fertilizantes.

Com relação à melhoria da infraestrutura local especificada pela prefeitura, esta declaração não pode ser estendida para o empreendimento. Tomando por base a sondagem realizada junto à população, estes declaram que o empreendimento trouxe melhorias no acesso ao distrito em estudo, porém a infraestrutura interna ao distrito não teve melhoria perceptível. Esta questão será melhor esclarecida no item 4.3.

Outro atrativo também está relacionado à articulação de curso de capacitação na área do turismo e da cultura, principalmente por meio do PRONATEC (SENAC) com a realização dos cursos de capacitação para a COPA no ano de 2014. Não há números para analisar a aceitação dos cursos pela comunidade, mas de uma forma geral, há procura pelos mesmos.

Porém, ainda que os cursos sejam gratuitos, grande parcela dos alunos acabam desistindo. Dentre os fatores que contribuem para a desistência estão a distância entre a moradia e o local de realização dos curso, além do tempo de duração. Buscando reverter este quadro a prefeitura tenta deslocar os cursos da sede para os distritos, como ocorreu com a Tapera que é a localidade mais próxima do Aquiraz Riviera, neste caso para atender às demandas deste empreendimento, ainda que estes cursos não sejam exclusivamente para atender este complexo.

De modo geral, segundo dados da Secretaria do Turismo, o fluxo turístico tem aumentado a cada alta estação no Ceará e Aquiraz se beneficia muito desse fluxo que vem de Fortaleza, pois ainda que muitos turistas passem somente o dia neste município, muitos também vem para se hospedar.

O Aquiraz Riviera tende a contribuir com a atração de turistas que tendem a permanecer no município por um período maior, já que além da previsão de 912 novas unidades habitacionais prevê a construção de oito hotéis, 600 vilas, área comercial, campo de golfe, quadras de tênis e centro hípico, fortes atrativos que garantem conforto para turistas e residentes (GÂNDARA; RAMOS, 2008).

No caso de Aquiraz há a articulação da comunidade e de sua cultura com os turistas, destacando-se o artesanato que acaba gerando renda, interferindo de forma positiva na economia local. Em relação a gestão que se iniciou em 2013, foi informado que há a busca pelo fortalecimento dos traços culturais que nos anos anteriores tinham sido esquecidos, pois alguns grupos culturais deixaram de existir devido à falta de incentivos.

Assim, foi necessário lançar algumas propostas para fortalecer os blocos de carnaval; os grupos de capoeira; o grupo de dança do coco do Iguape; e os grupos juninos. Uma das ações que permitiram o incentivo foi a promoção de festivais para que esses grupos voltassem a se apresentar e a se articular.

Exemplo de incentivo é o oferecido ao grupo “Tapera das Artes”. Este grupo surgiu em 1983 com a finalidade de prestar serviços a terceira idade, porém desde 1996 direcionou-se à promoção de projetos culturais, que relacionam educação e arte, voltados para o desenvolvimento social de crianças, adolescentes e jovens (TAPERA DAS ARTES, 2015). A citação abaixo ratifica o compromisso cultural da Associação:

Em 2002, a Tapera das Artes realizou o mapeamento Cultural da cidade de Aquiraz, com o levantamento de todas as Manifestações Artísticas, Religiosas e Etnográficas. culminando nos anos subseqüentes na produção de livro didático, um documentário sobre a história de Aquiraz, a gravação do CD de Tradições Orais e o CD da Dança do Côco, Imagens do Imaginário, Histórias da Primeira Capital, as animações das lendas realizadas pelo NACTA (núcleo de Animação e Cinema e Tecnologia da Tapera das Artes) e o Memorial do povo de Aquiraz (TAPERA DAS ARTES, 2015, p. 02).

Com relação ao desenvolvimento de um turismo sustentável, segundo os representantes do poder público, é realizada articulação com a comunidade local no sentido da organização da atividade turística, pois é necessário o envolvimento das duas instâncias gerando a discussão de diversos assuntos que envolvem tanto a questão econômica, quanto a sustentável, pois acredita-se que para a parte econômica existir a sustentável deve vir em primeiro lugar. Assim há articulação entre o *trade* turístico local (empresários, hotelaria etc) e a comunidade, garantindo a sustentabilidade. Esta afirmação pode ser observada na fala da representante do poder público transcrita abaixo:

Principalmente o que eu tenho visto nas reuniões é com relação a organização, regulamentação da atividade dos bugueiros, onde eles podem circular. Isso foi uma grande discussão que até mesmo o próprio ministério público no ano de 2012, para traçar a rota dos bugueiros para ver se atingia as dunas, em áreas onde não pudessem ter os turistas, os banhistas.

As associações existentes também auxiliam neste processo, por exemplo, existem a Associação de Empreendimentos Turísticos de Aquiraz (AETA); Associação dos Moradores do Porto das Dunas; Associação dos Moradores do Batoque; Associação dos Moradores do Iguape e Associação dos Moradores da Prainha; a Associação dos Bugueiros, das Rendeiras, dos Barraqueiros e dos Donos de Restaurantes. Também foi defendida a ideia de que os empresários e as comunidades locais mostram-se bastante articulados na questão ambiental. Ainda que o poder público tenha afirmado que há preocupação com as questões ambientais, não foram descritas ações mais concretas com relação a isso.

Com relação à parcela dos recursos gastos pelo município com o turismo e a cultura, para o ano de 2015, foi previsto na cotação orçamentária o valor de R\$ 2.948.000,00, além da parte administrativa.

Parte desses recursos são utilizados para investir na infraestrutura local, havendo articulações também com o Governo do Estado, quando há realização de grandes obras, quando se observa, por exemplo, o caso do Porto das Dunas, como a que foi feita para o tratamento de esgoto e drenagem. Neste caso, a articulação foi realizada pelo município, mas a obra foi do estado. Neste caso, o município entra com a parte de finalização da obra, fazendo o calçamento e asfalto, por exemplo.

Declarou-se também que existem incentivos referentes a atividades turísticas destinadas a empreendedores locais, nacionais e estrangeiros, tendo em vista atraí-los para que possam investir no município, sendo que, de uma forma geral, são oferecidos alguns incentivos fiscais, como isenção de IPTU.

Sampaio (2009) ratifica afirmando que as ações e alianças entre o poder público e a iniciativa privada são necessárias para a concretização dos complexos turísticos e imobiliários. Estas relações são de cunho econômico-político por meio, principalmente de incentivos fiscais e políticas públicas, auxiliando no desenvolvimento da atividade turística.

4.2.2 O turismo e o complexo turístico Aquiraz Riviera

Segundo o RIMA do *resort* seria pertinente um programa de comunicação social entre o empreendimento e a população mais afetada (distrito de Tapera) visando construir uma imagem positiva da empresa; buscar sua integração com a sociedade; informar sobre o

contingente de mão-de-obra a ser utilizado; além de implementar um processo de convivência adequada entre as populações e o complexo (RIMA, 2004).

Segundo a prefeitura, essa articulação realmente aconteceu. O projeto chamado “Conscientização para o Turismo” foi levado às comunidades em forma de palestras, sendo importante para apresentar a atividade turística e seus benefícios. A comunidade, a prefeitura e a direção do empreendimento trabalharam em parceria, sempre destacando a intenção de empregar a comunidade local, sobretudo os jovens do município, solicitando que estes participassem dos cursos de capacitação que seriam ofertados no município.

Foram realizadas de 10 a 12 palestras distribuídas em diversas comunidades. Estas inicialmente foram destinadas aos distritos do litoral e para a sede, estendendo-se posteriormente à comunidades relativamente distantes como Tapuio, mais distante do complexo e próxima do Eusébio.

No município não há muitos casos de turismo de base comunitária, destacando-se o caso do Batoque com a rede TUCUM que atua em algumas pousadas. Ainda neste único caso, não há envolvimento direto da prefeitura.

No que tange às desarticulações das atividades tradicionais no município, esta questão não está atrelada exclusivamente ao empreendimento Aquiraz Riviera, mas ao turismo de uma forma geral, tendo em vista que as mudanças de governo, de economia e o desenvolvimento das comunidades, fazem com que as pessoas tenham interesse em participar de outras atividades. Observe declaração da representante da Secretaria de Turismo e Cultura:

Então também a vinda de novos empreendimentos na área de turismo e hotelaria acabam fazendo as pessoas buscarem esses empregos que tem mais próximos. Buscam emprego dentro do Aquiraz Riviera, do Beach Parck, esses grandes condomínios residenciais que tem se instalado no porto das Dunas, por que é mais fácil. E talvez a atividade da pesca e da renda não esteja rendendo tando então eles acabam buscando estas outras atividades, mas que eu acho que tem que ser preservada sim.

O turismo é uma atividade que de uma forma geral contribui com a substituição das atividades mais tradicionais, como a pesca, o artesanato e agricultura de subsistência. Ao elevar a renda dos indivíduos, acaba provocando a desestruturação dessas atividades e, muitas vezes, a expulsão das comunidades autóctones, acentuando a segregação sócioespacial ao longo do litoral (FONSECA, 2007).

Mesmo com as problemáticas que atingem a população, não há resistência das comunidades próximas ao Aquiraz Riviera. O motivo mais fortemente elencado para esta situação foi o fato de grande parte das pessoas trabalharem no empreendimento. Assim, os principais impactos positivos elencados pelo poder público foram os econômicos e sociais,

tendo em vista os empregos gerados, a injeção de recursos trazidos pelos turistas, que, por sua vez, impulsionam a cultura local.

Como impacto ambiental positivo foi citada a realização dos estudos de impacto ambiental para melhor reconhecimento da área. Os impactos culturais positivos estão relacionados a interação entre turistas e nativos quando estes vão realizar as apresentações culturais no empreendimento. Observe a fala da turismóloga: *“Eu sei que os grupos culturais chegam a fazer apresentações dentro do hotel. É nesse momento que eles chegam a ter um contato com a cultura local.”*

Como impactos negativos foram citados os ambientais por conta da escassez de água, sobrecarga do aterro sanitário do município e desmatamento. Com relação ao impacto negativo social foi citado apenas o isolamento do empreendimento, já que ele possui todas as demandas que os turistas necessitam. Dessa forma, há pouco contato com as comunidades locais, fato confirmado com a fala do trecho abaixo:

Até porque pela forma do empreendimento, é um empreendimento isolado. Ele é programado para ter uma programação, lazer, mas interna, para que os hóspedes passem o dia inteiro lá e gastem seu dinheiro lá. Então um empreendimento desse acaba se tornando uma bolha, principalmente o hotel.

Assim, como concorda Sampaio (2016), indo de encontro ao que é defendido nos discursos oficiais, os *resorts* não dinamizam a economia das comunidades onde se instalam, já que desvinculam-se da realidade local com isolamentos entre muros, e ainda acrescenta: “A fantasia do turismo de luxo configura-se como alienação moderna e o isolamento, a simulação e a artificialidade constituem-se os cenários, portanto, em elementos para a cegueira frente às contradições da materialização espacial deste processo” (SAMPALIO, 2016, p. 577).

4.3 A construção do complexo turístico na visão da comunidade do distrito de Tapera

Para caracterização da população diretamente impactada pela construção do empreendimento em questão foi efetuada uma pesquisa de campo durante os meses de julho e agosto de 2015, tendo por base a entrevista realizada junto às comunidades localizadas no distrito de Tapera.

Aos dados coletados a partir das entrevistas, foram somadas informações obtidas através de observações empíricas e conversas informais com membros da população impactada. Esta etapa visa destacar a importância de se compreender as percepções e atitudes dos residentes sobre os impactos gerados pelo turismo em seu local de residência, tendo em vista o turismo envolver a economia, a cultura e a troca social das localidades (DALL’AGNOL, 2012).

Incluem-se neste estudo quatro comunidades pertencentes ao distrito de Tapera e que localizam-se próximas ao empreendimento. As comunidades são: Engenho Velho, Curralinhos, Praia Bela e Sítio Barrinha, além do centro do mesmo distrito, todas afetadas pela instalação do empreendimento, conforme apresentado a seguir.

4.3.1 Perfil socioeconômico dos entrevistados

Nesta seção serão descritas as características socioeconômicas dos envolvidos na pesquisa, a saber: origem e composição das famílias; escolaridade; origem e abastecimento da água consumida; condições de segurança e vias de acesso; condições sanitárias; trabalho e renda; lazer e informação; e nível de associativismo.

4.3.1.1 Origem e composição das famílias

O número total de pessoas entrevistadas foi 90, sendo 44,44% do sexo masculino e 55,56% do sexo feminino, valores compatíveis com as regiões do Nordeste brasileiro, onde a migração de homens é sempre maior do que a de mulheres. Dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, divulgada pelo IBGE em 2013, apontam o predomínio da população feminina no Brasil 103,5 milhões de mulheres, o equivalente a 51,4% da população (BRASIL, 2015).

A distribuição etária dessa população mostra que, para a área como um todo, a população entre 20 a 59 anos representa um percentual de 81,11%. Os dados do IBGE afirmam que o grupo etário em idade ativa (20 a 60 anos) obteve crescimento relativo durante o período 2000-2010, tendo, portanto, uma maior procura desse grupo de população por inserção no mercado de trabalho. Para o Ceará, o percentual de crescimento atingiu a marca de 10,3%, bem superior ao Nordeste (8,3%) e ao Brasil (6,2%) (IBGE, 2010).

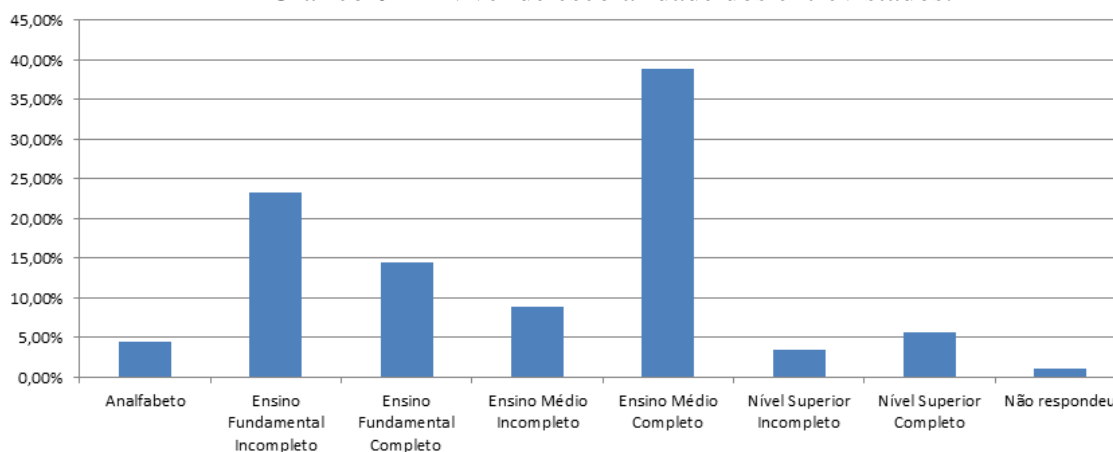
As famílias dos entrevistados são relativamente pequenas, sendo que 83,33% são compostas por até 5 indivíduos, e destes, 57,61% são adultos. Do total de famílias entrevistadas, 83,33% moram no local há mais de 10 anos, fato que contribui para realmente compreender a dinâmica turística, tendo em vista que a construção do empreendimento foi iniciada no ano de 2008.

4.3.1.2 Escolaridade

O percentual de analfabetos (4,44%) pode ser considerado razoável com relação aos valores referentes aos entrevistados, face o nível de renda da região. Com o nível fundamental incompleto temos quase 23,33% dos entrevistados, 14,44% de pessoas com o ensino fundamental completo, 8,89% de pessoas com o ensino médio incompleto e 48,89% de pessoas com o ensino médio completo, o que pode ser considerado muito bom, principalmente tratando-se de um segmento de população mais velha (chefes de família) que tiveram a sua infância em momentos muito mais precários relativamente à escolarização dos municípios da área (gráfico 01).

Dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2013 mostram maior escolarização das mulheres. De um total de 173,1 milhões de pessoas com mais de 10 anos de idade, 9 milhões de mulheres possuem mais de 15 anos de instrução, contra 6,5 milhões de homens (BRASIL, 2015).

Gráfico 01 – Nível de escolaridade dos entrevistados.

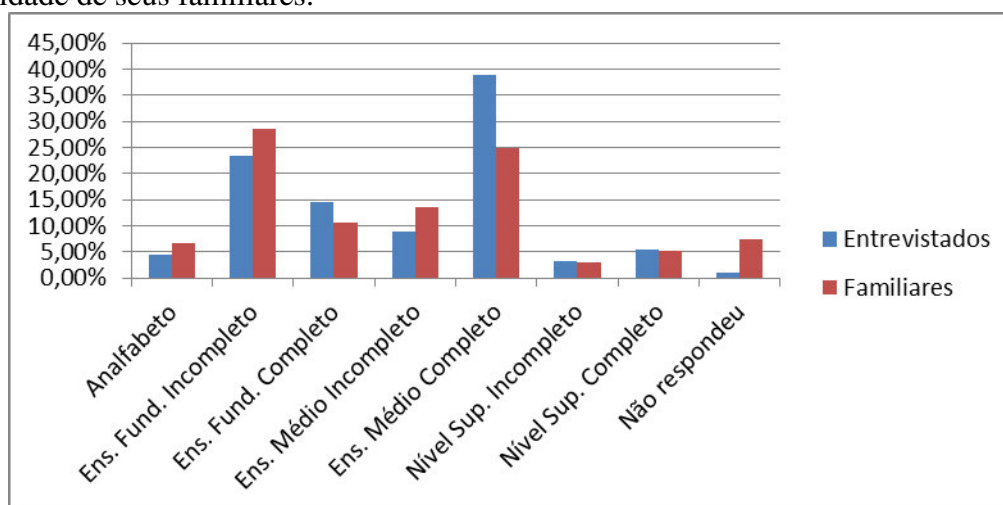


Fonte: Elaboração própria.

Nenhuma das comunidades pesquisadas possui escolas de ensino fundamental ou médio. Dessa forma, para estudar os indivíduos devem descolar-se para a sede no município, para a parte mais central do distrito de Tapera ou mesmo para outros distritos.

Também foi perguntado o nível de instrução dos familiares dos entrevistados. Neste caso, percebe-se que há uma diminuição na qualidade deste índice, pois ainda que não tenha havido grande alteração nos demais graus, houve uma redução de aproximadamente 14,08% de pessoas com nível médio completo, sem que houvesse aumento no número de indivíduos com nível superior completo ou incompleto (gráfico 02). Isto deve-se ao fato de terem sido considerados todos os membros da família, inclusive as crianças.

Gráfico 02 – Comparação entre o nível de escolaridade dos entrevistados com o nível de escolaridade de seus familiares.



Fonte: Elaboração própria.

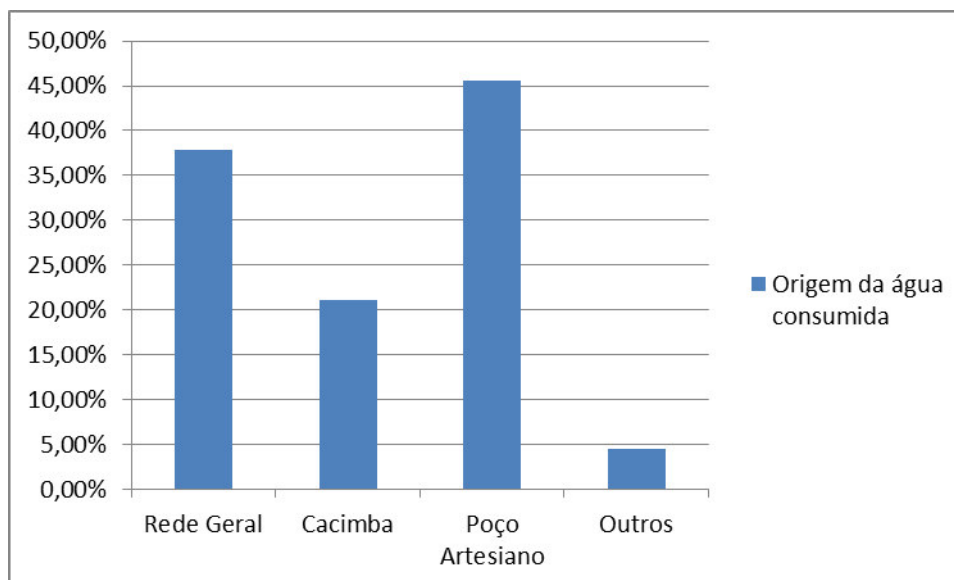
4.3.1.3 Origem e abastecimento da água consumida

Com o surgimento dos novos empreendimentos, principalmente na Região Metropolitana de Fortaleza - RMF, torna-se cada vez mais difícil o abastecimento de água para atender a demanda continuamente crescente. O Açude Catú Cinzenta, conta com uma capacidade de acumulação de 27.000 m³, e tem como principal objetivo o fornecimento d'água para o abastecimento da Lagoa do Catú, que, por sua vez, abastece a sede de Aquiraz e o distrito de Tapera (COGERH, 2010).

Entretanto, após quatro anos de chuvas insuficientes no Ceará, as águas da Lagoa do Catu também sofreram com a falta de recarga e as perdas para a evaporação. Sem o abastecimento, a alternativa encontrada para suprir o consumo de água da população foi através de carros-pipa, perfuração de 30 poços, dos quais dez ainda aguardam a instalação de chafarizes. Enquanto os sistemas não chegam às comunidades, foram colocadas caixas d'água de 7,5 mil litros ao lado de cada poço para que as pessoas possam ter acesso à água (BRITO, 2014).

Analisa-se a seguir, os dados levantados com relação à situação atual da origem da água consumida. Verificou-se que a maioria das famílias (45,56%) utilizam poços artesianos como fonte de água para uso doméstico, enquanto (37,78%) utilizam água da rede geral, conforme o gráfico abaixo (gráfico 03).

Gráfico 03 – Origem da água consumida pelos entrevistados.



Fonte: Elaboração própria.

Isto deve-se principalmente à situação de escassez de recursos hídricos na região. Ainda que falte água pela rede geral, as pessoas costumam ter poços e cacimbas, assim, muitos populares mantêm mais de uma fonte de origem de água, para poder suprir suas necessidades diárias. A comunidade ainda reclama que com a implantação do empreendimento houve diminuição da quantidade de água disponível, tendo em vista que o empreendimento retira água da lagoa para o seu abastecimento.

Segundo informações coletadas junto ao empreendimento, este tem uma outorga de consumo de 72L/s de água, sendo que destes, 48L/s (dois terços da água) são retirados da lagoa do Catú e destinados à irrigação dos campos de Golfe. O restante, que também é retirado desta lagoa, passa pela CAGECE para que a água seja tratada, permitindo o consumo humano.

Quando questionados se a água disponível na região era suficiente para manter as atividades diárias 87,78% responderam que antes da construção do empreendimento sim, mas que após o início da construção do empreendimento, não. Assim, 57,78% afirmaram que a água disponível não era suficiente. A redução da água disponível foi explicada por alguns dos entrevistados: *“Pois o empreendimento utiliza muita água da lagoa”*; *“Porque não está chovendo suficiente”*. Alguns ainda declamaram que por isso a população precisou construir mais poços, além de aprofundar os já existentes. Outros falam que só conseguem manter um consumo que atenda a suas necessidades, pois além da água da CAGECE, possuem poços para captação de mais água.

Com relação ao uso direto da água da lagoa, os populares não a utilizam mais diretamente. Quando a lagoa não estava seca, costumavam fazer uso doméstico (lavar roupas), lazer (banho e pesca), atividade econômica (pesca e utilização da lagoa como atrativo para bares que existiam nas proximidades). Atualmente, 72,22% dos entrevistados informaram não fazerem uso direto da lagoa, tendo em vista estar com um nível de água abaixo do normal (Figura 19), fato que inviabiliza qualquer atividade diretamente relacionada. Observe abaixo um trecho da matéria veiculada pelo jornal O Povo online que confirma este resultado.

[...] as lanchas exploram apenas as águas próximas à ponte, onde a lagoa não está tão rasa. Do lado oposto, dunas e barracas concentram o movimento de banhistas e esportistas. Por ali, uma das atrações é o tobogã conhecido como “insano natural”, com a rápida descida do alto das dunas. Segundo Francisco, as visitas de turistas diminuíram e ficam quase restritas aos fins de semana. “A água aqui foi sumindo muito rápido. Foi sendo tirada para Aquiraz e até um resort que fica aqui perto” (BRITO, 2014, p. 1).

Figura 19 – Lagoa do Catú com um nível de água abaixo do normal.



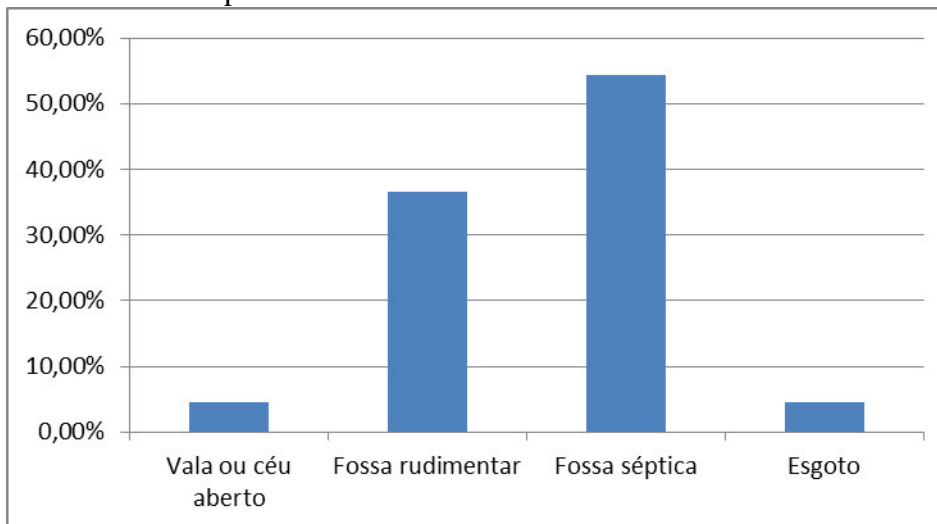
Fonte: Acervo da autora.

4.3.1.4 Condições Sanitárias

Outro sério problema de preservação ambiental que ocorre na área, comum mesmo nas grandes cidades brasileiras, é o esgotamento sanitário dos domicílios. Observando-se o gráfico a seguir (gráfico 04), nota-se que o principal destino dado aos dejetos na área estudada ainda é o tradicional uso de fossas individuais (83,33%) das

residências pesquisadas, sendo que 4,44% dos domicílios possuem rede pública de esgotamento sanitário.

Gráfico 04 – Tipo de escoadouro do banheiro ou sanitário dos domicílios.



Fonte: Elaboração própria.

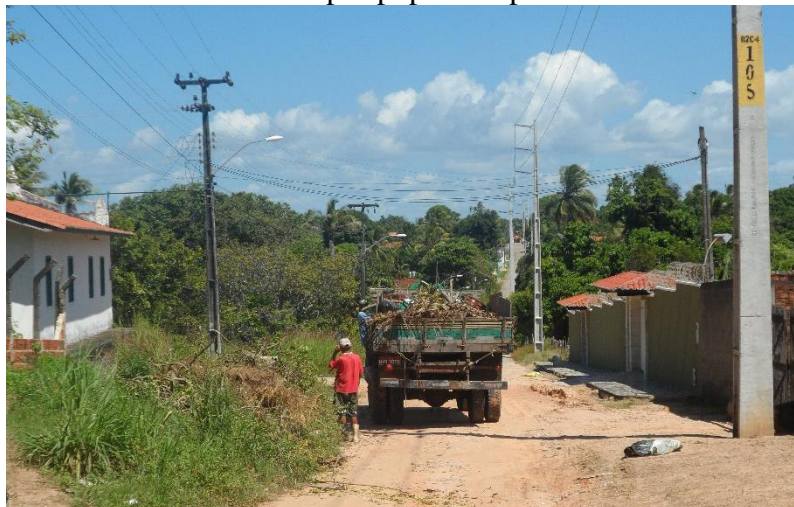
Outro aspecto relacionado aos serviços públicos no distrito está ligado ao destino e coleta do lixo produzido, o qual foi avaliado na pesquisa. Com relação ao destino do lixo dos domicílios 12,22% declararam que parte do lixo é enterrado ou queimado (Figura 20), enquanto 91,11% disseram que parte do lixo era recolhido por carros da prefeitura. Cabe, entretanto indagar sobre a frequência dessa coleta, o tipo de equipamento utilizado no seu transporte e, principalmente, sobre algum tipo de tratamento no local de despejo. Alguns moradores, dependendo da localidade e dificuldades de acesso às moradias, ainda declararam que precisavam contratar caminhão para recolher o lixo (Figura 21).

Figura 20 – Resíduos sólidos sendo queimados na comunidade de Currálinhos.



Fonte: Acervo da autora.

Figura 21 – Caminhão contratado por populares para realizar coleta de resíduos.



Fonte: Acervo da autora.

Mesmo diante da informação, pelo total dos entrevistados, de que em sua rua existe coleta pública de lixo, vale refletir, com relação ao aterro sanitário de Aquiraz que este foi projetado para atender uma população de 43 mil habitantes, com previsão de vida útil até 2017³, com capacidade máxima para 300 mil toneladas. Entretanto, em 2008, o aporte de resíduos sólidos já somava 361 mil toneladas. “Após o funcionamento do Aquiraz Riviera, com população de 20 mil pessoas, não haverá sítio planejado para receber 7,3 mil toneladas de resíduos por ano” (EAESP, 2010, p.1).

4.3.1.5 Condições de Segurança e Vias de acesso

Quanto à segurança pública da região a maioria dos entrevistados a considera como ruim, tendo esta piorado em 7,77% após a implantação do empreendimento. Muitos dos entrevistados declararam que o avanço do turismo atraiu muitas pessoas de fora (pessoas desconhecidas), aumentando o índice de criminosos na região. Dois dos entrevistados fizeram a seguinte declaração: “Aqui ninguém sabe mais quem é quem.”; “Ladrão foi trazido pelas casas de veraneio que vieram de longe”.

O acelerado processo de instalação nas zonas costeiras de grandes empreendimentos como hotéis, pousadas, parques aquáticos, resorts, bem como, casas para moradia definitiva e veraneio alteram a dinâmica local. Estas geralmente vêm acompanhadas

³ Essa previsão de vida útil do aterro foi feita em 2010. No ano de 2014 foi realizada nova previsão e estabeleceu-se que a vida útil do aterro seria até o ano de 2015.

do aumento da criminalidade, na maioria das vezes relacionado com o processo migratório e com a falta de atendimento das demandas sociais geradas por ele (COUTO, 2003).

Com relação às condições de saúde da região 54,44% consideraram-na como ruim. Sobre a via de acesso nas proximidades do empreendimento houve uma mudança considerável segundo os 57,78% entrevistados. Algumas vias de acesso foram construídas, enquanto outras foram melhoradas. Conseqüentemente as vias de acesso ao distrito pesquisado também melhoraram.

Com relação à infraestrutura urbana local, o empreendimento não trouxe mudanças significativas para a comunidade quanto aos aspectos pesquisados. Apenas havendo melhoria na infraestrutura nas áreas pertencentes ao empreendimento e em áreas de acesso (Figura 22 e 23).

Figura 22 e 23 – Vias públicas nas comunidades de Praia Bela e Engenho Velho, respectivamente.



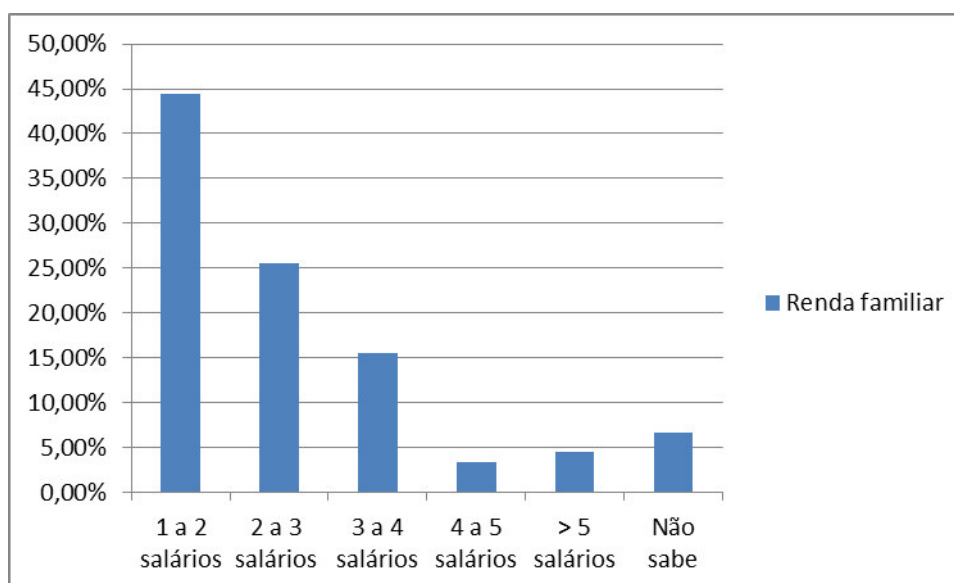
Fonte: Acervo da autora.

4.3.1.6 Trabalho e renda

Ao levar em consideração os familiares dos indivíduos entrevistados, 96,67% aproximadamente trabalham, sendo que destes, 82,08% tem sua fonte de renda no setor terciário. Ainda que grande parcela trabalhe, a renda mensal da família fica em torno de até dois salários mínimos. Observe a representação abaixo (gráfico 05).

Ainda assim, 64,04% dos entrevistados julgaram suficiente a renda que possuem para o suprimento das necessidades familiares. Um fator interessante quanto a renda das famílias é que 45,16% não recebe qualquer ajuda, seja bolsa família, bolsa escola, aposentadoria, seguro desemprego, seguro defeso, outros ou mesmo do empreendimento em estudo.

Gráfico 05 – Renda mensal das famílias dos entrevistados.



Fonte: Elaboração própria.

Dos entrevistados, apenas 8,89% trabalhavam no empreendimento. Estes ocupavam os cargos de vigia, camareira, auxiliar de cozinha, auxiliar de eletricista, diarista, responsável por realizar a limpeza das piscinas, operador de máquinas, mensageiro e garçom. Estes concordam que a remuneração é justa e que as condições de higiene, segurança e conforto no trabalho são satisfatórias, não havendo qualquer tipo de discriminação.

Apenas um dos entrevistados reclamou o não pagamento das horas extras e de não ser dada oportunidade de crescimento na empresa. Percebeu-se também que muitos trabalhadores são contratados por temporada, dependendo da demanda do hotel, não oferecendo estabilidade aos funcionários.

Ferreira (2006), em sua pesquisa sobre os impactos sociais, econômicos e culturais do turismo, descreve os seguintes resultados: maior parte da população concorda que o turismo traz emprego, embora façam a avaliação de forma simples, sem conhecer a real situação local. Concordam que o nível de vida cresceu, porém afirmam que os preços aumentaram com o turismo; concordam que o turismo beneficia um grande número de moradores e que ocorre uma dependência econômica relacionada a atividade turística, pois na baixa temporada há uma diminuição na renda local.

Esta autora ainda considera em sua pesquisa que a melhoria no sistema de saúde não é significativa, porém há melhoria na infraestrutura, considerando principalmente as vias de acesso. A maioria não concorda que o turismo traz criminalidade e também alegam que as autoridades não consideram a opinião dos moradores com relação ao desenvolvimento da

atividade turística. A maioria também acredita que a integração sociocultural entre turistas e moradores é difícil. Estas características descritas vão ao encontro dos resultados obtidos com a coleta dos dados do presente trabalho.

Com relação aos incentivos para a comercialização de produtos locais como artesanato e culinária, 68,89% dos entrevistados disseram não haver. Os 27,78% que responderam sim, alegaram um pequeno incentivo, sendo este realizado principalmente pelo poder público.

Os principais incentivos elencados foram relacionados ao centro das rendeiras, a realização de cursos pelo SENAC para capacitar trabalhadores para as atividades turísticas, inclusive para o empreendimento em questão, além de incentivos como o crediamigo e o agroamigo. Sobre a capacitação estimulada pelo empreendimento este divulga:

Além de empregar pessoas da comunidade, o Aquiraz Riviera também contribui para a capacitação de mão-de-obra local. Uma ação que reflete esta postura é a parceria feita com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e seu Centro Tecnológico de Turismo (CTT), instalado no município de Aquiraz. No local são realizados diversos cursos de capacitação com a população nas áreas de Turismo e Hotelaria. A equipe de caddies do Clube de Golfe Aquiraz Riviera foi a primeira turma do Brasil a ser capacitada pelo CTT nesta especialidade (AQUIRAZ RIVIERA, 2013, p.17).

Neri *apud* Maciel (2009) em seu estudo sobre os dez anos de atuação do Programa Crediamigo, que foi o responsável-chave pelo crescimento do microcrédito na região Nordeste, e cujas taxas de crescimento são superiores às brasileiras, informa que, comparando os resultados das duas pesquisas da Economia Informal Urbana - ECINF, publicadas pelo IBGE em 1997 e 2003, o acesso ao crédito no Nordeste subiu de 3,97% para 6,27%, enquanto nas outras áreas urbanas brasileiras passou de 5,34% para 5,99%.

Já o Programa de Microcrédito Rural - Agroamigo teve início em 2005 e destina-se ao atendimento do público-alvo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) a sua fonte de recursos provém do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). O Programa está presente em aproximadamente 170 agências do BNB, atendendo a 517 municípios do Nordeste brasileiro, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, com a colocação de 350 assessores de Microcrédito Rural (MACIEL, 2009).

Ainda assim, 90% dos entrevistados disseram não ter recebido qualquer tipo de retorno financeiro da atividade turística. Os que responderam afirmativamente citaram melhorias no comércio, maior disponibilidade de empregos, bem como melhoria na aquisição

de moradias por meio de locação, o que aumentou os preços das residências disponíveis no local.

Dos entrevistados, 72,22% declararam que o empreendimento não afetou negativamente costumes, tradições ou atividades econômicas da região, sendo que dos 17,78% que disseram terem sido afetados negativamente, declaram que a principal atividade afetada foi a pesca, considerando que o local de construção do empreendimento era acesso para se chegar até a praia.

4.3.1.7 Lazer e informação

O lazer deve estar incluído no dia-a-dia da população, pois o trabalho estressante, a rotina diária e a falta de tempo faz com que as pessoas deixem de viver momentos de descontração ao lado de suas famílias.

Inicialmente, para compreender a relação que a comunidade apresentava e apresenta com o local de construção do empreendimento, é necessário saber que a propriedade onde este está sendo construído era particular, pertencente a grandes empresários cearenses, fato que se confirma com as respostas de 48,89% dos entrevistados que afirmavam não haver uso do local pelos membros da comunidade.

Ainda assim, por se tratar de um espaço litorâneo, o restante declarou utilizá-lo para lazer (37,78%), atividades econômicas (5,56%), dentre outras (1,11%). Dentre as atividades citadas tem-se: banhos nas lagoas naturais, coleta de frutos, trilhas, futebol, passeios de bugue. Estes últimos eram destinados para os turistas e funcionavam como fonte de renda para alguns nativos. Porém um fato importante a ser considerado é que como se tratavam de ambiente de dunas, os passeios não eram legalizados.

Dall’Agnol (2012) destaca que os residentes de destinos turísticos geralmente não são consultados quando o Turismo começa a se desenvolver em sua localidade, havendo perda da identidade cultural da comunidade, no que tange às tradições, atividades econômicas antes realizadas, bem como uso e ocupação do espaço, fazendo com que haja perda da autonomia destas populações. Em declaração abaixo, Monteiro (2013, p. 189) esclarece que esta autonomia não pode ser perdida:

A autonomia da comunidade deve ser garantida, evitando que a o grupo delegue o poder de decisão a elementos e lógicas externas à comunidade. Isso poderia fazer com que atividades importantes e que caracterizam a comunidade deixem de ser realizadas, pois as atenções e energias se dirigiriam apenas à atividade turística.

Ainda que com essas rupturas nas relações, 41,11% dos entrevistados consideram que os turistas interessam-se pela cultura local, sendo que a principal manifestação valorizada é o artesanato (36,67%). Porém ao se realizar o questionamento principalmente com relação ao empreendimento em questão, os populares esclareceram que os turistas que lá frequentam, geralmente não saem para interagir com a comunidade, tendo em vista ser um empreendimento que busca suprir todas as necessidades dos visitantes (consideração já discutida na seção “4.2.2 O turismo e o complexo turístico Aquiraz Riviera”).

Com base nos dados analisados constata-se que a população não tem muitas fontes de lazer. Sabe-se contudo, que a maior fonte de lazer da população em geral é a televisão e rádio não sendo diferente com a população estudada.

O telefone, até bem pouco tempo um equipamento raro, tem-se tornado um importante meio de comunicação. Das famílias entrevistadas, 80% do total fazem uso deste meio de comunicação utilizando-se, para tanto, principalmente, a rede de telefones públicos, e também, muito comum, os telefones móveis. A cobertura de telefonia fixa e móvel na região foi considerada como boa (42,22%) ou regular (37,78%) por 80% dos entrevistados.

4.3.1.8 Nível de associativismo na resolução dos conflitos

Quanto à existência de formas de organização como associações, cooperativas ou colônias de pescadores, especificamente no distrito de Tapera, os entrevistados declararam que não existe. Mas citaram haver algumas lideranças religiosas, vereadores e alguns líderes comunitários que lutam timidamente pelos direitos da comunidade, sendo necessária uma maior atuação.

Como a maioria dos entrevistados (91,11%) não desempenhavam atividades ligadas ao empreendimento, esta parcela não sabia informar se os trabalhadores estavam organizados. Os que trabalhavam lá citaram como principais incentivadores à organização, o sindicato e o empreendimento.

Os entrevistados declararam que não há disputas ou conflitos entre a comunidade e o empreendimento. Porém, conforme descrito na seção “4.1.7 Gestão de efluentes/uso da água e de resíduos sólidos” notou-se que há problemas relacionados com a gestão da água na região.

Esta conclusão pode ser revelada nos seguintes comentários feitos por alguns dos entrevistados: “*Não existe isso, pegar água da comunidade para suprir suas necessidades*”; “*Eu fico pensando depois que estiver pronto como eles irão manter sem água, pois a água*

está indo toda para a construção”; *“Há conflitos mas não há manifestação da comunidade, pois a população acha que não vai resolver”*; *“Como que um peixe pequeno vai brigar com um peixe grande?”*. Observa-se, desta forma, que este fato reflete a passividade da comunidade, ainda que a falta de água seja uma questão que interfere em seus interesses.

Ainda assim, explicam que há algumas lideranças que tentam auxiliar isoladamente a comunidade com relação a problemática da água. Dessa forma, percebe-se que a instalação do empreendimento não motivou a organização da comunidade de maneira significativa. As organizações existentes localizam no Iguape e no Presídio, como a associação das rendeiras e dos pescadores.

Acredita-se que o fato de a comunidade não possuir lideranças fortes a deixa passiva frente aos acontecimentos. Para um melhor planejamento turístico é necessário reunir as lideranças locais e chegar em um consenso com relação aos interesses dos envolvidos. Assim, para que o plano turístico seja eficaz a comunidade deve deixar a posição de passividade, tendo a oportunidade de se tornar sujeito da própria história, sendo responsável também pelo planejamento do turismo (NOVO; SILVA, 2010).

Com relação à contrapartida do empreendimento para minimizar a situação, os entrevistados (47,78%) declararam que o empreendimento nada faz. Somente 7,78% concordaram que o empreendimento desenvolve ações de economia de água, que tem se articulado com a prefeitura para minimizar esta questão, escavado poços para melhorar o abastecimento, além de solicitar licença prévia junto à SEMACE para construção de adutora para água de reúso partindo da estação de tratamento da CAGECE até o condomínio Aquiraz Riviera.

O poder público também tem tentado alternativas para mitigar a problemática da escassez dos recursos hídricos no local por meio da construção também de uma adutora de engate rápido a fim de levar água do sistema de abastecimento Pacoti-Riachão-Gavião para a sede municipal de Aquiraz. Esta obra garantiria os recursos hídricos para os próximos 20 anos, beneficiando a sede e localidades fora da sede de Aquiraz, passando todas a serem abastecidas pela Lagoa do Catú (ARAÚJO, 2015). A adutora ainda não começou a ser construída, mas a CAGECE deu uma previsão de início da construção para fevereiro do presente ano.

É notória, segundo a fala de alguns populares, a importância da água do Catú para o abastecimento do empreendimento. *“A prefeitura embargou o uso da água pelo empreendimento tendo em vista a redução do nível da lagoa do Catú. Porém, os diretores do empreendimento entraram com uma ação solicitando o retorno do uso da água.”*

Observando as declarações dos respondentes, pode-se perceber que alguns defendem a importância do empreendimento para a geração de emprego: *“Não existiram conflitos tendo em vista que as vagas de trabalho aumentaram.”*; *“O empreendimento gerou muito emprego. Antes do empreendimento tiveram muitos cursos do SENAC.”*

Os benefícios econômicos trazidos pelo empreendimento são ratificados por Demajorovic, Laterza e Kondo (2009), ao afirmarem que o crescimento da atividade turística, estimulado, dentre outros motivos, pela demanda de residências secundárias, tem sido um fator importante para a geração de emprego, de renda e de receita nos municípios litorâneos em diversas áreas

Porém, outros populares comentaram sobre os aspectos negativos proporcionados: *“Você tem o progresso, nós temos o problema”*; *“Não trouxe nenhuma melhoria”*; *“Como é que o IBAMA permite?”*; *“Lugar de mangue cercado, murado e transformado em pousada de luxo”*; *“Os empreendedores não conseguem dialogar com a comunidade”*; *“Esse pessoal pensa que as pessoas que moram aqui não são esclarecidas”*; *“A prefeitura não se posiciona”*.

4.3.2 Entropia X Impactos socioambientais do turismo em Tapera X Homeostase

O turismo é um sistema que subdivide-se em diversos subsistemas. Estas são partes de um todo que não pode ser compreendido tomando suas partes de forma isolada. Observe abaixo o esquema (Figura 24) que explica melhor esta relação:

Figura 24 – Sistema turístico com seus subsistemas.

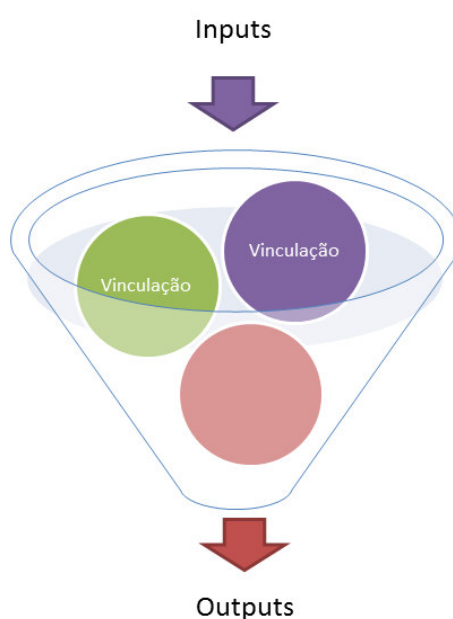


Fonte: Adaptado de Petrocchi (2002).

Este sistema funciona a partir de emissão (*output*), recepção (*input*) e vinculação (transformações), sendo representado na imagem abaixo (Figura 25):

Neste caso, sistemas de entrada sofreriam transformações que corresponderiam, no caso em questão, a ativação do sistema turístico, tendo como resultados de magnitudes diversas e imprescindíveis. Destre estes possíveis resultados, pode-se destacar o aumento da desordem dos sistemas, podendo gerar prejuízos irreparáveis (LOBO, 2012). Os impactos causados pelo turismo seriam, dessa forma, resultantes das transformações dos sistemas.

Figura 25 – Sistemas de *inputs* e *outputs*.

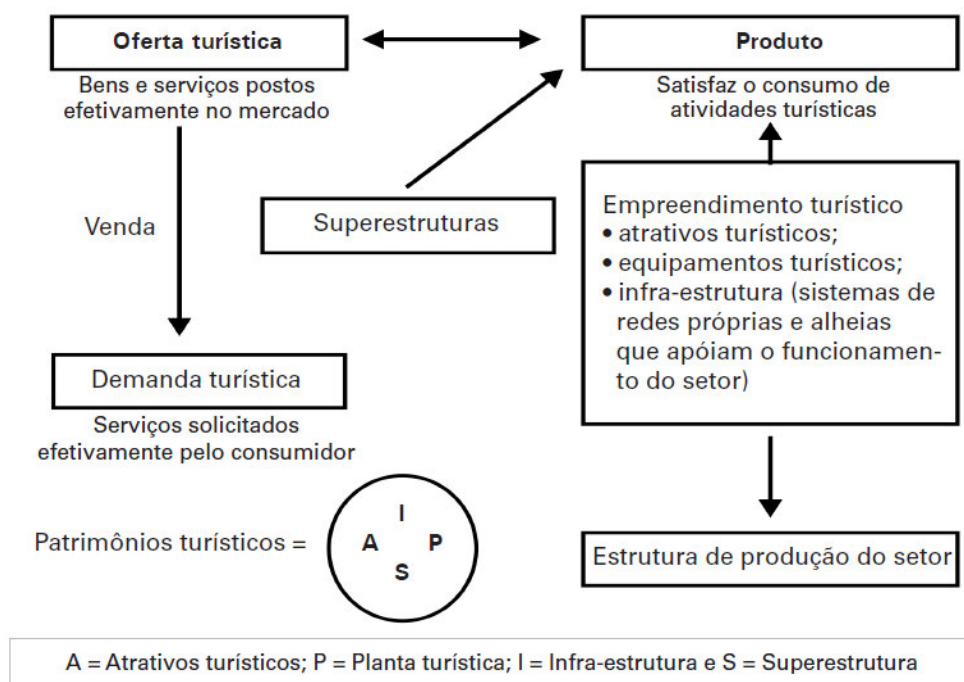


Fonte: Adaptado de Lobo (2012).

A atividade turística, portanto, é considerada como um sistemas aberto que gera grande quantidade de energia, o que significa dizer que possui elevada entropia, sendo de difícil controle. Isso deve-se, dentre outros motivos à necessidade de atender aos visitantes, sem no entanto que tenha havido planejamento prévio para isto.

Esta falta de planejamento causa inúmeros problemas, principalmente nas comunidades onde, por exemplo, os grandes complexos turísticos se instalam. Observe o exemplo de modelo turístico representado no esquema abaixo (Figura 26):

Figura 26 – Classificação das atividades produtivas no turismo.



Fonte: Boullón (2002, p. 38).

Tomando por base esta discussão inicial, vamos compreender o grau de desordem em que se encontram as comunidades do distrito de Tapera, tomando por base a sondagem realizada previamente junto aos elementos pesquisados neste trabalho.

Praticamente metade dos entrevistados (45,56%) consideram satisfatório o desenvolvimento do turismo no local, contra 38,89% que o consideram como insatisfatório. Porém, os principais motivos elencados à favor são a geração de empregos, como pode ser observado na citação abaixo, e a melhoria do comércio para a região. Em contrapartida o aumento da insegurança estaria como principal fator que motivou a insatisfação entre os entrevistados. Sobre os motivos elencados como satisfatórios os empreendedores defendem:

Uma das preocupações do projeto Aquiraz Riviera, desde sua concepção, foi a geração de emprego (diretamente) e renda (indiretamente) para a população do município de Aquiraz e redondezas. Quando totalmente concluído, o empreendimento gerará cerca 4,5 mil empregos diretos, o que representa quase 8% da população. A estimativa de empregos indiretos em atividades relacionadas com o empreendimento chega a cinco mil (AQUIRAZ RIVIERA, 2013, p.17).

Dall’Agnol (2012) confirma a geração de uma atividade socioeconômica sobre o mercado receptor, a criação de empregos; o aumento social de emprego e a criação de novos postos de trabalho.

No caso dos aspectos que geram insatisfação, este resultado é confirmado por Dall’Agnol (2012), ao afirmar que as comunidades receptoras tendem a ver o turismo com desconfiança. Isto se deve, geralmente pelo fato de em geral não terem a oportunidade de participar das tomadas de decisões como foi declarado pela comunidade em estudo. Dessa maneira, eles se sentem excluídos e acabam não desejando a presença de turistas nas suas localidades. Isso leva a comunidade a se sentir excluída do “desenvolvimento”, por isso tendendo a intensificar os efeitos negativos.

Estes impactos devem-se, dentre outros motivos, ao fato de os turistas, muitas vezes chegarem antes do próprio turismo, não permitindo um planejamento antecipado, adequado e que garanta a capacidade de suporte das localidades (DALL’AGNOL, 2012). Dessa forma, a falta de planejamento potencializa os impactos socioambientais da atividade turística (DEMAJOROVIC; LATERZA; KONDO, 2009).

Ainda assim, o turismo representa uma atividade muito importante do ponto de vista político, econômico, ambiental e sociocultural, trazendo o desenvolvimento e o crescimento dos lugares. Porém, como foi trazido acima, esta atividade também tem consequências negativas, podendo estas serem catastróficas e mesmo irreversíveis, como a destruição da natureza, das comunidades locais e das tradições (MARUJO; CRAVISÃO, 2012).

Outros exemplos de impactos negativos intensificados são:

Modificação da sociologia rural e urbana ao receber de forma regular correntes turísticas massivas; Instabilidade do mercado receptor por motivos políticos (ditadura, estado de exclusão) e sociais (regras, insegurança, severas normas de circulação), produz uma redução do fluxo; Prejuízos e barreiras sociais por intolerância, indiferença, xenofobia, racismo, idioma; Pode, ao contrário, ser objeto de ambientes que repercutem negativamente nas relações turísticas futuras; Problemas com a gastronomia (água potável); Boa ou má atenção médica-sanitária: controle da higiene e limpeza nos lugares turísticos (Dall’Agnol, 2012, p.4).

Dentre os impactos negativos observa-se o problema com a água potável disponível. Nesta pesquisa, 76,67% responderam que o empreendimento causou algum prejuízo para a Lagoa do Catú, sendo que todos citaram a escassez de água. Muitos defendem que a seca também influenciou, mas que o empreendimento intensificou esta problemática. Dois comentários feitos por dois dos entrevistados chamaram bastante atenção: “*Aquele hotel não tem nenhum benefício pra nós, porque puxa nossa água e pra quem tem criança é horrível*”; “*O Empreendimento puxa água do Catú a noite, por causa da fiscalização que não existe a noite*”.

Confirma-se, dessa forma, a importância do recurso hídrico em questão. 84,45% dos indivíduos consideraram a Lagoa do Catú como muito importante ou simplesmente como importante, pois esta é a fonte da água que utilizam diariamente. O restante dos entrevistados não tinham o conhecimento de que a água que utilizavam em seu cotidiano provinha da referida lagoa. Este talvez tenha sido o motivo de a considerarem como não importante ou pouco importante. Um fiscal do meio ambiente e líder comunitário faz a seguinte declaração:

Nestes últimos 5 anos, principalmente com a intensificação da seca, a população começou a sofrer com o problema da falta de água. Há um tempo atrás só tinha a Lagoa da Catú que não era um reservatório, era uma Lagoa que secava e enchia naturalmente. Com a reserva, esta começou a atender a demanda da sede de Aquiraz, depois algumas regiões mais próximas como a Tapera, Patacas, o pessoal dos distritos mais próximos começaram a ser abastecidos. Porém a demanda começou a crescer. Chegaram outros empreendimentos e futuros empreendimentos que começaram a se instalar aqui. Como veio este empreendimento ele atraiu outros.

A instalação do empreendimento não gerou ruptura das relações familiares ou da comunidade. 62,22% não atrelam o aumento de atividades ilícitas como tráfico de drogas, prostituição, roubos e homicídios ao empreendimento diretamente, mas citam a expansão do turismo como fator propulsor do aumento destes índices.

52,22% dos entrevistados consideram que as obras de construção do empreendimento superpovoaram a área, tendo em vista a atração de muitos trabalhadores ligados à construção civil ou outros serviços como garçons, copeiras, vigias, dentre outros, que se estabeleceram na região a fim de suprir a demandas da atividade turística.

A maioria dos indivíduos (67,78% e 78,89%) não consideraram que o empreendimento tenha aumentado, respectivamente, o índice de turismo sexual e de prostituição infantil na região, sendo que 18,89% e 13,33%, respectivamente, não sabiam sobre estas informações.

Sobre a prostituição na região, o Aquiraz Riviera diz acreditar que se trata de um problema social bem mais amplo, que transcende o setor de turismo, e sustenta que o empreendimento trabalha com o conceito de turismo familiar, de esporte e de negócios.

Mais de 70% dos indivíduos não consideram que o empreendimento tenha causado poluição do ar, acúmulo de lixo ou aumento do esgoto e mau cheiro na região. 67,78% também defendem que o empreendimento não prejudicou a qualidade da água do mar. Porém 55,56% defendem que o empreendimento tenha causado desmatamento.

Mesmo fazendo referência ao desmatamento, que por sua vez está relacionado aos prejuízos na fauna e na flora local, somente 27,78% dos indivíduos consideraram que a

construção do empreendimento tenha reduzido, ou mesmo provocado desaparecimento de espécies da fauna local.

Segundo o RIMA do empreendimento, quantitativamente, os impactos benéficos são maiores do que os impactos adversos, sendo respectivamente 52,11% contra 47,89%. Porém ao levantar estes dados percebeu-se que os impactos positivos restringem-se prioritariamente a impactos econômicos sendo citados: crescimento do comércio, maior arrecadação tributária, geração de ocupação/renda, melhoria de índices socioeconômicos, maior circulação de moeda, aquisição de serviços temporários, aquisição de equipamentos, produtos e serviços (RIMA, 2004).

Entre outros impactos positivos ambientais e sociais elencados há: contenção de processos erosivos, gestão adequada dos resíduos sólidos, atenuação dos parâmetros climáticos, conforto ambiental, alteração da qualidade do ar, sendo que estes impactos são atenuadores dos próprios impactos negativos decorrentes da construção do empreendimento. Além disso, com relação ao aspecto difusão da cultura local, este acontece de forma bastante tímida, predominando o caráter de isolamento do empreendimento.

Dentre os impactos negativos predominam os relacionados ao ambiente: Alteração paisagística, degradação da paisagem, formação de processos erosivos, lançamento de poeiras fugitivas, emissão de ruídos e de gases, perda cobertura vegetal, fuga da fauna, desequilíbrio dos elos tróficos, alteração da dinâmica dos ecossistemas, desconforto ambiental, produção de resíduos sólidos, geração de efluentes domésticos, risco de contaminação do solo, risco de contaminação hídrica, risco ao patrimônio arqueológico, acirramentos dos processos erosivos, alteração no microclima, diminuição das áreas de recarga, queda da capacidade de suporte, acirramento da dinâmica sedimentar, além dos riscos de acidentes no trabalho, transtornos no fluxo de veículos e tensão emocional, todos impactos claramente percebidos durante as visitas, bem como defendidos por Góis *et al.* (2010, p. 8) e especificados abaixo:

Alterações no aporte sedimentar fornecidos pelos rios; mudança de atividades exercidas pela população local; desmonte das dunas, desmatamento das dunas fixas; aceleração dos processos erosivos; perda de geobiodiversidade; redução do armazenamento de água subterrânea; alterações nos microclima; possibilidade de transformação de dunas fixas em móveis e de móveis em fixas; expropriação da população local; aumento do preço da terra; impedimento ao fluxo sedimentar; poluição das águas subterrâneas; poluição do corpo hídrico, assoreamento, perda de biodiversidade, extinção das lagoas

Nota-se dessa forma que no caso estudado, depara-se com um sistema completamente desordenado, já que houve alteração das condições primárias para a manutenção do sistema, modificando o seu ciclo de energia e autoconservação, e, por fim,

sobrepondo sua homeostase. Assim nota-se não haver estabilidade, já que não há correlação e equilíbrio entre as partes do sistema. Ainda assim, deve lutar para que esta condição seja revertida. Lobo (2012, p. 8) defende que:

Por outro lado, em situações de colapso total do sistema, movido tanto por sua estagnação quanto por catástrofes naturais, é possível identificar a reconstrução de processos e a reorganização de sua matriz, visando seu restabelecimento e o retorno de sua funcionalidade. O resultado disso são os vários ciclos de uso turístico vivenciados em um mesmo destino, o que acontece em escalas locais, regionais ou mesmo continentais.

Para isso é necessária a atuação humana identificação dos limites de suporte do ambiente, seja ele natural, urbano ou rural, considerando a capacidade máxima de processamento dos *inputs* realizados, de forma que seus produtos possam ser absorvidos dentro do processo de homeostase, diminuindo a sua entropia e mantendo a estabilidade do sistema. Assim, a limitação espacial e temporal da presença humana, com base em fatores abióticos, bióticos e sociais, além de realizar a manutenção da atividade turística, evita a sua estagnação e conseqüente colapso (LOBO, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da presente pesquisa foi relevante, tendo em vista ter descrito e auxiliado a compreensão de parte da dinâmica turística e imobiliária do distrito de Tapera, tomando por base a instalação de um dos maiores Complexos Turístico e Imobiliário de padrão internacional do Ceará. Este insere-se no processo de turistificação dos espaços litorâneos deste Estado, em especial, do município de Aquiraz.

A importância de estudar este empreendimento está relacionada a sua magnitude e às alterações significativas nos aspectos econômicos, sociais e ambientais que gerou na área de instalação. Este não é o único empreendimento turístico existente no distrito pesquisado, porém configurou-se como aquele que impulsionou a dinâmica do turismo na área.

Seu objetivo de oferecer equipamentos de hospedagem, entretenimento, lazer e esportes voltados para o turismo, estão sendo cumpridos, porém, também estão sendo acompanhados por uma série de impactos principalmente econômicos, sociais e ambientais, sendo a principal justificativa para a implantação do empreendimento, a geração de benefícios econômicos para a região.

É inegável a melhoria nos aspectos de emprego e renda, crescimento do comércio, valorização das casas e pontos comerciais, bem como o aumento na arrecadação de impostos. Porém não se pode deixar de considerar os impactos sociais e ambientais negativos que acabam gerando desordem, aumentando a entropia dos sistemas turísticos.

Os principais impactos ambientais que podem ser citados são: a alteração da dinâmica das dunas fixas e móveis que acabam por gerar desequilíbrio nos ecossistemas locais; a ocupação de Área de Preservação Permanente que, mesmo sendo considerada legalmente como frágil, teve parte de sua vegetação desmatada, interferindo no estabelecimento das cadeias tróficas por ocasionar a morte de fauna e flora residente; intensificação dos processos erosivos; redução da infiltração e conseqüente volume dos lençóis freáticos; contaminação das águas subterrâneas devido ao uso de insumos para a manutenção da qualidade dos campos de golfe; intensificação da problemática da escassez dos recursos hídricos, e das situações degradantes do aterro sanitário do município de Aquiraz, tendo em vista o fato de este já ter chegado no limite de sua capacidade de suporte.

Estes problemas ambientais agravam-se quando são consideradas as populações menos abastadas que necessitam muitas vezes competir por recursos que deveriam ser seus por direito. O problema da escassez de água que acomete o município deve-se ao período de estiagem, à baixa quantidade de água que chega a lagoa do Catú, por meio do açude Catú

Cinzeno e a crescente demanda para o abastecimento de empreendimentos como o Aquiraz Riviera e que dentre os demais empreendimentos é o que apresenta maior outorga para o consumo de água.

Todos estes impactos acabam gerando desconforto para a população que se sente invadida pelos grandes empreendimentos e ao mesmo tempo desprotegida e desamparada pelo poder público, que neste caso não realizou planejamento adequado para receber a dinâmica turística. Dessa forma, o aumento populacional, gerou uma maior pressão sobre os serviços de segurança, saúde, educação, infraestrutura, sobre a economia e sobre o ambiente, ultrapassando a capacidade de suporte da região.

A sociedade neste caso, encontra-se a margem da dinâmica turística, vendo seu desenvolvimento, mas muitas vezes sentindo que não faz parte dele. Dessa forma, percebe-se como inferiorizada e excluída do processo de desenvolvimento e de tomada de decisão. Este aspecto é claramente notado quando a população perde o direito de acesso livre (havendo constrangimento) da área de praia, já que não se sentem confortáveis para trafegar na zona pública do empreendimento por terem que se identificar e por muitas vezes sentirem-se incapazes de interagir com tamanho luxo existente no empreendimento.

Percebe-se assim que há interferência nas atividades de pesca para a subsistência e das atividades de lazer livremente realizadas anteriormente. Estes aspectos foram influenciados tanto pela restrição de acesso ao empreendimento quanto pela redução do nível da Lagoa do Catú, onde essas atividades também eram realizadas. Reverter este quadro é inevitável e urgente.

Para isto é necessário, sobretudo, que o poder público, os empresários e a comunidade reflitam a fim de compreender o que é o turismo. Isto proporcionará um melhor direcionamento e valorização, de forma que este se estabeleça não como um negócio, mas como atividade socioeconômica e cultural.

Assim, é necessário desenvolver um turismo que aumente o poder aquisitivo dos residentes, que valorize o meio ambiente e a cultura local, aumente as atividades de lazer, mas que também desenvolva a estrutura e os serviços urbanos, capacitando a mão-de-obra local, melhorando a infraestrutura, as condições de segurança, saúde e educação, contribuindo com a consequente expansão das atividades econômicas e geração de emprego dentro das comunidades, potencializando seus valores históricos e culturais.

A solução de problemas como melhor distribuição da renda gerada com a atividade turística, manutenção do equilíbrio ambiental com a preservação dos recursos naturais, principalmente os que são essenciais para a sobrevivência das populações, redução

do lixo acumulado, redução dos índices de prostituição e drogas, manutenção das comunidades autóctones em seus locais de origem e permanência de um custo de vida acessível para os residentes, tornando o turismo menos elitista, de forma a atender as necessidades de todos, por meio de um trabalho conjunto e fortalecido entre poder público, comunidades tradicionais e empreendedores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS, Maurício de Carvalho. **O que é a Economia Ecológica**. 2014. Disponível em: <<http://www.ecoeco.org.br/sobre/a-ecoeco>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

ALBUQUERQUE, Bruno Pinto de; OLIVEIRA, Alfredo César Tavares de; REIS, José Roberto Franco. **As Relações Entre O Homem E A Natureza E A Crise Sócio-Ambiental**. Fiocruz, Rio de Janeiro, p.1-96, dez. 2007.

Aledo, A. et al.. La insostenibilidad del turismo residencial. **Antropología y Turismo**, México, Plaza y Valdés, 2007.

ALVAREZ, Y. Reúso da água é aposta das indústrias. *Revista Regional*, 2016. Disponível em: < <http://revistaregional.com.br/portal/?p=1330>>. Acesso em: 04 de fev. 2014.

ALVES, E. Aquiraz Riviera – MPF solicita anulação de licenças e derrubada de empreendimento. *O Estado*, Fortaleza, 2015. Acesso em: <http://www.oestadoce.com.br/cadernos/o-estado-verde/aquiraz-riviera-mpf-solicita-anulacao-de-licencas-e-derrubada-de-empreendimento>. Disponível em: 04 de fev. 2016.

ANDRADE, Daniel Caixeta; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Serviços Ecosistêmicos e sua Importância para o Sistema Econômico e o Bem-estar Humano**. IE/UNICAMP n. 155, fev. 2009.

ANDRADE, Rony Iglecio Leite de. **Dinâmicas e Conflitos na Zona Costeira de Aquiraz**: Porto das Dunas e Prainha em Análise. 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia, Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

AQUIRAZ RIVIERA. **Alunos de Escola de Barro Preto visitam empreendimento**. 2013. p.17. Disponível em: < http://www.aquiraz-riviera.com/alunos-de-escola-de-barro-preto-visitam-empreendimento/#.Vrzik_krLIU>. Acesso em: 03 fev. 2016.

AQUIRAZ RIVIERA. **Aquiraz Riviera sediou Jogos Escolares da Juventude 2015**. 2015. p.4. Disponível em: < http://www.aquiraz-riviera.com/aquiraz-riviera-sediou-jogos-escolares-da-juventude-2015/#.Vry3C_krLIU>. Acesso em: 03 fev. 2016.

AQUIRAZ RIVIERA. **Condomínio Aquiraz Riviera reforça segurança**. 2014. p.14. Disponível em: <<http://www.aquiraz-riviera.com/condominio-aquiraz-riviera-reforca-seguranca/#.VrzOyfkrLIU>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

AQUIRAZ RIVIERA. **Crianças do Lar Davis entusiasmadas no seu primeiro contato com o golfe**. 2014. p.13. Disponível em: < <http://www.aquiraz-riviera.com/criancas-do-lar-davis-entusiasmadas-no-seu-primeiro-contato-com-o-golfe/#.Vr-FGfkrLIU>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

AQUIRAZ RIVIERA. **Eventos em 2014 apresentaram milhares ao Aquiraz Riviera**. 2014. p.8. Disponível em: < <http://www.aquiraz-riviera.com/category/noticias/page/8/#.VryJIfkrLIU>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

AQUIRAZ RIVIERA. **Golfe para todos**. 2014. p.2. Disponível em: < <http://www.aquiraz-riviera.com/golfe-para-todos/#.Vry1gvkrLIU>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

AQUIRAZ RIVIERA. **Jornal do Meio Ambiente elege Dom Pedro Laguna como destaque na preservação ambiental**. 2013. p.15. Disponível em: <<http://www.aquiraz-riviera.com/category/noticias/page/15/#.VrxoMvnF9u5>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

AQUIRAZ RIVIERA. **Manhattan Beach Riviera inaugurado**. 2015. p. 5. Disponível em: < <http://www.aquiraz-riviera.com/manhattan-beach-riviera-inaugurado/#.Vry0QvkrLIU>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

AQUIRAZ RIVIERA. **Mansões Riviera: lançamento inédito de alto luxo no Ceará**. 2014. p. 11. Disponível em: < <http://www.aquiraz-riviera.com/mansoes-riviera-lancamento-inedito-de-alto-luxo-no-ceara/#.VrzJaPkrLIU>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

AQUIRAZ RIVIERA. **Master Plan e Localização**. 2015. Disponível em: <http://www.aquiraz-riviera.com/empreendimento/master-plan/#.VWCTMfnF9u4>. Acesso em: 23 maio 2015.

AQUIRAZ RIVIERA. **Prefeitura e Aquiraz Riviera dinamizam projeto “Golfe na Escola”**. 2015. p.6. Disponível em: < http://www.aquiraz-riviera.com/prefeitura-e-aquiraz-riviera-dinamizam-projeto-golfe-na-escola/#.Vr-Eu_krLIV>. Acesso em: 03 fev. 2016.

AQUIRAZ RIVIERA. **Restaurante do Club House com novo cardápio**. 2014. p.9. Disponível em: < <http://www.aquiraz-riviera.com/restaurante-do-aquiraz-riviera-com-novos-pratos/#.Vry0rfrkrLIU>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

ARAÚJO, Enos Feitosa de. As Políticas Públicas e os Espaços Turísticos no Litoral da Região Metropolitana de Fortaleza. In: PEREIRA, Alexandre Queiroz et al. **Maritimidade na Metrôpole: Estudos sobre Fortaleza - CE**. Porto Alegre: Liro, 2013. p. 49-77.

ARAÚJO, Enos Feitosa. As políticas públicas e o turismo litorâneo no Ceará: o papel da Região Metropolitana de Fortaleza. **Sociedade e Território**, Natal, V. 23, N. 2, p. 57 - 73, 2011.

ARAÚJO, Enos Feitosa de. Metropolização Turística e as Políticas Públicas na Produção do Espaço Litorâneo da Região Metropolitana de Fortaleza. In: Seminário Nacional: Governança Urbana E Desenvolvimento Metropolitano, 1., 2010, Natal. **Anais...** . Natal: Ufrn, 2010. p. 01 - 18. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/seminariogovernanca/cdrom/ST10_Enos.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

ARAÚJO, Enos Feitosa de; PEREIRA, Alexandre Queiroz. O Turismo e a Valorização do Litoral Metropolitano: Espacialidade Turística em Caucaia - CE. **Ra'ega: O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 01, n. 21, p.78-104, 2011. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/raega/article/viewFile/17049/13996>>. Acesso em: 20 maio 2015.

BARRETO FILHO, A. Turismo exige investimentos públicos e privados. Associação Brasileira de Empresas de Eventos, 2013. Disponível em: <

<http://www.abeoc.org.br/2013/08/turismo-exige-investimentos-publicos-e-privados/>>. Acesso em: 05 de fev. 2016.

ARAÚJO, J. Obra da Adutora de Aquiraz começa em maio e ficará pronta em agosto.

Prefeitura de Aquiraz, 2015. Disponível em:

http://www.aquiraz.ce.gov.br/noticias_detalhes.php?cod_noticia=633 Acesso em: 05 de fev. 2016.

BARROS, Fernando. **Na Rota do Turismo Gay**. Imprensa Digital.126. 2015. Disponível em: <<http://imprensaodigital126.com.br/?p=17830>>. Acesso em: 05 maio 2015.

BORGES, Cicera Inara Oliveira Sousa. **O Turismo Comunitário em Comunidades Tradicionais na Zona Costeira do Ceará**: Em Foco a Experiência da Rede Tucum. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**.Bauru: Edusc, 2002.

BRAGA, Gustavo Henrique. **Turismo brasileiro comemora números do Carnaval**. 2015.

Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20150223_2.html>. Acesso em: 04 maio 2015.

BRANDÃO, Marta Luísa Teixeira. **Complexo Turístico**: Novas ofertas turísticas na Covilhã. 2013. 75 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura Complexo Turístico, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2013.

BRASIL. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. **Plano de Ação Federal da Zona Costeira do Brasil**. Brasília, 2005. 23 p. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa/_arquivos/pafzc_out2005.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (CONAMA/IBAMA). Para efeito desta Resolução considera-se impacto ambiental... **Resolução Conama**, nº 01, 23 de janeiro de 1986. Resoluções, Brasília, fevereiro de 1986.

BRASIL. Constituição (2000). Lei nº 6938, de 27 de dezembro de 2000. Altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Lei da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental**. Brasília, DF, Disponível em: <<http://goo.gl/LM78gm>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRASIL. Constituição (2012). Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Lei que trata do novo Código Florestal**. Brasília, DF, Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 04 fev. 2016.

BRASIL. **Consumo Sustentável**: Manual de Educação. Brasília: Consumers International/MMA/MEC/IDEC, 2005. 160 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública**. Brasília, 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo**: Uma Viagem de Inclusão. Brasília: Brasil, 2010. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_2007_2010.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

BRASIL. Portal Brasil. Mulheres são maioria da população e ocupam mais espaço no mercado de trabalho. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho#>>. Acesso em: 01 de fev. 2016.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 341, de 25 de setembro de 2003. **Resolução CONAMA**. Brasília, 3 nov. 2003. n. 2013, Seção 1, p. 90-91.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006. **Resolução CONAMA**. Brasília, 29 mar. 2006. Seção 1, p. 94-101.

BRITO, T. Lagoa do Catu só poderá ser usada até novembro. **O Povo**: Fortaleza, 2014. Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/09/11/noticiasjornalcotidiano,3312898/lagoa-do-catu-so-podera-ser-usada-ate-novembro.shtml>. Acesso em: 10 de fev. 2016.

CARDOSO, Antônio. Ceará recebe R\$ 65,3 bilhões de investimentos do PAC. **Ceará Agora**. Fortaleza, p. 01-01. jun. 2014. Disponível em:

<<http://www.cearaagora.com.br/site/2014/06/ceara-recebe-r-653-bilhoes-de-investimentos-do-pac/>>. Acesso em: 20 maio 2015.

CARUSO, Francisco. **Que sustentabilidade queremos?**. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/234VJA>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

CARVALHO, J. F. . Measuring economic performance, social progress and sustainability using an index. **Renewable & Sustainable Energy Reviews**, v. 15, p. 1073-1079, 2011.

CAVALCANTE, Márcia Gadelha. A Urbanização “Turistificada” Da Orla Marítima De Fortaleza: O Caso Da Feira Da Beira-Mar. In: Seminário Da Rede Iberoamericana De Investigadores Sobre Globalización Y Territorio (Rii), 13., 2014, Salvador. **XIII Seminário Internacional RII VI Taller de Editores Rier**. Salvador: Rier, 2014. p. 01 - 12. Disponível em: <http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais_xiii/gt2/gt2_marcia.pdf>. Acesso em: 01 maio 2015.

CIRILO, Lecy. **O Imobiliário Turístico e as Questões Sócioambientais como Influência na Hospitalidade**: Estudo de Caso o Nordeste Brasileiro. Gest. tur. (Valdivia), mar. 2009, no.Especial, p.77-94. ISSN 0718-6428.

COGERH. **Revisão Do Plano De Gerenciamento Das Águas Das Bacias Metropolitanas E Elaboração Dos Planos De Gerenciamento Das Águas Das Bacias Do Litoral, Acaraú E Coreaú, No Estado Do Ceará.** Fortaleza: Yibi Engenharia Consultiva S/s., 2010. 88 p.

CORIOLOANO, Luzia Neide. A Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Local. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni; QUEIROZ, Odaléia Telles. **Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local.** João Pessoa: Editora Universitária da Ufpb, 2012. p. 61-70.

CORIOLOANO, Luzia Neide; PARENTE, Karlos Markes. **Espaços de reserva do capital na orla oeste de Fortaleza (Ceará, Brasil):** demandas para Lazer e Turismo. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. v.5, n.1, p.63-82, abr. 2011.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **Turismo:** prática social de apropriação e de dominação de territórios. Em publicação: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Dezembro 2006.

COSTA, Carlos Rerisson Rocha da. Turismo, Produção e Consumo do Espaço Litorâneo. **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 5, n. 1, p.147-162, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Franklin/Downloads/5078-23783-1-PB.pdf>. Acesso em: 02 maio 2015.

COUTO, Rosalina da Conceição. **Impacto Social do Turismo os Impactos Causados pela Hotelaria nas Comunidades Locais Estudo de Caso: Complexo Costa Do Sauípe.** 2003. 101 f. Monografia (Especialização) - Curso de Mba em Turismo, Hotelaria e Entretenimento, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://goo.gl/miMzSm>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

CUNHA, Sieglinde Kindl da; CUNHA, João Carlos da . Competitividade e Sustentabilidade de um Cluster de Turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida de impacto do turismo no desenvolvimento local. RAC. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. v. 9, n.2ª edição, p. 101-124, 2005.

CUTER, Julio Cesar; BAPTESTONE, Rolney Carlos. Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Hospitalidade: uma Análise do Município de Santana do Parnaíba/SP. **Patrimônio: Lazer & Turismo**, Santana do Paraíba, v. 7, n. 11, p.99-115, jul. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/3pQKh7>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

DAILY, G. **Nature's services:** societal dependence on natural ecosystem. Island Press, Washington, DC, 1997.

DALL'AGNOL, Sandra. Impactos Do Turismo X Comunidade Local. In: Vii Seminário De Pesquisa Em Turismo Do Mercosul, 7., 2012, Xaxim. **Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul.** Caxias do Sul: Usc, 2012. p. 01 - 15.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Maritimidade nos trópicos:** Por uma geografia no litoral. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2010.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Metropolização Turística em Região Monocultora Industrializada. **Mercator**, Fortaleza. 2013, v. 12, número especial 2, p. 65-84. ISSN 1984-2201. Disponível em: < www.mercator.ufc.br>. Acesso em: 23 abr. 2014.

DANTAS, Thiago Braga. Decrescimento econômico: a natureza como limite do crescimento e o novo contexto da economia verde. In: CUNHA, Belinda Pereira da; AUGUSTIN, Sérgio. **Sustentabilidade ambiental: estudos jurídicos e sociais**. Caxias do Sul: EducS, 2014. p. 317-335.

DÁVILA, Yilmer Rosales. **Análise da Relação Turismo-Território no Complexo Turístico Hidrotermal das Águas Quentes - GO**. 2006. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Instituto de Estudos Sócioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

DELGADO, Anna Karenina Chaves. O Carnaval Como Elemento Identitário E Atrativo Turístico: Análise Do Projeto Folia De Rua Em João Pessoa (PB). **Cultur: Revista de Cultura e Turismo**, Santa Cruz, v. 6, n. 4, p.37-55, set. 2012. Disponível em: <<http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano6-edicao4/2.carnaval.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2015.

DEMAJOROVIC, Jacques; LATERZA, Beatriz Landi; KONDO, Ana Luisa. Complexos Turísticos Residenciais: Uma Análise Do Crescimento Do Turismo Residencial No Mediterrâneo Espanhol E No Litoral Nordeste E Seus Impactos Socioambientais. In: XXXIII ENCONTRO DA ANPAD, 33., 2009, São Paulo. **Anais XXXIII Encontro da ANPAD**. São Paulo: Enanpad, 2009. p. 1 - 16.

EAESP. **Problemas na praia – CE**. Centro de Estudos em Sustentabilidade. FGV, 2010. Disponível em: < <http://gvces.com.br/ce-problemas-na-praia?locale=pt-br> >. Acesso em: 04 de fev. 2016.

EICHENBERG, F. O; SILVA, C. A. . Análise Da Atividade Turística A Partir Da Teoria Geral Dos Sistemas: A Condição Sistêmica Como Paradigma. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 27, 2015.

FALCÃO NETO, Armando. **Na capital cearense tem concurso de quadrilhas e homenagem a São Pedro**. 2011. Disponível em: <<http://viagem.uol.com.br/especiais/festas-juninas/ultnot/2011/06/03/na-capital-cearense-tem-concurso-de-quadrilhas-e-homenagem-a-sao-pedro.jhtm>>. Acesso em: 03 maio 2015.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de *et al.* **Relatório Técnico da Pesquisa Integrada Profissão Professor: Políticas e Memórias**. Fortaleza, CE: Educas, 2007. 193 p. Disponível em: <<http://goo.gl/UYuALF>>. Acesso em: 29 maio 2013.

FERREIRA, Iane Carolina Rodrigues. **Os impactos sociais, econômicos e culturais do turismo em Guaramiranga-CE**. 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/CznK2T>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

FOLADORI, Guillermo. La economía ecológica. In: PIERRI, Naína; FOLADORI, Guillermo (Ed.). **¿Sustentabilidad?** Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable. Montevideo: Imprensa

y Editorial Baltgráfica, 2001. p.189-195. Disponível em: < <http://goo.gl/OxxkF6> > Acesso em: 13 jun. 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: Uece, 2002. 127 p. Disponível em: <<http://goo.gl/12axlN>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

FONSECA, M. A. P. Tendências atuais do turismo potiguar: a internacionalização e a interiorização. In: NUNES, E.; CARVALHO, E.; FURTADO, E.; FONSECA M. orgs). **Dinâmica e gestão do território potiguar**. Natal: EDUFRN, 2007. p. 213-233

FREIRE, M. Efeitos da seca começam a chegar aos açudes da RMF. **O Povo online**. 2015. Disponível em: < <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/09/30/noticiasjornalcotidiano,3512071/e-feitos-da-seca-comecam-a-chegar-aos-acudes-da-rmf.shtml>> . Acesso em: 04 de fev. 2014.

GALDINO, Letícia Cristina Fernandes; COSTA, Michele Leandro da. Análise das Principais Políticas Públicas de Turismo no Brasil, da década de 1990 à Atualidade. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, V. 04, N. 04, Rio de Janeiro, 2011.

GÂNDARA, José Manoel; RAMOS, Simone Eloisa Villanueva. Estudo sobre o Desenvolvimento do Turismo no Ceará e seus Possíveis Imapctos na Costa do Sol. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 5., 2008, Caxias do Sul. **Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**. Caxias do Sul: UCS, 2008. p. 1 - 16.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ufrgs, 2009. 120 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GÓIS, R.A.D *et al.* Diagnóstico Socioambiental da Localidade de Marambaia-Aquiraz/CE. In: **XVI Encontro Nacional de Geógrafos**, 2010, Porto Alegre-RS. Crise, práxis e Autonomia :Espaços de Resistência e de Esperanças., 2010.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record,Ed. 8, 2004.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Avercamp, 2005. 142 p.

GONDIM, Valéria Magalhães; ALEXANDRE, Mayara Santos; CRUZ, Maria Lúcia Brito da. Uso do Sensoriamento Remoto na identificação da pressão antrópica na Lagoa do Catú – Aquiraz / Ceará. In: XIV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 14., 2009, Fortaleza. **Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Natal: Inpe, 2009. p. 3859 - 3865.

GUEDES, M. do S. B. ; PESSOAS, R. A. . Empreendimentos Turísticos no Litoral Cearense e seus Impactos Ambientais: case Aquiraz Riviera. In: **Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**, 1., 2009, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Unifor, 2009. Disponível em: < <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/659657/1/AT09107.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

HAN, Gregório Won Suk. Desenvolvimento local: os desafios frente à globalização hegemônica. **Vitrine da Conjuntura**. Curitiba, v.2, n.2, abril 2009.

IBGE. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 maio 2015.

IPECE. **Economia cearense deve crescer, no mínimo, 4,5% em 2014, estima IPECE**. 2014. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/noticias/economia-cearense-deve-crescer-no-minimo-4-5-em>>. Acesso em: 01 maio 2015.

IPECE. **Perfil Básico Municipal**. 2012. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2012/Aquiraz.pdf. Acesso em: 19 mar. 2015.

KOHLER, André Fontan. Problemas e Limites Econômicos, Sociais e Culturais ao Desenvolvimento Turístico Sustentável. **Culturar: Revista de Cultura e Turismo**, Santa Cruz, v. 2, n. 1, p.21-41, jan. 2008.

LIMA, Hélio Rocha. Turismo em Aquiraz conseguiu novas conquistas. **O Estado**. Fortaleza, p. 01-01. jun. 2012. Disponível em: <<http://www.oestadoce.com.br/noticia/turismo-em-aquiraz-conseguiu-novas-conquistas>>. Acesso em: 22 maio 2015.

LOBO, H. A. S.. Princípios de Incerteza, Estado Estacionário e Evolução Espaço-Temporal na Análise Sistêmica das Relações Socioambientais no Turismo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 6, p. 95-108, 2012.

LOGES, Vivian et al. Plantas utilizadas no paisagismo no litoral do Nordeste. **Revista Brasileira de Horticultura Ornamental**, v. 19, n. 1, p.25-32, jun. 2013.

LOPES, Brenner et al. **Políticas Públicas Conceitos e Práticas**. Belo Horizonte: Sebrae, 2008. 48 p. Disponível em: <http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL_DE_POLITICAS_PÚBLICAS.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

LUSTOZA, Regina Esteves. Sociedade - Natureza: Buscando uma interpretação. **Revista de Ciências Humanas**, Santa Catarina, v. 6, n. 1, p.29-46, jun. 2006.

MACIEL, Harine Matos. **Diagnóstico das Famílias Beneficiadas pelo Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) no Estado do Ceará: Um estudo de Caso**. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia Rural, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MACHADO, Adjane de Araújo; ANDRADE, Maristela Oliveira de. A Inserção de Comunidades Tradicionais no Desenvolvimento do Turismo: Impasses e Possibilidades. In: V Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste, 5., 2013, Paraíba. **Anais...** . Fortaleza: Rea, 2013. p. 1 - 19.

MADEIRA, V.; HOLANDA, P.. Aterros sanitários operam quase no limite de capacidade. **Diário do Nordeste**, Fortaleza: 2014. Disponível em: <

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/aterros-sanitarios-operam-quase-no-limite-de-capacidade-1.1072219>> Acesso em: 04 de fev. 2016.

MARUJO, Maria Noémi; CARVALHO, Paulo. Turismo, Planejamento e Desenvolvimento Sustentável. **Turismo e Sociedade**, Curitiba. 2010. v. 3, n. 2, p. 147-161. Disponível em: < <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/turismo/article/viewFile/19635/12832>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

MARUJO, Maria Noémi; CRAVIDÃO, Fernanda. Turismo e Lugares: uma Visão Geográfica. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural (PASOS)**. 2012, v. 10, n. 3, p. 281-288. ISSN 1695-7121. Disponível em: < www.pasosonline.org>. Acesso em: 23 abr. 2014.

MONTEIRO, Caroline Oliveira. **Análise da Valorização Imobiliária na Cidade do Rio de Janeiro: Foco nos Bairros de Copacabana, Ipanema e Leme**. 2014. 78 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Civil, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MONTEIRO, Rodrigo Rocha. O Turismo Em Comunidades Tradicionais Faxinalenses: Uma Discussão Sobre As Transformações Recentes No Campo Brasileiro E Seus Reflexos Para As Comunidades Tradicionais. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 14, n. 2, p.177-193, dez. 2013.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto; SOUZA, Gláucia Cardoso de; BÔLLA, Kelly Daiane Savariz. Economia Ecológica e Sustentabilidade Socioambiental. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, São Paulo, n. 23, p.25-35, mar. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/znyMgY>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa**. Brasília: Ucb, 2003. 108 p. Disponível em: <<http://goo.gl/LjJEa7>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

MOURA, D. V. Praias, dunas e restingas: conceito, características e importância à luz do Direito Ambiental Brasileiro. **Jus Vigilantibus**, p. 01, 2009.

NASCIMENTO, Hermógenes Henrique Oliveira; SILVA, Valdenildo Pedro da. Turismo Pós-Moderno: Dilemas e Perspectivas para uma Gestão Sustentável. **Holos**, v. 3, n. 25, p.103-116, 2009.

NOVO, C. B. M. C; SILVA, G. T. da. **Planejamento e organização do turismo**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010. Disponível em: < http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_hosp_lazer/061112_planej_org_tur.pdf >. Acesso em: 10 de fev. 2016.

NUCCI, T. C. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicada ao distrito de Santa Cecília (MSP)**. Curitiba: o autor, 2.ed. 2008. 150 p.

NUNES, Cristina Cardoso; WESTARB, Eliane de Fátima Ferreira do Amaral; SILVA, Marcos Francisco da. A Prática Do Golfe, Riscos Ambientais E Retorno Social No Norte Da Ilha De Santa Catarina. **Motrivivência**, Santa Catarina, v. 16, n. 22, p.115-133, jun. 2004.

ODUM, E. P. **Fundamentos de Ecologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

O ESTADO. **Estudantes e militares desfilam na Av. Beira Mar**. 2014. Disponível em: <<http://www.oestadoce.com.br/noticia/estudantes-e-militares-desfilam-na-av-beira-mar>>. Acesso em: 02 maio 2015.

OLIVEIRA, Elton Silva. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré - Bahia. **Interações**, Campo Grande, Set 2007, vol.8, no.2, p.193-202. ISSN 1518-7012.

OLIVEIRA, Elton Silva. **Impactos Socioambientais E Econômicos Do Turismo E Suas Repercussões No Desenvolvimento**. Local: o caso de Itacaré – Bahia. 2008. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Cultura e Turismo, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2008.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da Fae**, Curitiba, v. 5, n. 2, p.37-48, ago. 2002.

OLIVEIRA, Marcus Eduardo de. **Economia e Entropia: A Economia do Futuro e o Futuro da Economia**. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/AeXWmr>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

PAIVA, W. L. ; AIRES FILHO, J. V. M. . Turismo. In: Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto; Adriano Sarquis Bezerra de Menezes. (Org.). **Desenvolvimento Econômico do Ceará: evidências recentes e reflexões**. 1ed.Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2014, v. 1, p. 157-171.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **A Urbanização vai à Praia: Contribuições da Vilegiatura Marítima à Metropolização no Nordeste do Brasil**. 2012. 351 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Veraneio Marítimo na Metrópole: o caso de Aquiraz, Ceará-Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 2, n. 20, p.93-106, dez. 2008.

PEREIRA, Cláudio. LIMA, Fátima Aurilane de Aguiar. **Mapa de Localização do Complexo Turístico e Residencial Golf e Beach Villas**, 2015.

PETROCCHI, M. **Turismo : Planejamento e Gestão**. 6.ed. São Paulo: Futura, 2002;

PINHEIRO, Ana Carolina Borges; KOGA, Erika Sayuri; WADA, Elizabeth Kyoko. Reflexões sobre os Resorts e Sustentabilidade. In: VI Seminário De Pesquisa Em Turismo Do Mercosul, 6., 2010, São Paulo. **Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Caxias do Sul: Ucs, 2010. p. 1 - 16.

PINHEIRO, *et al.* Os Ecossistemas Dunares E A Legislação Ambiental Brasileira. **Geo Uerj**, [s.l.], v. 2, n. 24, p.01-26, 9 dez. 2013. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. DOI: 10.12957/geouerj.2013.5546. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

PINHEIRO, Lidriana de Souza; MORAIS, Jáder Onofre de. Interferências De Barramentos No Regime Hidrológico Do Estuário Do Rio Catú-Ceará-Nordeste Do Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 2, n. 22, p.237-250, ago. 2010.

POLETTE, Marcus; SILVA, Liliana Pagetti. GESAMP, ICAM e PNGC - Análise comparativa entre as metodologias de gerenciamento costeiro integrado. **Cienc. Cult.** 2003, v.55, n.4, p. 27-31. ISSN 2317-6660. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v55n4/a17v55n4.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Eventos esportivos impulsionaram turismo em Fortaleza no ano passado.** 2015. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/setfor/eventos-esportivos-impulsionaram-turismo-em-fortaleza-no-ano-passado>>. Acesso em: 03 maio 2015.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Pré-carnaval de Fortaleza continua com Ilê Aiyê na Praia de Iracema.** 2015. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/programacao-gratuita/pre-carnaval-de-fortaleza-continua-com-ile-aiye-na-praia-de-iracema>>. Acesso em: 03 maio 2015.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Prefeitura de Fortaleza anuncia Programação do Réveillon 2015.** 2014. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/destaque/prefeitura-de-fortaleza-anuncia-programacao-do-reveillon-2015>>. Acesso em: 03 maio 2015.

RIOS, Roberta de Lavôr. **Aspectos Socioambientais do Turismo na Praia do Porto das Dunas, no município de Aquiraz - CE.** 2006. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

RODOVALHO, Ana Cláudia Ferreira da Fonseca; SOUSA, Marilda R. S.. Identidade, Cultura e Turismo: Do Pertencimento ao Turismo Cultural. In: SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E SOCIEDADE, 2., 2010, Goiânia. **Anais...** . Goiânia: Simpoets, 2010. p. 1 - 7.

RODRIGUES, Rosa Alice. **Os Impactos do Desenvolvimento nas Comunidades Litorâneas do Município de Aquiraz.** 2004. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Marinhas Tropicais, Instituto de Ciências do Mar - Labomar, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

RODRIGUES, Taíla Albuquerque; SALVADOR, Evilasio. As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas Políticas Sociais. **Ser Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p.129-156, jun. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Franklin/Downloads/5624-17949-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

ROIM, Talita Prado Barbosa; GONÇALVES, Alessandra. A Nova Classificação Hoteleira: Resorts. **Revista Científica Eletrônica de Turismo**, Garça, v. 9, n. 17, p.01-11, jun. 2012. Semestral.

ROSA, Sérgio Eduardo Silveira; TAVARES, Marina Mendes. **A Recente Expansão do Resorts.** BNDES setorial, Rio de Janeiro, n.16, 2002.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. A Experiência do Turismo Ecológico no Brasil: um Novo Nicho de Mercado ou um Esforço para Atingir a Sustentabilidade. **Turismo – Visão e Ação**. 2000, v. 2, n. 5, p. 81-90. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1182/938>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

SAMPAIO, Camila Freire. **O Turismo e a Territorialização dos Resorts**: a Praia do Porto das Dunas como enclave em Aquiraz-CE. 2009. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia, Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

SAMPAIO, Camila Freire. Produção Territorial Dos Resorts No Litoral Do Ceará-Brasil: Cenários E Fantasias. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 3, p.575-584, fev. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Crítica a governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 72, p.7-44, out. 2005.

SANTOS, Carla Norma Correia dos; VILAR, José Wellington Carvalho. O Litoral Nordeste e os Impactos da Reestruturação Econômica. In: XIII SEMINÁRIO DA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO, 13., 2014, Salvador. **Anais...** . Salvador: Rii, 2014. p. 1 - 18. Disponível em: <http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais_xiii/gt5/gt5_carla.pdf>. Acesso em: 14 maio 2015.

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. A Produção e o Consumo de Espaços Turísticos. In: Coloquio Internacional de Geocrítica, 9., 2007, Sergipe. **Los Problemas del Mundo Actual: Soluciones y Alternativas Desde la Geografía y las Ciencias Sociales**. Porto Alegre: Ufrgs, 2007. p. 1 - 1. Disponível em: <<http://goo.gl/pyblYS>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

RIMA. **Golf Ville Resort Residence**. Fortaleza: Geoconsult, 2004.

SETFOR. Secretaria Municipal do Turismo de Fortaleza. **Fortaleza na mira do turismo de negócios**: Fortour acontecerá a partir do dia 05 de março. 2015. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/turismo/noticias/turismo/fortaleza-na-mira-do-turismo-de-negocios-fortour-acontecera-partir-do-dia>>. Acesso em: 25 maio 2015.

SETFOR. Secretaria Municipal do Turismo de Fortaleza. **Receita turística representa quase 20% do PIB de Fortaleza**. 2015. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/turismo/noticias/setfor/receita-turistica-representa-quase-20-do-pib-de-fortaleza>>. Acesso em: 03 maio 2015.

SETUR/AQUIRAZ. **Plano Turístico de Aquiraz**. Aquiraz: Setur, 2013. 14 p.

SETUR. Aquiraz | Prodetur e Proinfotur estão transformando a realidade dos principais polos de turismo. **De Olho em Aquiraz**, Aquiraz, 2014. Disponível em: <<http://deolhoemquiraz2.blogspot.com.br/2014/12/aquiraz-prodetur-e-proinfotur-estao.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

SETUR/CE. **Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR Ceará):** Manual de Operações. Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.setur.ce.gov.br/documentos-diversos-pdf/MANUAL%20DE%20OPERACOES-CE.pdf>. Acesso em: 06 maio 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SEVERO, L. Lagoas da região metropolitana correm risco de secar. 2015. Acesso em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/02/11/noticiasjornalcotidiano,3391371/lagoas-da-regiao-metropolitana-correm-risco-de-secar.shtml>>. Disponível em: 06 de fev. 2016.

SILVA, Marília Natacha de Freitas. Os resorts residenciais na região metropolitana de Fortaleza (Ceará, Brasil). **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 6, n. 1, p.42-57, jan. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Franklin/Downloads/30751-112871-1-PB.pdf>. Acesso em: 24 maio 2015.

SKORUPA, L. A. **Áreas de Preservação Permanente e Desenvolvimento Sustentável**. Jaguariúna: EMBRAPA, 2003, 4 p.

SMITH, N.. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1988.

SOARES, Moacir. **Secretário do Turismo de Fortaleza manda artigo para Blog com balanço das atividades**. 2012. Disponível em: <<http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/secretario-do-turismo-de-fortaleza-manda-artigo-para-blog-em-clima-de-balanco-das-atividades/>>. Acesso em: 03 maio 2015.

SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 7, n. 1, p.119-127, jan. 2004. Semestral.

SOUZA, Roberta Fernanda da Paz de. Economia do Meio Ambiente: Aspectos Teóricos da Economia Ambiental e da Economia Ecológica. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47., 2008, Volta Redonda. **SOBER - Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Rio Branco: Sober, 2008. p. 1 - 10.

SILVEIRA, Marcos A. Tarlombani da; ZEM, L. C. **Impactos Ambientais do Turismo em Zonas Litorâneas: um Estudo de Percepção Ambiental no Litoral do Paraná-Brasil**. In: VI Seminário Latino-Americano e II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, 2010, Coimbra. VI Seminário Latino-Americano e II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, 2010. v. 1.

STILPEN, Paulo Cesar; SOUZA, Ubiratan Jorge Iorio de. **Estudos da Competitividade do Turismo Brasileiro: Economia do Turismo**. Brasília. 2007. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/ECONOMIA_DO_TURISMO.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.

TAPERA DAS ARTES. **Histórico**. 2015. Disponível em: <http://www.taperadasartes.org.br/historico>. Acesso em: 10 de fev. 2016.

THERRIEN; S. M. N.; FARIAS, I. M. S. de; SALES, J. A. M. de. **Abordagens Quantitativas e Qualitativas na Pesquisa em Educação: Velhas e Novas Mediações e Compreensões**. In: THERRIEN; S. M. N.; FARIAS, I. M. S. de; NUNES, J. B. C. (ORG). Pesquisa Científica para Iniciantes: Caminhando no Labirinto. Fortaleza, CE: EdUECE, v.03, p. 53-66, 2011.

TURATO, E. R. (org). **Psicologia da Saúde: Estudos Clínico-Qualitativos**. Taubaté: Cabral, Livraria Universitária, 2003.

TUROLLA, Frederico A.; HERCOWITZ, Marcelo. Economia: Economia e ecologia. **Gv Executivo**. São Paulo, p. 23-27. maio 2007.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1998. Disponível em: < <http://goo.gl/tCi9sh>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

VAZ, L. Procuradores alertam para a exploração indevida no litoral cearense. **Portal do Meio Ambiente**, 2010. Disponível em: < <http://portal.rebia.org.br/editorias-editorias/meio-ambiente-natural/litoral-a-oceanos/5350-procuradores-alertam-para-a-exploracao-indevida-no-litoral-cearenseP>>. Acesso em: 04 de fev. 2016.

VICENTE NETO. **Turismo contribui com 9% do PIB mundial**. EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. 2015. Disponível em: < http://www.embratur.gov.br/piembratur/opencms/salaImprensa/artigos/arquivos/Turismo_contribui_com_9_do_PIB_mundial.html>. Acesso em: 25 abr. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista a ser realizada com a comunidade de Tapera

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE PRODEMA
DIAGNÓSTICO DE ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

Aluna: FÁTIMA AURILANE DE AGUIAR LIMA

Orientador: EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS

Esta entrevista tem o propósito de levantar informações para elaboração da dissertação, trabalho final de pós-graduação, exigido pelo curso de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará - UFC.

ENTREVISTA - COMUNIDADE

Entrevistador: _____

Distrito: _____

Comunidade (caso necessário): _____

Data: _____

Número da Entrevista: ()

ENTREVISTA:

1) PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ENTREVISTADOS

1.1 Sexo: () Masculino () Feminino

1.2 Idade:

() < 19 anos

() 20 – 59 anos

() maior ou igual a 60 anos

1.3 Escolaridade

() Analfabeto

() Ensino médio completo

() Ensino fundamental incompleto

() Nível superior incompleto

() Ensino fundamental completo

() Nível superior completo

() Ensino médio incompleto

1.4 Há quanto tempo mora no local?

() 0 – 10 anos

() 11 – 20 anos

() 21 – 30 anos

() mais de 30 anos

1.5 Número de pessoas na família que moram no local:

- 0-5 pessoas
 6 – 10 pessoas
 11 – 15 pessoas

1.6 Adultos (>18): _____ Jovens: _____ Crianças (<13): _____

1.7 Quantas pessoas estudam ou não? Colocar a quantidade entre parênteses.

- Analfabeto Ensino médio completo
 Ensino fundamental incompleto Nível superior incompleto
 Ensino fundamental completo Nível superior completo
 Ensino médio incompleto

1.8 Quantas pessoas de sua família trabalham?

- 0 - 5 pessoas
 6 – 10 pessoas
 11 – 15 pessoas

1.9 Quais as atividades desempenhadas como fonte de renda?

- Setor primário
 Setor secundário
 Setor terciário

Qual a principal? _____

1.10 Qual a renda familiar?

- 1 a 2 salários mínimos (R\$ 788,00 a R\$ 1.576,00)
 2 a 3 salários mínimos (R\$ 1.576,00 a R\$ 2.364,00)
 3 a 4 salários mínimos (R\$ 2.364,00 a R\$ 3.152,00)
 4 a 5 salários mínimos (R\$ 3.152,00 a R\$ 3.940,00)
 mais de 5 salários mínimos (R\$ 3.940,00)

A renda obtida é suficiente para o sustento da família?

- sim não

1.11 Recebe algum tipo de ajuda ou benefício do governo ou do empreendimento?

- Bolsa família Bolsa escola Aposentadoria
 Seguro Desemprego Seguro defeso
 Do empreendimento. Qual(is)? _____
 Outros _____

2) GESTÃO DE EFLUENTES E DE RESÍDUOS SÓLIDOS

2.1 Qual a origem da água que você consome?

- Rede Geral Poço artesiano
 Cacimba Outros _____

2.2 Após a construção do empreendimento houve mudança na origem da água de consumo?

- Sim Não

Caso tenha alterado, qual era a origem da água?

- Rede Geral Poço artesiano
 Cacimba Outros _____

2.3 A água disponível na região é suficiente para manter as atividades que desenvolve?

	Antes do empreendimento	Após o empreendimento
(1) Sim		
(2) Não		
(3) Por que		

2.4 Para você a lagoa do Catú?

() não é importante () é pouco importante () é importante () é muito importante

2.5 Utiliza a água da lagoa diretamente?

() sim () não

Para qual(is) finalidade(s)?

1) Uso doméstico ()

2) Atividade Econômica ()

3) Nenhuma ()

4) Outra(s) () _____

2.6 O empreendimento Aquiraz Riviera causou algum prejuízo para a Lagoa do Catú?

() sim () não

Em caso afirmativo, qual(is)? _____

2.7 A utilização da água da lagoa do Catú é feita em comum acordo com a comunidade? ()

3) INFRAESTRUTURA URBANA

3.1 Quais tipos de instalações sanitárias são utilizados nos domicílios?

	Antes	Depois
(1) Não possui água encanada, cisterna, privada ou fossa		
(2) Possui fossa e privada		
(3) Possui água encanada, banheiro e privada		
(4) Possui fossa, água encanada, banheiro e privada		
(5) Não possui instalação sanitária		

3.2 Qual o tipo de escoadouro do banheiro ou sanitário?

	Antes	Depois
(1) Vala ou céu aberto		
(2) Fossa rudimentar		
(3) Fossa séptica		
(4) Esgoto		

3.3 Com relação ao lixo do seu domicílio, qual o destino dado?

	Antes	Depois
(1) Lixo jogado a céu aberto, canais e superfícies		
(2) Parte do lixo é enterrado ou queimado		
(3) Parte do lixo é recolhida por carros da		

prefeitura		
------------	--	--

3.4 Como considera a segurança pública na região?

	Antes	Depois
(1) Boa		
(2) Regular		
(3) Ruim		
(4) Não sei		

3.5 Qual a qualidade da cobertura da telefonia fixa e móvel na região?

	Antes	Depois
(1) Boa		
(2) Regular		
(3) Ruim		
(4) Não sei		

3.6 Como você considera a sua (da sua família) qualidade de vida?

	Antes	Depois
(1) Boa		
(2) Regular		
(3) Ruim		
(4) Não sei		

3.7 Qual a situação das vias de acesso/estradas/ruas nas proximidades do empreendimento?

	Antes	Depois
(1) Boa		
(2) Regular		
(3) Ruim		
(4) Não sei		

3.8 Qual a situação das vias de acesso/estradas/ruas no seu distrito/comunidade?

	Antes	Depois
(1) Boa		
(2) Regular		
(3) Ruim		
(4) Não sei		

3.9 Como considera a saúde na região?

	Antes	Depois
(1) Boa		
(2) Regular		
(3) Ruim		
(4) Não sei		

4) IMPACTOS SOCIAIS DO TURISMO PARA OS RESIDENTES

Para as questões abaixo preencha o espaço entre os parênteses com o número 1 se a resposta for sim, 2 se a resposta for parcialmente, 3 se você não sabe e 4 se a resposta for não.

4.1 Você vê com satisfação o desenvolvimento do turismo por meio do empreendimento? ()

4.2 O empreendimento turístico levou a ruptura de relações familiares ou da comunidade? ()

4.3 Houve aumento de alguma atividade ilícita (tráfico de drogas, prostituição, roubos, homicídios etc) causada pelo empreendimento? ()

4.4 Você acha que as obras do empreendimento causaram a superpopulação da área? ()

4.5 O empreendimento levou ao aumento do turismo sexual? ()

4.6 Você acha que o empreendimento alterou o índice de prostituição infantil? ()

Caso a resposta tenha sido sim, assinale um dos itens abaixo.

1) Aumentou ()

2) Reduziu ()

5) IMPACTOS AMBIENTAIS DO TURISMO

Para as questões abaixo preencha o espaço entre os parênteses com o número 1 se a resposta for sim, 2 se a resposta for parcialmente, 3 se você não sabe e 4 se a resposta for não.

5.1 O empreendimento prejudicou a qualidade da água do mar? ()

5.2 O empreendimento provocou desmatamentos? ()

5.3 A fauna (peixes, por exemplo) local tem diminuído ou desaparecido após a construção do empreendimento? ()

5.4 Você acha que o empreendimento gerou poluição do ar? ()

5.5 O empreendimento gerou acúmulo de lixo? ()

5.6 O empreendimento gerou aumento do esgoto e mau cheiro? ()

6) ASPECTOS SOCIAIS: TRABALHO E RENDA

6.1 Você trabalha no empreendimento turístico? ()

Se sim, em qual tipo de atividade? _____

Responder as questões 6.2 a 6.4 somente se a resposta da 6.1 for sim.

6.2 A remuneração é justa? ()

6.3 As condições de higiene, segurança e conforto no trabalho são satisfatórias? ()

6.4 Há algum tipo de discriminação ()

1) Étnica ()

2) Racial ()

3) Econômica ()

4) Gênero ()

Se sim, de que forma isto acontece?

6.5 Você percebe algum incentivo para a comercialização de produtos locais? (artesanato, culinária, etc) ()

Se sim, esta comercialização é:

- 1) Pequena ()
- 2) Grande ()

O incentivo parte do:

- 1) Empreendimento ()
- 2) Poder público ()

6.6 Você tem recebido algum retorno financeiro da atividade turística? ()

Se sim, de que tipo?

7) RELAÇÕES DO TURISMO COM A CULTURA LOCAL OU EFEITOS SOBRE A CULTURA LOCAL

7.1 Como era o relacionamento da comunidade com o local onde hoje é o empreendimento?

- 1) Lazer () _____
- 2) Atividade Econômica () _____
- 3) Não havia uso ()
- 4) Outro(s) () _____

7.2 Em sua opinião algum costume /tradição/atividade econômica da comunidade tem sido ou foi afetado(a) negativamente pelo empreendimento turístico

- 1) Pesca ()
- 2) Mariscagem ()
- 3) Artesanato ()
- 4) Agricultura ()
- 5) Outro(s) () _____

7.3 Para você, os visitantes interessam-se e valorizam a cultura local? ()

Se sim, que manifestações são mais valorizadas?

- 1) Pesca ()
- 2) Artesanato ()
- 3) Culinária ()
- 4) Festas tradicionais ()
- 5) Outro(s) () _____

8) ASPECTOS SOCIAIS: COMUNIDADES LOCAIS E PARTICIPAÇÃO

8.1 Antes da instalação do empreendimento na comunidade havia alguma forma de organização? ()

Se sim, qual(is) tipo(s) de organização?

- 1) Associação ()
- 2) Cooperativa ()
- 3) Colônia de pescadores ()
- 4) Outro(s) () _____

8.2 A comunidade local está organizada? ()

Se sim, qual(is) tipo(s) de organização?

- 1) Associação ()
- 2) Cooperativa ()
- 3) Colônia de pescadores ()
- 4) Outro(s) () _____

Se sim, quem são as lideranças?

Se você tiver respondido negativamente a questão 8.1, passe para a questão 8.4.

8.3 Foi o empreendimento que levou a comunidade a se organizar? ()

8.4 Os trabalhadores ligados ao empreendimento estão organizados? ()

Eles são incentivados a se organizar? ()

Por quem?

- 1) Empreendimento ()
- 2) Governo ()
- 3) Associação ()
- 4) Sindicato ()
- 5) Outro(s) () _____

8.5 Há disputas/conflitos entre a comunidade e os empreendedores? ()

Especifique o que gera o conflito?

- 1) Terra ()
- 2) Água ()
- 3) Energia ()
- 4) Outro(s) () _____

Se você tiver respondido negativamente as questão 8.5, não é necessário responder a questão 8.6.

8.6 Há uma organização dos empreendedores com relação à resolução dos conflitos existentes entre estes e a comunidade? ()

Se sim, de que forma o empreendimento ajuda?

- 1) Incentivo financeiro ()
- 2) Projetos sociais ()
- 3) Doação de terra ()
- 4) Economia de água ()
- 5) Melhoria na infraestrutura local ()
- 6) Outra(s) () _____

APÊNDICE B – Entrevista com o gestor do empreendimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE PRODEMA
DIAGNÓSTICO DE ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

Aluna: FÁTIMA AURILANE DE AGUIAR LIMA

Orientador: EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS

Esta entrevista tem o propósito de levantar informações para elaboração da dissertação, trabalho final de pós-graduação, exigido pelo curso de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará - UFC.

ENTREVISTA – GESTÃO DO EMPREENDIMENTO AQUIRAZ RIVIERA

Entrevistador: Fátima Aurilane de Aguiar Lima

Entrevistado: Sr. Jorge Chaskelmann (diretor) e Thiago (biólogo)

Local e data: Clube de Golfe Aquiraz Riviera, 09.03.15

SOBRE O EMPREENDIMENTO

1. Identificação

1.1 Município: Aquiraz

1.2 Endereço: Praia de Marambaia - Tapera, Aquiraz - CE, 61700-000

E-mail: comercial.golfe@aqiraz.com

Fone: 97120020

1.3 Nome do empreendimento: Aquiraz Riviera

1.4 Tipo de empreendimento (classificação):

1.5 Responsável(is):

1.6 Finalidade do empreendimento:

2. Área

2.1 Área total:

2.2 Área de visitação:

2.3 Número de acessos por mês (em média):

2.4 Número de acessos, ao empreendimento, com portaria / guarita / vigilância:

3. Perfil do turista/divulgação e informações sobre o empreendimento

3.1 Faixa etária:

() Abaixo de 18 anos

() De 36 a 50 anos

() De 18 a 25 anos

() De 51 a 65 anos

() De 26 a 35 anos

() Acima de 65 anos

3.2 Escolaridade:

() Analfabeto

() Ensino médio completo

() Ensino fundamental incompleto

() Nível superior incompleto

() Ensino fundamental completo

() Nível superior completo

() Ensino médio incompleto

3.4 Local de origem da maioria dos turistas:

() Ceará

() Nordeste

() Brasil

() Outro país

3.5 Quantos dias os turistas permanecessem, em média? _____

3.6 Quais os principais atrativos do empreendimento para os turistas?

3.7 Os turistas costumam retornar ao empreendimento?

() sim () não

3.8 É feita coleta sistemática de informações com o objetivo de monitorar o turismo em âmbito local ou regional? ()

Os dados de coleta são divulgados? ()

Se sim, de que forma e com qual finalidade?

3.9 O empreendimento é divulgado em escala:

Local () Regional () Nacional () Internacional ()

Como essa divulgação é realizada?

ENTREVISTA

Para as questões abaixo preencha o espaço entre os parênteses com o número **1** se a resposta for **sim**, **2** se a resposta for **parcialmente**, **3** se você **não sabe** e **4** se a resposta for **não**.

4) SERVIÇOS, ATRATIVOS E INFRAESTRUTURA

4.1 Realiza atividades voltadas para esportes? ()

Se sim, quais?

4.2 Realiza atividades de passeio? ()

Se sim:

Trilha ()

Barco ()

Passeio de Buggy ()

Outras ()

Especificar: _____

4.3 Possui equipe paramédica e Ambulatório? ()

Especificar:

4.4 Fornece alimentação (restaurante, lanchonete etc)? ()

Se sim, algum é terceirizado? ()

Qual?

4.5 Há proteção contra vizinhos/usuários? ()

Quais?

5) PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

5.1 Existe algum manancial que teve suas condições naturais alteradas com a construção e permanência do empreendimento? ()

Se sim, qual(is)?

Se sim, qual(is) os prejuízo(s) causado(s)?

Se sim, qual(is) a(s) medida(s) tomada(s) para minimizar os impactos?

5.2 Existem pontos de erosão preocupantes? ()

Se sim, quantos?

O que é feito para mitigar este impacto?

5.3 Há algum tipo de poluição (ar, água, sonora)? ()

Se sim, qual(is)?

O que é feito para mitigar este impacto?

5.4 Há espécies ameaçadas? ()

Se sim, qual(is)?

O que é feito para mitigar este impacto?

5.5 Já houve incêndios provocados (retirada da vegetação)? ()

5.6 Existe alguma forma de proteção das áreas naturais? ()

Se sim, de que forma?

Qual a extensão da área protegida?

5.7 As áreas naturais protegidas têm sofrido algum tipo de pressão? ()

Se sim, qual(is)?

O que tem sido feito para sua conservação?

5.8 O empreendimento turístico utilizou ou utiliza matéria prima local (de valor biológico ou não) para a construção ou utilização no empreendimento? ()

Se sim, de que tipo?

O que tem sido feito para minimizar/coibir essa utilização?

6) ENERGIA

6.1 Qual(is) a(s) fonte(s) de energia utilizada(s) no empreendimento?

- Hidráulica ()

- Fóssil ()
- Solar ()
- Biomassa ()
- Eólica ()
- Gravitacional (marés) ()

6.2 O aumento da utilização de energia com a construção do empreendimento tem gerado algum tipo de problema? ()

Se sim, qual(is)?

6.3 Os visitantes são incentivados a economizar energia? ()

Se sim, de que forma?

6.4 O empreendimento utiliza ventilação e iluminação naturais de forma intensa? ()

6.5 O empreendimento possui uma frota de veículos que causa algum impacto negativo? ()

Qual(is)?

7) GESTÃO DE EFLUENTES/USO DA ÁGUA E DE RESÍDUOS SÓLIDOS

7.1 O empreendimento é responsável pela coleta e processamento dos resíduos sólidos?

()

Se não, que é responsável?

Se a responsabilidade for da prefeitura, pular para o item 7.5.

* 7.2 Existe alguma dificuldade relacionada à realização da coleta e processamentos de resíduos sólidos? ()

Se sim, qual?

* 7.3 Que destino é dado aos resíduos sólidos?

(1)Lixo jogado ao céu aberto, canais e superfícies		
(2)Parte do lixo é enterrado ou queimado		
(3)Parte do lixo é recolhida por carros da prefeitura		

* 7.4 Existe coleta seletiva? ()

7.5 Há alguma forma de reutilização dos resíduos orgânicos? ()

Se sim, de que forma?

7.6 Qual a origem da água consumida pelo empreendimento?

FONTE	USO PRINCIPAL

7.7 Isso já afetou ou tem afetado a disponibilidade ou qualidade de água para a população?

()

Se sim, de que forma isso tem ocorrido?

Quais as ações mitigadoras?

7.8 Há utilização de águas pluviais? ()

7.9 Há ações educativas visando a economia de água para os visitantes ou os residentes? ()

Se sim, de que forma?

7.10 Existe coleta pública de águas residuais? ()

Se sim, qual sua eficiência? () boa () regular () ruim

7.11 Há locais onde não há coleta pública? ()

Se sim, qual o tratamento dado aos efluentes?

8) SELEÇÃO E USO DE INSUMOS

8.1 São utilizados insumos nocivos no empreendimento, como por exemplo para manutenção dos campos de golfe? ()

Se sim, qual impacto tem causado? ()

O que tem sido feito para mitigar este(s) impacto(s)?

8.2 Com relação aos produtos químicos utilizados na limpeza e higiene, o que tem sido feito para reduzir os impactos de sua utilização?

9) PAISAGISMO

9.1 Quais as espécies utilizadas no paisagismo? ()

9.2 As lagoas existentes no empreendimento são naturais ou artificiais?

Como estas lagoas estão sendo utilizadas (para fins de lazer, abastecimento ou somente paisagismo)?

10) RELACIONAMENTO COM OUTROS ATORES LOCAIS

10.1 Como é o relacionamento com a população que reside nas proximidades do empreendimento?

() bom () regular () ruim () não sei

Explique porque?

10.2 Se houver conflito entre a comunidade e o empreendimento, responder:
Quais os interesses em conflito?

10.3 Os responsáveis pelo empreendimento se organizam com relação à resolução dos conflitos existentes entre estes e a comunidade? ()

Se sim, de que forma?

10.4 O empreendimento possui algum programa educativo e/ou de visitas para a comunidade e/ou para turistas? ()

Se sim, quais?

10.5 Há alguma iniciativa para apoiar a conservação, valorização e resgate da cultura e tradições locais? ()

Se sim, qual(is)?

10.6 Existe algum tipo de ação para que o visitante (turista) conheça e valorize a cultura local? ()

Se sim, de que forma?

10.7 Há participação da comunidade na gestão das áreas protegidas ou de atividades ligadas ao empreendimento? ()

Se sim, como se dá esta participação?

10.8 A área protegida é aproveitada para a realização de alguma atividade (turismo ecológico, por exemplo)? ()

Se sim, especifique o tipo de atividade?

10.9 Os visitantes recebem informações para valorizar e preservar o ambiente? ()

Se sim, como isto é realizado?

Qual a periodicidade em que os visitantes recebem estas informações?

10.10 Há algum programa de educação ambiental desenvolvido com a comunidade e os funcionários do empreendimento? ()

Se sim, de que forma (quais as atividades desempenhadas)?

10.11 A instalação do empreendimento de forma direta ou indireta trouxe para o distrito de Jacaúna algum benefício nas áreas de saúde, educação, segurança, infraestrutura e economia? ()

Qual(is)?

APÊNDICE C – Entrevista com a Secretaria de Turismo e de Meio Ambiente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE PRODEMA
DIAGNÓSTICO DE ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

Aluna: FÁTIMA AURILANE DE AGUIAR LIMA

Orientador: EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS

Esta entrevista tem o propósito de levantar informações para elaboração da dissertação, trabalho final de pós-graduação, exigido pelo curso de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará- UFC

ENTREVISTA – PREFEITURA DE AQUIRAZ

Entrevistado:

Cargo do Entrevistado:

Local e data:

Secretaria:

Endereço:

Contatos:

ENTREVISTA

Para as questões abaixo preencha o espaço entre os parênteses com o número **1** se a resposta for **sim**, **2** se a resposta for **parcialmente**, **3** se você **não sabe** e **4** se a resposta for **não**.

1 Questões sobre o desenvolvimento do turismo no município de Aquiraz

1.1 Ao se pensar o turismo para o município é pensada na qualidade de vida da população residente? ()

a) Se sim, de que forma isto ocorre?

1.2 Há alguma forma de articulação da comunidade e de sua cultura com os turistas? ()

a) Se sim, de que forma isto ocorre?

1.3 De que forma o poder público no município de Aquiraz contribui para que o turismo se desenvolva de maneira sustentável?

1.4 Qual a parcela de recursos gasta pelo município com o turismo?

a) Parte desses recursos é utilizado para o investimento em infraestrutura que atenda a população local? ()

Se sim, qual o destino destes recursos?

- () Tratamento de Esgoto
- () Rede de distribuição de água
- () Coleta e processamento de resíduos sólidos
- () Rodovia
- () Ferrovia
- () Sistema de telecomunicação
- () Sistema de transmissão de energia
- () Sistema de Saúde

1.5 Existem incentivos referentes a atividades turísticas para empreendedores de outras localidades? ()

a) Se sim, de que forma isto é feito?

2 Questões relacionadas ao turismo e ao empreendimento Aquiraz Riviera (Complexo Turístico e Residencial Aquiraz Golf & Beach Villas)

2.1 Há comunidades nas proximidades do empreendimento Aquiraz Riviera? ()

a) Se sim, quantas?

b) Quais?

2.2 A prefeitura apresentou ou apresenta algum programa ou projeto para informar aos residentes destas comunidades sobre o fenômeno turístico? ()

a) Se sim, qual(is)?

2.3 Há turismo de base comunitária no município? ()

a) E especificamente entre estas comunidades (próximas ao empreendimento)? ()

b) Se sim, há algum incentivo da prefeitura ao turismo de base comunitária? ()

c) Se sim, de que forma isto ocorre?

2.4 Há algum programa ou projeto que valorize a cultura e a identidade da população local (comunidades próximas ao empreendimento)?

()

a) Se sim, de que forma isto ocorre?

2.5 Há indícios de que o turismo desenvolvido com a construção do Aquiraz Riviera tenha causado ou esteja causando desarticulação nas atividades tradicionais, como pesca, artesanato e comércio, por exemplo? ()

a) Se sim, assinale a atividade.

- () Pesca
- () Artesanato
- () Comércio
- () Outra(s):

2.6 O poder público incentiva o desenvolvimento do turismo cultural nestas localidades (comunidades próximas ao empreendimento)? ()

a) Se sim, de que forma isto é feito?

2.7 Houve ou há alguma forma de resistência das comunidades próximas ao Aquiraz Riviera com relação ao empreendimento turístico? ()

a) Se sim, como o poder público lida com essa situação?

2.8 Há impactos positivos gerados pelo empreendimento turístico Aquiraz Riviera para o município de Aquiraz? ()

a) Se sim, quais estes impactos com relação aos aspectos:

1. Econômico:

2. Social:

3. Ambiental:

4. Cultural:

2.9 Houve ou há impactos negativos causados pelo empreendimento turístico Aquiraz Riviera para o município de Aquiraz? ()

a) Se sim, quais estes impactos com relação aos aspectos:

1. Econômico:

2. Social:

3. Ambiental:

4. Cultural:

b) Se sim, o poder público tem realizado algo para evitar e/ou mitigar esses impactos?

()

c) Se sim, o que tem sido feito?

APÊNDICE D – Termo de Consentimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor (a) meu nome é Fátima Aurilane de Aguiar Lima, sou aluna de pós-graduação da Universidade Federal do Ceará do mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, cujo endereço é Departamento de Ciências, Bloco 902, Campus do Pici. Meu endereço pessoal é: Avenida Francisco Sá, 3636, Bloco F, Apartamento 202, Bairro Carlito Pamplona, CEP: 60310-052. Telefone para contato: (085) 9773.5261, E-mail: fatima_aurilane@hotmail.com.

Eu estou fazendo uma pesquisa com o título “IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO: O Caso do Complexo Turístico e Residencial Aquiraz Golf & Beach Villas”.

Essa pesquisa é importante porque tem como objetivo investigar os impactos socioambientais gerados pelo Complexo Turístico Aquiraz Golf e Beach Villas (Aquiraz Riviera) no distrito de Tapera, visando contribuir com a redução destes impactos. Esse estudo vai ajudar os responsáveis pelas políticas públicas a melhor planejarem o turismo na região de forma a não trazer prejuízos socioambientais para as comunidades locais.

Para fazer a pesquisa eu preciso que 90 moradores do distrito de Tapera, o gestor do empreendimento e os secretários de turismo e de meio ambiente respondam as entrevistas correspondentes. A coleta dos dados deverá ocorrer nos meses de julho e agosto de 2015.

A entrevista possui perguntas simples e deve tomar aproximadamente 30 minutos do seu tempo e será aplicada no período do dia, em qualquer dia.

Eu lhe garanto que os pontos abaixo serão cumpridos:

1. Seus dados pessoais e outras informações que possam identificar você ou a sua comunidade/empreendimento serão mantidos em segredo.
2. Você está livre para interromper, a qualquer momento, sua participação na pesquisa sem sofrer qualquer forma de retaliação ou danos.
3. Os resultados gerais da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos e podem ser publicados em congresso ou em revista científica especializada.

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a sua participação na pesquisa entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 Rodolfo Teófilo fone: (085) 3366-8344.

Caso concorde em participar da pesquisa, e acredite que todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre isso foram dadas, peço o seu consentimento através da assinatura deste Termo de Consentimento.

Eu, _____, dou meu consentimento livre e esclarecido para responder a entrevista do projeto de pesquisa em questão, sob a responsabilidade da pesquisadora Fátima Aurilane de Aguiar Lima. Declaro que após sua leitura tive a oportunidade de fazer perguntas sobre a pesquisa e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma cópia assinada deste termo.

Assinatura participante
_____ de _____ de 2015.

Nome da Comunidade: _____.
Nome do respondente: _____.

Nome da pesquisadora: _____.
Assinatura: _____, Data ____/____/____.

Nome do profissional que aplicou o TCLE: _____.
Assinatura: _____, Data ____/____/____.
Local e Data: _____, ____/____/____.

ANEXO

ANEXO A – Termo de aprovação do Comitê de Ética

13/02/2016

Plataforma Brasil

Saúde



Fátima Aurilane de Aguiar Lima - Pesquisador | V3.0

Cadastros


Sua sessão expira em: 32min 24

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA



- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO: O Caso do Complexo Turístico e Residencial Aquiraz Golf & Beach Villas
Pesquisador Responsável: Fátima Aurilane de Aguiar Lima
Área Temática:
Versão: 1
CAAE: 45344115.6.0000.5054
Submetido em: 21/05/2015
Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_519091

- DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 1
 - Projeto Original (PO) - Versão 1
 - Documentos do Projeto
 - Folha de Rosto - Submissão 1
 - Informações Básicas do Projeto - Subm
 - Outros - Submissão 1
 - Projeto Detalhado / Brochura Investigad
 - TCLE / Termos de Assentimento / Justifi
 - Apreciação 1 - Universidade Federal do Ce
 - Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
-------------------	----------	---------	----------	-------

- LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação ↕	Pesquisador Responsável ↕	Versão ↕	Submissão ↕	Modificação ↕	Situação ↕	Exclusiva do Centro Coord. ↕	Ações
PO	Fátima Aurilane de Aguiar Lima	1	21/05/2015	18/06/2015	Aprovado	Não	   